INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

pdi PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

IFRN 2019 - 2026

Edição Revisada
2023

Equipe Técnica

Edição Original

Revisão Técnica
Comissão Temática de Políticas de Desenvolvimento Institucional

Revisão Linguística
Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Projeto Gráfico
Emanoel Ferreira do Nascimento Júnior

Diagramação
Jorge Henrique de Medeiros Santos

COMISSÃO CENTRAL

Agamenon Henrique de Carvalho Tavares
Ana Aline Morais
André Gustavo Duarte de Almeida
Auridan Dantas de Araújo
Bruno Campelo Medeiros
Carlos André de Oliveira
Ednaldo de Paiva Pereira
Ismael Félix Coutinho Neto
Juscelino Cardoso de Medeiros
Marcelo Henrique Carneiro Camilo
Márcio Adriano de Azevedo
Marcos Antônio de Oliveira
Maria Clara Bezerra de Araújo
Odisseia Carla Pires Gaspareto
Patrícia de Albuquerque Maia
Renata Fernandes da Paz de Oliveira
Robercy Alves da Silva
Rodrigo Luiz Silva Pessoa
Simone Medeiros de Oliveira
Solange Marlene Thomaz
Tarcimária Rocha Lula Gomes da Silva
Thiago José de Azevedo Loureiro
Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa

COMISSÃO DE LOGÍSTICA

Alikson Suel Costa de Oliveira
Carlos André de Oliveira
José Cleyton Fernandes Nascimento
Renata Fernandes da Paz de Oliveira

COMISSÕES TEMÁTICAS

1. Comissão Temática de Políticas de Desenvolvimento Institucional

Alexsandro Paulino de Oliveira
Ângela Patrícia Alves Coelho Gracindo
Bruno Campelo Medeiros
Fabrícia Abrantes Figueiredo da Rocha
Juliana Correia Lima de Queiroz Sobral
Marcelo Henrique Carneiro Camilo
Marcus Vinícius Duarte Sampaio
Maria Clara Bezerra de Araújo
Patrícia de Albuquerque Maia
Robercy Alves da Silva
Solange Marlene Thomaz
Tarcimária Rocha Lula Gomes da Silva
Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa

2. Comissão Temática de Políticas Acadêmicas e de Inovação

Albino Oliveira Nunes
Flávio Rodrigo Freire Ferreira
Francisco das Chagas Silva Souza
Handson Cláudio Dias Pimenta
Jorge dos Santos Lima
José Everaldo Pereira
José Mateus do Nascimento
Jozilene de Souza
Karina Bezerra da Fonseca e Silva Martins
Luciana Karine de Souza Sena
Marcelo Henrique Carneiro Camilo
Marcus Vinícius da Rocha Barbosa
Marcus Vinícius Duarte Sampaio
Sandra Maria da Nóbrega
Suely Soares da Nobrega
Tarcimária Rocha Lula Gomes da Silva
Tibério Magno de Lima Alves

3. Comissão Temática de Políticas de Gestão

Abinoam Soares da Silva
Ahiram Brunni Cartaxo de Castro

Allen Gardel Dantas de Luna
Etienne Andrade de Medeiros Dantas
Gustavo Moura Cavalcanti
Isac Dantas Diniz
Jobson Martins da Silva Maranhão
José Ferreira da Silva Júnior
Lorena Cassiano Fagundes Faustino
Luiz Paulo Rodrigues da Silva
Roberto Gomes Cavalcante Júnior
Rochele Kaline Reis de Medeiros
Thiago Fernando de Araújo Silva
Valéria Regina Carvalho de Oliveira

4. Comissão Temática de Políticas de Infraestrutura

Walter Lopes Neto
Felipe Augusto de Oliveira Guedes
Carlos Eduardo Gomes do Egito
Alex Augusto de Souza Santos
Honore Vicente Cesário
Walter Lopes Neto
Carlos Guedes Alcoforado
Ana Cláudia Nóbrega de Medeiros
Daniel Melo Martins de Gois
Maria Valiene Gomes de Oliveira
Robercy Alves da Silva

COMISSÕES LOCAIS

Campus Apodi

Camilo Soares de Medeiros Júnior
Cleone Silva de Lima
Francisco Alexis Dantas Maia
Francisco Damião Freire Rodrigues
Girleidson de Albuquerque Rodrigues
Jose Magnaldo de Moura Araújo
Luma Misma Alves Câmara
Marcio Cleivo de Morais Souza
Pollastry Venicius Alves Diogenes
Rilza Souza de Gois Costa
Rosalia Gabriela Morais Fernandes
Talles Rodrigo Barbosa de Aquino
Thiago Fernando de Araújo Silva

Campus Caicó

Alexandro Diogenes Barreto
Ana Paula Dantas Ferreira
Camila Goulart de Campos
Cláudia Regina de Morais
Edson Caetano Bottini
Gabriel de Figueiredo Bezerra Costa
Gladson José de Azevedo
João Batista Lucena
Jonas Damasceno Batista de Araújo
Pedro Alexandro Azevedo de Medeiros
Ricardo Rodrigues da Silva
Samir de Carvalho Costa
Simone Carla Pereira da Silva
Tiago de Lima Wanderley

Campus Canguaretama

Carlos Alberto de Carvalho Cruz Júnior
Eberton da Silva Marinho
Everton Castro Bezerra Silva
Flávio Rodrigo Freire Ferreira
Helber Wagner da Silva
Jorge Felliphe Rodrigues Barbosa
Márcio Monteiro Maia
Maria Viviane do Nascimento
Miguel Manoel dos Santos
Monik de Oliveira Lopes Neves
Paulo Victor da Silva Filgueira
Thiago Lima de Oliveira
Valdelúcio Pereira Ribeiro
Valério Fernandes de Azevedo
Yuri Pontes Henrique

Campus Ceará-Mirim

Alan Paulo Oliveira da Silva
Ana Carla Germiniano Gonçalves
Breno Meira Moura de Amorim
Eriberto Moreira de Oliveira
Gerliene Maria Silva Araújo
Gustavo Vilella Whately
Iago Bruno França Pereira da Silva
Joicy Suely Galvao da Costa Fernandes
Jorge dos Santos Lima
Karolaine Batista Anselmo
Leila Raulino Camara Cavalcanti
Maria Elisabete Campos Batista Rocha
Savyo Vinicius de Morais
Stanley Kreiter Bezerra Medeiros
Thiago Augusto Braz de Medeiros
Valcinete Pepino de Macedo

Campus Currais Novos

Ana Beatriz Pinheiro Cruz Lopes
Andreilson Oliveira da Silva
Edson de Souza Soares Neto
Elionardo Rochelly Melo de Almeida
Fábio Felix de França
Francarlos Martins de Carvalho
José Ari de Oliveira
Jozinaldo da Silva Julião
Keylly Eyglys Araújo dos Santos
Lidiane Meirelle da Silva
Madja Cristhellen Gomes de Araújo
Maria Izabelli Cassiano da Silva
Maria Jahynne Dantas dos Santos
Pedro Gurgel Moraes
Raimunda Dayse Carvalho Santos

Campus Ipanguaçu

Francisco de Assis Aderaldo Barbosa
Luciana Medeiros da Cunha
João Batista Carvalho de Macedo
Paloma de Matos Macchi
Marcos Tiberio Aderaldo Menezes
Luiz Paulo Rodrigues da Silva
João Maria Guedes da Cruz Júnior
Pedro Brendo de La Sales Silas Felix de Medeiros
Renata Nayhara de Lima
Diogo Pereira Bezerra
José Andeson Bezerra do Nascimento
Francisco Wesley da Silva Araújo
Marconi Sandro Franco de Oliveira
Damião Tavares da Costa

Campus João Câmara

Alcindo Mariano de Souza
Alexandro Vladno da Rocha
Djúlia Dezirée Rodrigues Silva
Gileno Câmara de França
Gilmara Freire Azevedo
José Wallace Ferreira Machado
Lucas Leonardo Palmieri
Maria Eduarda das Neves Souza
Maria Xavier de Morais
Marine Mateus Lima da Costa
Matheus Augusto Avelino Tavares
Nickerson Fonseca Ferreira
Pablo Guimarães Azevedo
Rômulo Luiz Xavier Maciel
Rydan Andreza Campelo Borges Martins Gonzaga
Vandikson Coelho Barbosa

Campus Avançado Lajes

André Luiz Rodrigues Bezerra
Chislaine Barbosa Ribeiro de Oliveira
Christiane Maria da Cunha Cavalcanti
David de Medeiros Martins
Geraldo Freire de Lima
Gleiferson de Lima Viana
Jader Luiz Lima de Freitas
Jerfson Pinto Torres
Karlo Sergio Medeiros Leopoldino
Pollyanna de Araújo Ferreira Brandão
Victor Diego de Lima Teixeira

Campus Macau

Cesar Augusto de Freitas Azevedo
Edimara Delerino Ciríaco
Hudson Carlos Silva da Cunha
Izabel Cunha Regis da Costa
Jamilly Leite Olegário
Jerdmiler Gomes de Paiva
Joao Paulo Costa de Araújo
Jorge Anderson Nascimento dos Santos
Jose Garcia Júnior
Marcos Leonardo Martins Silva
Maria Aparecida dos Santos Ferreira
Marlene Gabriele Cavalcante da Silva
Paula Ivani Medeiros dos Santos
Pedro Henrique de Araújo Aires
Varelio Gomes dos Santos

Campus Mossoró

Ana Paula Ferreira da Costa
Carmem Ariane Filgueira de Medeiros Guerra
Diego Ângelo de Araújo Gomes
Hélio Henrique Cunha Pinheiro
Jailton Barbosa dos Santos
Jerônimo Mailson Cipriano Carlos Leite
João Reinaldo da Costa Júnior
João Vidal Fernandes Sobrinho
José Evanildo de Lima
José Silereudo da Silva

Lucas Vinícius Ferreira da Silva
Marinaldo Pinheiro de Sousa Neto
Marinezio Gomes de Oliveira
Mauro Rogerio de Almeida Vieira
Priscylla Cinthya Alves Gondim
Sandra Renuzia de Pontes

Campus Natal - Central

Alexandre Magno Rocha da Rocha
Alexandre Pereira Spotti
Allyson Amilcar Angelus Freire Soares
Anny Caroline Freire da Silva
Caubi Ferreira de Souza Júnior
Claudia Maria Fernandes Araújo Ribeiro
Edilberto Vitorino de Borja
Francisco Antônio de Pontes
Frankileide Carlos
Frederico Augusto Fernandes Silveira
Jacques Cousteau da Silva Borges
João Batista Monteiro de Sousa
José Arnóbio de Araújo Filho
José Flávio de Freitas
José Mateus do Nascimento
Luis Antonio Soares de Araújo
Luzimar Barbalho da Silva
Maria Laurinete da Silva
Marina Martins de Carvalho
Marla Sarmento de Oliveira
Matheus Silva Pereira
Nalbert Pietro Martins da Costa
Samir Cristino de Souza

Campus Natal - Cidade Alta

Ayres Charles de Oliveira Nogueira
Carlos Eduardo Campos Freire
Caroline Cristina de Arruda Campos
Catiane Rodrigues de Freitas
Everaldo Robson de Andrade
Fábio Matias de Oliveira
Flávio Augusto Pereira Vale
Gil Cesar Pereira Penha
Guilherme Porfírio Penha
Kadydja Karla Nascimento Chagas
Marcel Lúcio Matias Ribeiro
Marenildo de Lucena Paiva Júnior
Mary Land de Brito Silva
Monique Bezerra Paz Leitão
Regiane Carla Medeiros de Araújo

Campus Natal - Zona Leste

Abigail Noádia Barbalho da Silva
Albérico Teixeira Canário de Souza
Alexsandro Paulino de Oliveira
Allan David Garcia de Araújo
Allen Gardel Dantas de Luna
Clarissa Felipe de Oliveira
Ernesto Alexandre Tacconi Neto
Fabio Alexandre Gonçalves Silva
Kelson da Costa Medeiros
Laetitia Valery Nunes
Maria de Fátima de Lima Lopes
Pollyana de Carvalho Medeiros
Silvia Regina Pereira de Mendonça
Simone Silva Pinheiro Duarte
Soraya Campos da Costa
Thalita Cunha Motta
Thiago Medeiros Barros

Campus Natal - Zona Norte

Alexandre Gomes de Carvalho
Bruno Campelo Medeiros
Bruno Ferreira de Lima
Denise Cristina Momo
Etiene Figueiredo Ferreira
Jefferson Xavier do Nascimento
Pedro Henrique Silva de Oliveira
Roberto Rodrigues Cunha Lima
Rosângela Maria de Moura
Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa
Vanessa Oliveira de Macedo Cavalcanti

Campus Nova Cruz

Allan Nilson de Sousa Dantas
Ana Maria Bezerra Soares
Anna Karina Vasconcelos Nascimento Trindade
Clarisse Stephannyer da Silva Lima
Delaías Alves Barbosa
Dorineide Joyce Matias Bezerra Silva
Elizabete Rocha Mendes Bezerra Rodrigues
Josenildo Gomes de Oliveira Silva
Márcio Silva Bezerra
Rodrigo Leone Alves
Vanilo Alexandre de Medeiros Dantas
Victor Marques de Araújo Silva
Zenileide Rejane de Azevedo

Campus Avançado Parelhas

Daniel dos Santos Costa
Djalma Valério Ribeiro Neto
Fabricio Azevedo do Nascimento
Francisca Betânia do Nascimento Alves
Gerluzia de Oliveira Azevedo Alves
Gisely Kívia de Medeiros Santos
Kleber José Clemente dos Santos
Ligia Mara Gonzaga
Marçal José de Oliveira Morais II
Marco Antônio Silva e Araújo
Maria do Socorro Valentim

Campus Parnamirim

Álvaro Hermano da Silva
Cleciana Gonçalves Pereira Moura Fernandes
Dario Cândido de Medeiros
Edjancarlos Nogueira Silva Pereira Filho
Eduardo Chaves de Sousa
Filipe de Oliveira Quintaes
Frank Victor Amorim
Honore Vicente Cesário
Iaponira da Silva Rodrigues
Ismael Félix Coutinho Neto
Jose Soares Batista Lopes
Maria Aparecida da Silva Fernandes
Marisa Daniella de Oliveira Garcia
Renata Cardoso Chagas
Rute Paula da Silva

Campus Pau dos Ferros

Amélia Cristina Reis e Silva
Ana Paula Vieira Vilaça
Antonia Francimar da Silva
Edenise Kelle de Lima Araújo Freire
Emanuel Neto Alves de Oliveira
Erasmo Jose Pereira de Oliveira
Felipe Morais de Melo
Francisco Jefferson Ferreira de Lima
Francisco Vieira Sales Júnior
Gilton Sampaio de Souza
Gleison Silva Oliveira
Gleyberson de Almeida Gomes
Lairton de Souza Cruz
Lucas Soares Chnaiderman
Mikael Jackson de Oliveira da Silva

Campus Santa Cruz

Ana Eliza Trajano Soares
Ana Luiza Palhano Campos Silva
Andreza Barbosa de Luna Soares
Cristiane Maria Praxedes de Souza Nóbrega
Franklin Diego de Lima Rodrigues
Lennedy Campos Soares
Leonardo Duarte de Albuquerque
Lourena Maria de Aquino Nogueira
Nohanna Medeiros de Lima
Otília Gabriela Oliveira de Souza Dias
Regiane Martha Dantas
Ricardo Luiz Azevedo Cacho
Samira Fernandes Delgado

Campus São Gonçalo do Amarante

Allana Karyne da Costa Nobre
Everson Mizael Cortez Silva
Jefferson Johnne Marques da Silva
Lorena Cassiano Fagundes Faustino
Luciana Guedes Santos
Luisa de Marilac de Castro Silva
Luiz Alberto Celestino Pessoa Pimentel
Thiago Augusto Rocha Dantas
Viviane Ferreira de Medeiros

Campus São Paulo do Potengi

Adalgisa Lordão Barboza de Almeida
Alex Augusto de Souza Santos
Alexandre Medeiros de Araújo
Bruna Roberta Feitosa de Araújo
Ednaldo de Paiva Pereira
João Ricardo de Melo Dantas
Marcus Vinicius da Rocha Barbosa
Maria José Martins
Renato Dantas Rocha da Silva
Rodrigo Vidal do Nascimento
Selma Thaís Bruno da Silva

Equipe Técnica

Edição Revisada

1ª Revisão Técnica
Robercy Alves da Silva
Jean Carlo Nascimento Araújo

Revisão Linguística
Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Projeto Gráfico
Emanoel Ferreira do Nascimento Júnior

Diagramação
José Nivaldo Fonseca Júnior

COMISSÃO CENTRAL

Alikson Suel Costa de Oliveira
Allen Gardel Dantas de Luna
Anna Catharina da Costa Dantas
Antônia Francimar da Silva
Carlos André de Oliveira
Felipe Augusto de Oliveira Guedes
Robercy Alves da Silva

COMISSÕES TEMÁTICAS

1. Plano de Ofertas
Amelia Cristina Reis e Silva
Caroline Stephanie Campos Arimateia Magalhaes
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Gabriela Barbosa Bruno
José Everaldo Pereira
Louize Gabriela Silva de Souza
Solange da Costa Fernandes
Victor Varela Ferreira Medeiros de Oliveira

2. Estudantes e Sociedade
Amélia Cristina Reis e Silva
Ana Raquel Nunes Rodrigues de Azevedo
Anna Catharina da Costa Dantas
Bruno Ferreira de Lima
Cleone Silva de Lima
Edenise Kelle de Lima Araújo Freire
Karina Bezerra da Fonseca e Silva Martins
Maria Clara Bezerra de Araújo
Patrícia Karla de Mesquita Silva
Samuel de Carvalho Lima
Valéria Regina Carvalho de Oliveira

3. Processos Acadêmicos
Allen Gardel Dantas de Luna
Fabrícia Abrantes Figueiredo da Rocha
Francinaide de Lima Silva Nascimento
José Roberto Oliveira dos Santos
Lilliane de Lima Andrade
Marcus Vinícius da Rocha Barbosa
Melquiades Pereira de Lima Junior
Paulo Victor da Silva Filgueira
Rafael Hernandez Damascena dos Passos
Samira Fernandes Delgado
Tarcimária Rocha Lula Gomes da Silva
Victor Varela Ferreira Medeiros de Oliveira

4. Gestão e Infraestrutura
Carlos André de Oliveira
Iara Cristianny de Brito Barbosa
Albuquerque Pereira
Ismael Felix Coutinho Neto
Izabelle Virginia Lopes de Paiva
Lorena Cassiano Fagundes Faustino

5. Orçamento
Felipe Augusto de Oliveira Guedes
Juscelino Cardoso de Medeiros
Melquiades Pereira de Lima Júnior
Roberto Gomes Cavalcante Júnior

COMISSÕES LOCAIS

Campus Apodi

Annapaullinna da Silva Costa Lima
Bruno Jeferson Leocadio A. Silveira Oliveira
Cleone Silva de Lima
Francisco Damião Freire Rodrigues
Francisco Jefferson Ferreira de Lima
Rilza Souza de Gois Costa
Rogério Dantas de Lacerda
Sabrina Guedes Miranda Dantas
Samuel Fernandes Dantas de Souza
Tereza Catrina Ferreira Fernandes

Campus Caicó

Elania Hortins Dantas
Gerluzia de Oliveira Azevedo
Gladson Jose de Azevedo
Jorge Luiz Ferreira Rabelo
Max Miller da Silveira
Rodrigo Ferreira
Simone Carla Pereira da Silva

Campus Canguaretama

Bruno Augusto Ferreira Vitorino
Dorineide Joyce Matias Bezerra Silva
Fabiana Melo de Araújo
Flávio Rodrigo Freire Ferreira
Jacione Borges de Souza
Jorge Felliphe Rodrigues Barbosa
Márcio Marreiro das Chagas
Thiago Lima de Oliveira

Campus Ceará-Mirim

Alan Paulo Oliveira da Silva
Bruno Ítalo Franco de Oliveira
Bruno Pereira de Farias Arcanjo
Everton Henrique Machado da Silva
Gustavo Vilella Whately
Iuri Charles da Silva Ataide
Loreta Melo Bezerra Cavalcanti
Louise Savana da Costa Almeida
Rummenigge Medeiros de Araujo
Sérgio de Oliveira Medeiros

Campus Currais Novos

Alyne Campelo da Silva
Andreilson Oliveira da Silva
Edson Artéfio de Medeiros
Elionardo Rochelly Melo de Almeida
Fábio Félix de França
Joelma Tito da Silva
Luciano Ferreira Oséas
Madja Cristhellen Gomes de Araújo Chaves
Miguel Afonso Linhares

Campus Ipanguaçu

Ana Karenine de Oliveira Soares
Cainan de Negreiros Martins Leite
Camilla Noemea Pimenta de Freitas
Carla Patrícia Silva de Farias
Eliel Tamilo Cunha de Lima
João Batista Carvalho de Macedo
João Maria Guedes da Cruz Júnior
José Geraldo Bezerra Galvão Júnior
Kássio Roberto Brito Soares
Marlon de Morais Dantas
Mayke Henryke Bezerra Leite
Ozanira Soares Maciel
Paloma de Matos Macchi
Rafael Alves Pinheiro
Renata Nayhara de Lima
Robson de Oliveira Souza

Campus João Câmara

Campus Avançado Jucurutu

Campus Avançado Lajes

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva
Andre de Paula Rego Graciano Luz
André Luiz Rodrigues Bezerra
Ermerson de Oliveira Capistrano
Eugenio Ribeiro Silva
Feliphe Lacerda Souza de Alencar
Fernando Helton Linhares Soares
Jader Luiz Lima de Freitas
João Wilker Souza Rodrigues
Luciana Maria Araujo Rabelo

Osailton da Silva Vieira
Wladson de Queiroz Alcantara
Zoelia Camila Moura Bessa

Campus Macau

Allena Herly de Lira Marinho Farias
Andre Freire Mastrorocco
Caio Cesar Dionisio Santos
Edson Cesar da Silva Azevedo
Ewerton Francisco Oliveira da Costa
Francisco Mauricio do Nascimento
Italo Nelson Dantas dos Santos Guimaraes
Janaina Rodrigues Pereira
Jerdmiler Gomes de Paiva
Jhenyffer Floripes Martins da Silva
Marcos Leonardo Martins Silva
Maykson Rangel de Azevedo
Rosynara Leite Veras

Campus Mossoró

Albino Oliveira Nunes
Antonia Celma Gondim Aquino Santos
Carla Katarina de Monteiro Marques
Carmem Ariane Filgueira de Medeiros Guerra
Clayton Antonio de Miranda Oliveira
Edilson dos Santos Araujo
Francisca Gomes Torres Filha
Francisco Bento das Chagas Guerra
Isac Dantas Diniz
Joao Reinaldo da Costa Junior
Jose Evanildo de Lima
Jose Rildo Oliveira Dantas
Lenilton Alex de Araujo Oliveira
Luiz Ailton de Araujo Souza
Maria Alexandra Ribeiro Pinto
Maria Marta de Medeiros
Marinezio Gomes de Oliveira
Raimundo Cosme da Silva Filho
Rodrigo Ronner Tertulino da Silva
Sandra Renuzia de Pontes
Wagner Lopes Torquato
Walney Gomes da Silva

Campus Natal - Central

Campus Natal - Cidade Alta

Catiane Rodrigues de Freitas
Flavio Augusto Pereira Vale
Guilherme Porfírio Penha
Jayr Alencar Lima
José Roberto Pereira Leite Filho
Juciara Conceição de Freitas
Julio Sergio Fernandes Pires
Kadydja Karla Nascimento Chagas
Valmara Pordeus de Oliveira Fernandes

Campus Natal - Zona Leste

Alberico Teixeira Canario de Souza
Fernando Luis Dias Varella
Jose Roberto Oliveira dos Santos
Maciel Araujo da Silva
Pollyana de Carvalho Medeiros
Silvia Regina Pereira de Mendonça
Tatiana Gomes de Souza Medeiros
Wagner de Oliveira

Campus Natal - Zona Norte

Abinoam Soares da Silva
Denise Cristina Momo
Edmilson Barbalho Campos Neto
Fabricia Abrantes Figueiredo da Rocha
Isaú Emannuel Ramalho de Oliveira
Jefferson Xavier do Nascimento
Julio Cesar Araujo de Andrade
Lanuzia Tercia Freire de Sá
Miguel Fernandes Kolodiuk
Neiryvan Maciel da Cruz

Campus Nova Cruz

Ana Alice Lima dos Santos
André Freitas Barbosa
Anna Karina Vasconcelos Nascimento Trindade
Antônio Francisco Neto
Carlos Emílio Barbosa da Silva
Maria Luíza do Nascimento Cesarino
Rafael Moreira da Silva
Roberto Cesar Barros Camilo
Sueldo Lopes Câmara Junior
Vanilo Alexandre de Medeiros Dantas
Willame Santos de Sales

Campus Avançado Parelhas

Fabricio Azevedo do Nascimento
Hélio Guedes de Carvalho Júnior
Karina Cavalcante de Oliveira
Marco Antonio Silva e Araújo
Ramon Viana de Sousa
Robson Rafael de Oliveira
Ronaldo de Sousa Lima
Victor Carvalho de Assis

Campus Parnamirim

Alynna Erlane Silva de Sousa Medeiros
Ana Claudia Nobrega de Medeiros
Ana Paula Borba Costa
Danyella Augusto Rosendo da Silva Costa
Givanaldo Rocha de Souza
Glenda Michelle Marques F. Ferreira Dantas
Jefferson Johnne Marques da Silva
Paulo Vitor Silva
Sandro Alves Pereira
Solange da Costa Fernandes
Xênia Silva Gomes Brandão

Campus Pau dos Ferros

Claudia Simone Cavalcanti
Dionly Carlos da Silva Damiao
Edenise Kelle de Lima Araujo Freire
Emanuel Neto Alves de Oliveira
Flavio Adriano Barreto Sampaio
Francisca Natalia da Silva
Francisco Sergio de Almeida Neto
Immer Martins Junior
Kaio Henrique Fonseca Dantas
Maikon Moises de Oliveira Maia
Radyfran Nascimento de Franca

Campus Santa Cruz

Alessandro de Lima Nóbrega
Alyson Alves de Lima
Ana Kátia de Andrade Cortez
Ana Luiza Palhano Campos Silva
Danilo Henrique de Medeiros Macedo
Giulliano José Segundo Alves Pereira
João Pinto de Campos Neto
Joatan Fernandes Vieira Júnior
Jonas Morais Sobrinho
José Ronaldo da Silveira
José Sueney de Lima
Lúcio Webert Ferreira da Silva
Marcelo Henrique Ramalho Nobre
Otília Gabriela Oliveira de Souza Dias
Ricardo Luiz Azevedo Cacho
Therlandeson Gley Alves
Vinícius Carvalho Pinto

Campus São Gonçalo do Amarante

Carla Simone de Lima Teixeira Assunção
Carlindo Avelino Bezerra Neto
Iria Caline Saraiva Cosme
Janaina Tomaz Capistrano
Leonardo Gomes de Paiva Amorim
Luciana Guedes Santos
Luisa de Marilac de Castro Leite
Marcus Vinicius Dantas de Assunção
Rafaelli Freire Costa Gentil
Wesley Fêu dos Santos

Campus São Paulo do Potengi

Alex Augusto de Souza Santos
João Ricardo de Melo Dantas
Marcus Vinícius da Rocha Barbosa
Monique Dias de Oliveira
Renato Dantas Rocha da Silva
Ricardo Souza Marques
Silvio Cezar de Azevedo
Thiago Araújo de Azevedo
Tito Matias Ferreira Júnior

Introdução

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) impõe-se como o instrumento que apresenta a estratégia de atuação do IFRN, sendo a base para a construção dos planos anuais em todas as suas unidades. Assim, qual o IFRN que queremos?

Foi com essa pergunta que as comunidades acadêmica e externa do Instituto Federal do Rio Grande do Norte foram convidadas a participar da construção do PDI. O documento parte de uma análise sobre a identidade da Instituição para o estabelecimento de metas estratégicas. A fim de que isso fosse realizado, foram estudados os documentos regulatórios da Instituição, seus dados e o PDI 2014-2018.

Exigido pelo Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, o PDI do IFRN começou a ser elaborado em abril de 2018, com a perspectiva de planejar a Instituição para cinco anos, de 2019 a 2023. Durante o processo, uma novidade: a Portaria mº 1.197, de 14 de novembro de 2018, recredenciou o IFRN como instituição de ensino técnico, superior e de pós-graduação para um período de oito anos.

As discussões precisaram ser ampliadas e as metas e mapa estratégico, para o atingimento dos objetivos institucionais, atualizados. Todo esse trabalho foi coordenado pela Pró-Reitoria de Planejamento Institucional (Prodes), com o apoio de uma Comissão Central, Logística e de comissões Temáticas e Locais. As Comissões Locais coordenaram as discussões e sistematização das informações a nível de *campi*, enquanto as Temáticas se debruçaram sobre as áreas estruturantes da Instituição: Políticas de Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas e de Inovação; Políticas de Gestão e Políticas de Infraestrutura.

Coube à Comissão Central articular a participação de todos esses grupos, como também da sociedade potiguar no processo de elaboração do documento. Além de reuniões, capacitações e oficinas, foram realizadas consultas públicas através do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap): com um questionário disponível de 25 de julho a 17 de agosto de 2018, a consulta recebeu 597 contribuições diretas e mais de 40 mil manifestações de concordância/discordância das metas construídas até aquele momento.

Além da articulação entre as diferentes partes integrantes da Instituição e da sistematização de suas colaborações, a Comissão Central inovou o processo de construção do PDI adotando novas estratégias. A principal delas foi a adoção da ferramenta *Balanced Scorecard* (BSC), a partir da qual podem ser vistos todos os propósitos que o IFRN almeja alcançar ao longo dos 8 anos de vigência do documento, a fim de realizar a sua missão institucional.

Aliado a isso, foi construído, junto à Diretoria de Gestão em Tecnologia da Informação (DIGTI), um módulo específico no Suap para o monitoramento das metas estabelecidas no PDI, com o auxílio de um farol de desempenho. Com o farol, a Instituição poderá acompanhar em tempo real o nível de atingimento das metas. Além disso, o planejamento passa a se articular agora com base em projetos estratégicos, cadastrados no Suap com as devidas atividades, etapas e setores envolvidos para o atingimento dos objetivos estratégicos. Como a ferramenta BSC propõe, esses objetivos estão ligados não mais a um setor específico, mas às necessidades da instituição.

Assim, o PDI IFRN 2019-2026, com base na identidade institucional, faz uso das ferramentas mais atuais de administração e de gestão para não apenas planejar, mas oportunizar as formas de concretizar a missão institucional, definida no processo de construção do documento: “Prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Norte”.

Sumário

Sumário

1. Perfil Institucional 21

1.1. Evolução histórica 22

1.2. Finalidades e competências 24

1.3. Misgsão, visão e valores 28

1.3.1. Missão 28

1.3.2. Visão 28

1.3.3. Valores 28

1.4. Apresentação dos campi e sua abrangência geográfica 29

1.4.1. Campus Apodi (AP) 34

1.4.2. Campus Caicó (CA) 35

1.4.3. Campus Canguaretama (CANG) 37

1.4.4. Campus Ceará-Mirim (CM) 38

1.4.5. Campus Currais Novos (CN) 39

1.4.6. Campus Ipanguaçu (IP) 41

1.4.7. Campus João Câmara (JC) 41

1.4.8. Campus Avançado Jucurutu (JUC) 42

1.4.9. Campus Avançado Lajes (LAJ) 43

1.4.10. Campus Macau (MC) 44

1.4.11. Campus Mossoró (MO) 45

1.4.12. Campus Natal - Central 46

1.4.13. Campus Natal - Cidade Alta (CAL) 47

1.4.14. Campus Natal - Zona Norte (ZN) 48

1.4.15. Campus Nova Cruz (NC) 48

1.4.16. Campus Avançado de Parelhas (PAAS) 49

1.4.17. Campus Parnamirim (PAR) 50

1.4.18. Campus Pau dos Ferros (PDF) 51

1.4.19. Campus Santa Cruz (SC) 52

1.4.20. Campus São Gonçalo do Amarante (SGA) 53

1.4.21. Campus São Paulo do Potengi (SPP) 53

1.4.22. Campus Avançado Natal - Zona Leste (ZL) 54

1.5. Estrutura Organizacional 55

1.5.1. Estrutura Executiva 55

1.5.2. Órgãos Colegiados Superiores 57
1.5.2.1. Conselho Superior 57
1.5.2.2. Colégio de Dirigentes 58
1.5.2.3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão 58
1.5.3. Reitoria 59
1.5.4. Campus Natal - Central 62
1.5.5. Campus Mossoró 63
1.5.6. Campi da expansão 63
1.5.7. Campi avançados 63

2. Projeto Político-Pedagógico Institucional 65

2.1. Princípios filosóficos 66
2.1.1. Concepções de cultura, ciência, tecnologia, trabalho e educação 67
2.1.2. Concepção de currículo integrado 68

2.2. Organização didático-pedagógica e diretrizes para a prática pedagógica 69
2.2.1. Planejamento pedagógico e acompanhamento do trabalho docente 70
2.2.2. Parâmetros para elaboração dos cursos e seleção de conteúdos 72
2.2.3. Avaliação da aprendizagem 74
2.2.4. Prática profissional 75

2.3. Metodologias de ensino e avanços tecnológicos 75
2.3.1. Ensino 76
2.3.1.1. Política de educação profissional técnica de nível médio 77
2.3.1.2. Política de educação superior de graduação 79
2.3.1.3. Política de educação a distância 81
2.3.1.4. Política de formação inicial e continuada ou qualificação profissional 83
2.3.2. Pesquisa e inovação 85
2.3.2.1. Desenvolvimento Científico e Inovação Tecnológica 86
2.3.2.2. Produção e Comunicação Técnico-Científica e Tecnológica 87
2.3.3. Extensão 89
2.3.3.1. Interação com a sociedade 91
2.3.3.2. Inserção no mundo do trabalho 94

2.3.3.3. Política de integração com o mundo do trabalho 94
2.3.3.4. Política de acompanhamento de egressos 95
2.3.4. Pós-graduação **96**
2.3.5. Atividades Estudantis **98**
2.3.5.1. Programas de apoio ao acesso, à permanência e ao êxito escolar 99
2.3.5.2. Apoio às atividades acadêmicas e à formação integral dos estudantes 100

3. PLANO DE OFERTAS DE VAGAS 103

3.1. Especificação das modalidades de oferta 103

3.2. Programação de abertura de cursos e aumento de vagas 104

4. INFRAESTRUTURA FÍSICA 134

4.1. Ampliação das instalações físicas 134

4.2. Infraestrutura de bibliotecas e laboratórios dos campi 135
4.2.1. Bibliotecas ***135***
4.2.2. Laboratórios ***138***

4.3. Repositório institucional digital 139

4.4. Infraestrutura física e tecnológica da educação a distância 140
4.4.1. Sede ***140***
4.4.2. Polos ***142***

4.5. Previsão de abertura de novos polos de educação a distância 143

5. GESTÃO DE PESSOAL 145

5.1. Corpo docente de ensino presencial e de educação a distância 145

5.2. Corpo técnico-administrativo 148

5.3. Política de capacitação e qualificação de servidores 149

5.4. Gestão de desempenho funcional 151

5.5. Política de saúde e qualidade de vida no trabalho 151

5.6. Indicadores de Gestão de Pessoas 152

6. Gestão Administrativa: capacidade e sustentabilidade financeiro-orçamentária 155

6.1. Gestão de riscos *versus* sustentabilidade financeira 155

6.2. Eficiência, efetividade e a gestão de processos na execução orçamentária 156

6.3. Planejamento das ações institucionais e o planejamento de compras e contratações 156

6.4. Estratégias 157

7. Análise situacional 159

7.1. Análise dos principais indicadores quantitativos de desempenho 161

7.1.1. Acadêmicos 163

7.1.2. Administrativos 164

7.1.3. Gestão de Pessoas 165

7.1.4. Perfil socioeconômico da clientela 166

8. Planejamento estratégico 169

8.1. Relato sobre a metodologia de construção do PDI 169

8.2. Metodologia *Balanced Scorecard (BSC)* *175*

8.3. Mapa estratégico 179

8.4. Painel de desempenho estratégico 181

8.4.1. Metas Estabelecidas 181

8.4.1.1. ES-1 Elevar a permanência e o êxito dos discentes 182

8.4.1.2. ES-2 Fortalecer a sustentabilidade 183

8.4.1.3. ES-3 Promover a apropriação da institucionalidade pela comunidade interna e pela sociedade 183

8.4.1.4. ES-4 Fortalecer as políticas inclusivas e afirmativas 184

8.4.1.5. ES-5 Desenvolver a internacionalização no IFRN 185

8.4.1.6. PA-1 Consolidar a oferta nos diversos níveis e modalidades de ensino 186

8.4.1.7. PA-2 Estabelecer a Educação à Distância 187

8.4.1.8. PA-3 Fortalecer as ações de projetos e programas de extensão nos territórios de abrangência 188

8.4.1.9. PA-4 Desenvolver a articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais 189
8.4.1.10. PA-5 Fortalecer o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação voltados à transferência de tecnologia social 190
8.4.1.11. PA-6 Ampliar a produção e a publicação científica, cultural, artística e tecnológica 191
8.4.1.12. PA-7 Consolidar a oferta de pós-graduação 191
8.4.1.13. PA-8 Fortalecer as atividades de assistência estudantil 192
8.4.1.14. GI-1 Implantar a Política de Gestão de Riscos 193
8.4.1.15. GI-2 Implementar a Gestão de Processos 193
8.4.1.16. GI-3 Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores 194
8.4.1.17. GI-4 Consolidar a gestão de TI 195
8.4.1.18. GI-5 Implantar a gestão de infraestrutura 195
8.4.1.19. OR-1 Ampliar a captação de recursos extraorçamentários 196
8.4.1.20. OR-2 Garantir a eficiência do gasto público 196

8.5. Projetos estratégicos **198**

9. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO **201**

9.1. Plano de acompanhamento **202**

9.2. Comitê de Gerenciamento Estratégico (CGE) **203**
9.2.1. Membros do Comitê de Gerenciamento Estratégico ***203***

9.3. Comissão Própria de Avaliação **204**
9.3.1. Autoavaliação institucional ***205***
9.3.2. Segmentos respondentes ***206***
9.3.3. Instrumentos de avaliação ***207***
9.3.4. Tabulação e análise de dados ***207***
9.3.5. Resultados ***207***

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS **210**

11. REFERÊNCIAS **213**

1

Perfil Institucional

1.1. Evolução histórica

1.2. Finalidades e competências

1.3. Missão, visão e valores

1.4. Apresentação dos campi e sua abrangência geográfica

1.5. Estrutura organizacional

1. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), estabelecida nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou 38 Institutos Federais, a partir da transformação ou integração das Escolas Técnicas e Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais. Além da mudança de institucionalidade, que possibilitou a reestruturação e o aprofundamento da sua atuação, essas instituições vêm experimentando, nos últimos anos, uma extraordinária expansão, que ampliou de modo significativo as oportunidades de acesso, inclusive nos interiores do país, onde se concentra o maior número de unidades.

Alinhada com as diretrizes expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a atuação da Rede constitui-se, dessa forma, como importante contribuição à geração de novas, múltiplas e melhores oportunidades de formação para milhões de brasileiros num horizonte de longo prazo.

Estrategicamente, a RFEPCT engloba diversos aspectos, como a questão geográfica das disparidades estruturais, a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e inclusão social. Nesse sentido, vale ressaltar que são objetivos gerais da Política de Educação Profissional, Tecnológica e Superior definidos pelo MEC:

- expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso;
- promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento em nível local e regional, estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do país; e
- potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das desigualdades sociais e territoriais.

Mais especificamente, são objetivos da dimensão ensino dos Institutos Federais, com base na respectiva lei de criação:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; e
- ministrar cursos em nível superior.

1.1. Evolução histórica

As instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possuem trajetória secular no Brasil, remontando suas origens à primeira década do século XX, quando o então presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada estado da Federação. Destinadas ao ensino profissional primário e gratuito, na realidade essas Escolas procuravam atender a pessoas carentes e sem ocupação, obedecendo à função social de capacitá-las para um trabalho simples, como os ofícios de alfaiataria, sapataria, serralharia etc.

A partir da rápida expansão industrial inaugurada nos anos 1930, um dos principais objetivos do governo central era atender às demandas da política de industrialização por substituição de importações. Paulatinamente, nas décadas seguintes, o ensino técnico-profissional vai se tornando crucial para o avanço da industrialização. Com a Lei nº 378/1937, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Liceus Industriais e, nos anos seguintes, têm sua denominação novamente alterada, dessa vez para Escolas Industriais, com a responsabilidade de propagar o ensino profissional, em suas diversas modalidades e níveis, em todo o território nacional.

No final da década de 1950, através da Lei nº 3.552/1959, em lugar das Escolas Industriais, são instituídas as Escolas Técnicas Federais. Com maior autonomia administrativa e escolar, essas instituições visavam proporcionar aos estudantes uma base de cultura geral e a iniciação técnica, ou seja, preparar os jovens para o exercício de uma atividade especializada, em nível médio, visando integrá-los a um trabalho produtivo ou para que prosseguissem nos estudos. Além disso, essa lei estabelecia que os cursos técnicos adaptar-se-iam às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a ser atendida pela Escola.

Em face do nível de excelência de ensino alcançado, as Escolas Técnicas Federais passaram a ser de suma importância para o empresariado, pois grande parcela dos técnicos nelas formados nos anos 1960 e 1970 eram contratados, quase que sem restrições, com forte demanda por parte das grandes empresas privadas ou estatais. Desse modo, a mão de obra formada pelas Escolas Técnicas atendia prontamente ao rápido processo de crescimento industrial, em especial, durante o "milagre econômico" de 1970 a 1974, e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), até 1979.

Após a famosa "década perdida", marcada por crises fiscais, hiperinflação, períodos de retração da atividade econômica, no início dos anos 1980 até a estabilização monetária com o Plano Real em 1994, processa-se nova alteração significativa na arquitetura das Escolas Técnicas Federais (ETF). A Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997 permitiu a transformação destas em Centros Federais de Educação Tecnológica, com a finalidade de formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada. Na realidade, a mudança de enfoque dada por essa lei coaduna-se com o momento de maior abertura à competitividade internacional, por meio da liberalização comercial e financeira, em que a inovação tecnológica tornara-se, finalmente, "palavra de ordem" imprescindível à competitividade econômica, cabendo também aos Centros Federais a realização de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo seus benefícios à comunidade.

Resumidamente, a atual configuração é resultado das transformações da instituição desde sua fundação:

- 1909 - Escola de Aprendizes Artífices;
- 1937 - Liceu Industrial de Natal;
- 1942 - Escola Industrial de Natal;
- 1965 - Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte;
- 1968 - Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN);
- 1999 - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet-RN);
- 2008 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN).

Na seção seguinte, serão explicitadas as finalidades e as características do IFRN, assim como as competências e objetivos institucionais.

1.2. Finalidades e competências

A partir da Lei nº 11.892/2008, foram definidas novas mudanças no perfil institucional, de modo que os agora denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia passam a ter objetivos norteadores bem mais abrangentes e complexos, que se complementam ao de promoção da educação profissional e cidadã de qualidade nas diferentes modalidades e níveis de ensino, desde a oferta de cursos de formação inicial e continuada aos cursos técnicos, chegando aos cursos de nível superior de graduação e pós-graduação.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, na forma da Lei nº 11.892/2008. Detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e, para efeito de avaliação e regulação da oferta de cursos superiores, equiparados às universidades, também atuam como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, de acordo com a mesma lei.

O IFRN ministra cursos de educação profissional técnica, em nível médio, por meio da oferta presencial e à distância, nas modalidades integrado e subsequente. Ministra diversos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) nas áreas da educação profissional e tecnológica, destinados ao público-alvo em diversos os níveis de escolaridade. Também oferta cursos na educação superior, com enfoque profissional e tecnológico, nas modalidades de graduação de tecnologia, licenciatura e bacharelado, e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Parte da oferta formativa é direcionada à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Vale destacar que a criação dos Institutos Federais está associada não apenas à ampliação da oferta da educação profissional e tecnológica, mas também à formação de professores para as áreas de ensino de ciências e matemática, por meio da interiorização da oferta formativa dos cursos de licenciaturas e especialização e mestrado, de modo a responder às demandas do desenvolvimento socioeconômico local.

Uma das características da educação profissional diz respeito à criação de um ambiente de convivência e integração entre os diversos níveis de formação ofertados que abarca diversas as áreas de conhecimento, contribuindo assim com a construção de uma visão de responsabilidade e desenvolvimento social. Esse modelo integrado motiva a comunidade acadêmica e eleva os indicadores institucionais de desempenho, impactando diretamente no desenvolvimento dos territórios de abrangência onde o Instituto está inserido.

A educação ofertada pelo IFRN atende, também, a uma de suas finalidades, que diz respeito à formação de cidadãos imbuídos de valores éticos, com visão holística e preparados para uma atuação engajada no contexto social. Portanto, ultrapassa a estrita formação profissional e técnica para o trabalho, preocupando-se em incorporar outras dimensões da constituição humana e da vida em sociedade. A construção da identidade institucional tem sua marca na expansão, democratização e interiorização da educação profissional de qualidade, contribuindo, assim, para a inclusão social e possibilitando uma formação acadêmica sintonizada com as vocações territoriais e com as demandas formativas da população do campo e da cidade.

Nesse contexto, a atuação do IFRN tem como premissas a interiorização da Educação Profissional e o regime de multicampi. Em um estado diverso como o Rio Grande do Norte, os *campi* do IFRN apresentam especificidades relacionadas ao contexto em que estão situados. Além disso, tais *campi* possuem origens distintas, o que incide diretamente nas suas configurações e contribui para a coexistência de diversas realidades em um mesmo instituto, tornando-o uma instituição amplamente plural.

Em decorrência do novo perfil identitário, ocorre uma ampliação significativa no escopo da oferta de cursos e o aprofundamento no nível de complexidade dos objetivos atrelados às atividades de pesquisa e extensão. Com efeito, o IFRN alinha a sua oferta formativa à perspectiva da indissociabilidade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento em uma atmosfera que preserve as ideias de autonomia e a liberdade acadêmica. Nesse sentido, a Instituição desenvolve ações, projetos e programas voltados à consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais nos quais se insere.

Complementarmente, pode-se destacar, como objetivos mais abrangentes dos Institutos Federais, para além da ampliação das modalidades de ensino, conforme a referida lei de criação, os de:

- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Tais mudanças de concepção nos objetivos alteraram significativamente o perfil institucional em todas as suas dimensões de atuação. Em relação à dimensão do ensino, compreende-se que a formação obtida na Instituição deve ir além das demandas imediatas do mercado de trabalho e dos setores industriais, passando, portanto, a ter como foco o processo de desenvolvimento humano por meio da educação de qualidade, a qual compreende a formação integral, crítica e reflexiva dos cidadãos.

Nesse sentido, os processos educativos assumem a perspectiva de contribuir para o desenvolvimento e a emancipação humana, para além da perspectiva do crescimento econômico ou da acumulação de capital privado, mas tendo em vista o fortalecimento do processo de desenvolvimento social e econômico em nível local, territorial e, quiçá, regional.

Em relação à pesquisa, devem ser fortalecidos em âmbito acadêmico, através do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), o incentivo e o apoio necessários ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas à geração de inovações, à cultura de proteção da propriedade intelectual e ao estabelecimento de contratos de transferência ou licenciamento de tecnologias com o setor produtivo.

Por sua vez, as atividades de extensão visam a inserção de discentes e egressos no mundo do trabalho de maneira proativa e valorizada. Elas se pautam também na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, no desenvolvimento e na transferência de tecnologias sociais e ambientais, na internacionalização e na busca pelo reconhecimento institucional junto à sociedade.

Outro aspecto a ser considerado é o processo de interiorização da educação profissional, visando contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do país, especialmente porque descentraliza a oferta educacional para municípios do interior, algo que antes estava concentrado em capitais e regiões metropolitanas. Isso é essencial para a população de várias cidades interioranas que não dispõem de um sistema de ensino de qualidade e, na realidade, enfrentam um processo histórico de precarização da sua infraestrutura de ensino público. Além disso, a ida de servidores públicos para municípios contemplados com a implantação de novos *campi* permite um acréscimo na circulação de renda em nível local, bem como por meio dos programas de bolsa de assistência estudantil, pesquisa e extensão, os quais permitem a melhoria da renda familiar de parcela dos estudantes.

Da mesma forma, uma vez instalados nos mais distantes rincões desse país, os Institutos Federais também contribuem para melhorar o nível do ensino fundamental da rede pública municipal e estadual, ao propiciar o aperfeiçoamento das competências dos professores e ao induzir esforços, tanto por parte das próprias escolas municipais e estaduais, como dos entes governamentais.

Outro fator preponderante é que a oferta de cursos pelos Institutos Federais procura se alinhar às estruturas produtivas locais e às potencialidades socioeconô-

micas existentes nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Assim, a ampliação do acesso à educação profissional e tecnológica incrementará as oportunidades de sucesso em muitas localidades, hoje defasadas produtivamente ou mesmo estagnadas. Com efeito, espera-se que o investimento educacional em capital humano venha reforçar o desenvolvimento social e econômico e, por conseguinte, fortalecer o capital social em nível local, contribuindo tanto para a elevação do protagonismo e emancipação dos indivíduos, como para o desenvolvimento das atividades produtivas locais.

Do ponto de vista produtivo, elevar o nível de qualificação, em longo prazo, contribuirá para a redução das disparidades socioeconômicas existentes entre cidades e, de um ponto de vista mais amplo, também entre estados e regiões. A educação de qualidade e a geração de oportunidades tendem a atenuar as desigualdades estruturais existentes e as carências que sofrem determinadas populações, algo ocasionado por fatores de natureza política e econômica com raízes históricas.

Por tudo isso, espera-se que a nova missão da educação profissional e tecnológica possibilite um melhor enraizamento ou fortalecimento de diversas atividades econômicas, pelo alcance social a novos conhecimentos, tecnologias e inovações, podendo se tornar, entrementes, um dos mecanismos estratégicos de indução do desenvolvimento socioeconômico localmente. Ressalta-se que tais mudanças alteram profundamente o perfil institucional, ao tornar mais abrangente e expressiva a função social dos Institutos Federais, em especial, ao quebrar a inércia do atual sistema educacional da rede pública em muitas localidades, onde populações se acostumaram a conviver com pífios índices de escolaridade, com o analfabetismo e a baixa renda *per capita*.

Em face das reconhecidas competências educacionais e da experiência secular das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFRN vem se destacando, ao longo dos anos, como uma instituição de referência, conforme demonstram seus resultados em diversos processos avaliativos, os quais o colocam no mesmo patamar das melhores escolas privadas do país.

Nesse contexto, é imprescindível identificar as necessidades de ofertas e associá-las às demandas socioeconômicas dos territórios onde estão instalados os *campi* do IFRN, bem como os novos horizontes econômicos e sociais apresentados para o desenvolvimento local e regional. A estratégia utilizada pelo IFRN para responder às demandas socioeconômicas qualificadas da sociedade foi efetuada através da identificação de focos tecnológicos para a implantação de *campi* especialistas, os quais aperfeiçoam a aplicação de recursos em infraestrutura e em pessoal.

1.3. Missão, visão e valores

1.3.1. Missão

A missão de uma organização é a sua finalidade, sua razão de ser. O critério de sucesso definitivo para uma organização da área pública é o desempenho no cumprimento da missão. Uma organização do setor público cumpre a sua missão ao atender às necessidades de seus públicos alvo ou partes interessadas. Baseado nessa definição, a missão do IFRN é:

"Prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte."

1.3.2. Visão

Para onde vamos? Responder a essa pergunta simples e direta é algo crucial, a partir do entendimento do significado da missão. Sabendo a finalidade, nossa missão, é preciso estabelecer com clareza onde se pretende chegar. A visão é a idealização de um futuro desejado, e a concebemos como sendo:

"Consolidar-se como uma instituição de referência nacional e identificada por sua excelência na formação humana e profissional, geradora de desenvolvimento científico e tecnológico, até 2026."

1.3.3. Valores

As organizações devem enunciar de forma clara e objetiva os valores essenciais que inspiram o comportamento das pessoas que nela atuam. Os valores são norteadores da gestão estratégica. Os valores promovem a reflexão que orienta a atitude dos servidores e influencia seu comportamento no dia-a-dia da organização, inspirando a execução das tarefas. A estratégia é construída no cotidiano e os valores são referência obrigatória para proporcionar significado às atitudes e comportamentos que buscam, em última análise, a satisfação do nosso público alvo. Os valores que deverão nortear nosso comportamento são:

- ***Comprometimento:*** corresponde ao comprometimento dos servidores com o atendimento dos objetivos e da missão institucional.
- ***Cooperação:*** pautada nos princípios de justiça, participação, corresponsabilidade, igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.
- ***Diversidade:*** pautada no reconhecimento das diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.
- ***Equidade:*** pautada no reconhecimento e fortalecimento de que o desempenho da instituição depende da valorização, do desenvolvimento pessoal e técnico, do bem-estar e da realização profissional de todos os servidores de forma equitativa.
- ***Ética:*** pautada nos princípios de transparência, justiça social e responsabilidade com o bem público.
- ***Responsabilidade socioambiental***: pautada na sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

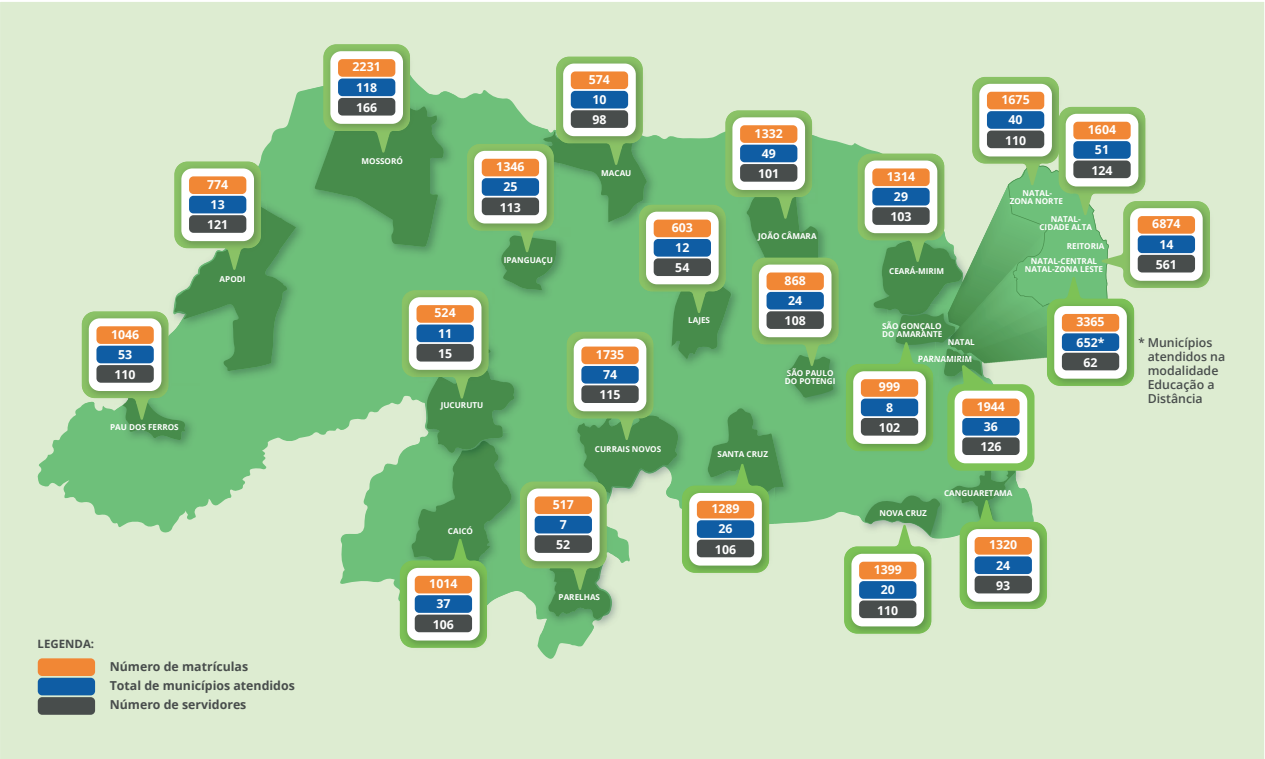
1.4. Apresentação dos *campi* e sua abrangência geográfica

O estado do Rio Grande do Norte, em relação a sua dimensão territorial, tem sido consideravelmente beneficiado pela expansão da Rede Federal, de tal sorte que o IFRN ampliou significativamente sua infraestrutura física, aumentando seu raio de abrangência e diversificando suas áreas de atuação, de acordo com a realidade socioeconômica das regiões onde se insere atualmente.

Até o ano de 2005, o IFRN contava apenas com 2 unidades de ensino, a sede em Natal e uma Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) no município de Mossoró. A partir da expansão, foram construídas mais 16 novas unidades nos municípios de Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Lajes, Macau, Nova Cruz, Parnamirim, Parelhas, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi. Além destas, foram criadas mais três unidades no município de Natal: uma situada na Zona Norte da cidade, outra no bairro Cidade Alta (posteriormente ampliada com uma extensão no bairro Rocas), bem como o *campus* de Educação à Distância (EaD), perfazendo, atualmente, 21 unidades - sem contar a Reitoria, órgão de administração central. Na perspectiva de expansão, em 2019, foi implantada mais uma unidade no município de Jucurutu/RN, totalizando, 22 *campi*. Vale dizer que o Campus Natal - Zona Leste, que oferta EaD, dispõe de polos educacionais nas cidades Assú/RN, Caraúbas/RN, Cuité de Mamanguape/PB, Guamaré/RN, Grossos/RN, Luís Gomes/RN e Marcelino Vieira/RN.

A Figura 1, a seguir, apresenta a distribuição espacial dos municípios onde estão situados os *campi* do IFRN, ressaltando-se que a população atendida pela Instituição compreende um determinado "território de abrangência", que inclui outros municípios situados no entorno da sede de cada *campus*.

Figura 1 - Atuação do IFRN no Rio Grande do Norte



Fonte: Relatório de Gestão 2022 dos *campi*, SUAPdev Gestão

Nesse sentido, o foco tecnológico de um *campus* é definido com base nas atividades predominantes nos grandes setores de atividade econômica (agropecuária, indústria e serviços), visando sobremaneira a especialização da atuação em função dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais mapeados. Conforme definido na lei de criação dos Institutos Federais, cada *campus* implantado tem por propósito contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos locais (especificamente arranjos produtivos) visando a permanência de profissionais qualificados no interior do estado. Logo, a definição do(s) foco(s) tecnológico(s) de determinado *campus* é feita com base em diagnósticos e estudos preliminares e audiências públicas, conforme as especificidades demográficas e socioeconômicas do respectivo "território de abrangência".

Para uma visão geral, o quadro a seguir retrata os municípios atendidos pelo IFRN e os respectivos "arranjos produtivos, sociais e culturais locais", identificados com base nas informações disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, Econômico e Social (BNDES). Todavia, vale destacar que, na prática e de modo irres-

trito, tanto o Setor Produtivo, como o próprio Setor Público absorvem os profissionais formados pelo IFRN. Assim, os Arranjos Produtivos Locais (APL) servem como uma referência as potencialidades locais, os quais demandam maior articulação interinstitucional para seu fortalecimento e consolidação.

Quadro 1 – Localização dos campi do IFRN e os arranjos produtivos, sociais e culturais locais

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO/ CAMPUS	ARRANJOS PRODUTIVOS, SOCIAIS E CULTURAIS LOCAIS
Agreste Potiguar	Baixa Verde	João Câmara	Cajucultura e beneficiamento de castanha de caju e ovinocaprinocultura.
	Borborema Potiguar	Santa Cruz	Avicultura, confecções e ovinocaprinocultura.
	Agreste Potiguar	Nova Cruz	Bovinocultura de corte.
		São Paulo do Potengi	Bovinocultura de leite.
	Angicos	Lajes	Ovinocaprinocultura, bovinocultura de leite e artesanato em palhas e fibras.
Central Potiguar	Seridó Ocidental	Caicó	Confecções/têxtil, rendas e bordados, tecelagem, bovinocultura de leite, laticínios e turismo rural.
	Seridó Oriental	Currais Novos	Polpas, sucos de frutas e água de coco, confecções/têxtil, tecelagem, rendas e bordados, bovinocultura de leite e lacticínios, piscicultura e pesca, mineração e turismo rural.
		Parelhas	Bovinocultura de leite, cerâmica estrutural e telha cerâmica, piscicultura e pesca, artesanato em rendas e bordados, mineração e turismo rural.
	Macau	Macau	Sal marinho, aquicultura na região costeira, cadeia produtiva do petróleo, gás e energia e carcinicultura, pesca e petróleo.

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO/ CAMPUS	ARRANJOS PRODUTIVOS, SOCIAIS E CULTURAIS LOCAIS
Leste Potiguar	Natal	Natal - Central	APL da água mineral, movelaria, panificação, polpas, sucos de frutas e água de coco, aquicultura na região costeira, bovinocultura de leite, petróleo, gás e energia, confecções têxtil, flores e plantas ornamentais.
		Natal - Cidade Alta	Turismo e hospitalidade e cultura.
		Natal - Zona Norte	APL da água mineral, movelaria, panificação, polpas e sucos de frutas, água de coco, aquicultura na região costeira, bovinocultura de leite, petróleo, gás e energia, confecções têxtil, flores e plantas ornamentais.
	Região Metropolitana de Natal	Parnamirim	APL da água mineral, movelaria, panificação, polpas e sucos de Frutas, água de coco, aquicultura na região costeira, petróleo, gás e energia, confecções/têxtil e flores e plantas ornamentais.
		São Gonçalo do Amarante	Bovinocultura de corte, lacticínios, movelaria, polpas e sucos de Frutas, água de coco, aquicultura na região costeira.
	Macaíba	Ceará-Mirim	Cerâmica estrutural, aquicultura na região costeira, cajucultura e beneficiamento de castanha de caju, confecções/têxtil, flores e plantas ornamentais, piscicultura e pesca e turismo no litoral.
	Litoral Sul	Canguaretama	Aquicultura na região costeira, carcinicultura e turismo no litoral.

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO/ CAMPUS	ARRANJOS PRODUTIVOS, SOCIAIS E CULTURAIS LOCAIS
Oeste Potiguar	Chapada do Apodi	Apodi	Apicultura, cerâmica estrutural do Apodi-Assu, ovinocaprinocultura, laticínios, bovinocultura de leite, cajucultura e beneficiamento de castanha de caju, fruticultura, piscicultura e pesca e turismo rural.
	Vale do Açu	Ipanguaçu	Apicultura bovinocultura de leite, agricultura, pecuária, cerâmica estrutural e fruticultura.
		Jucurutu	Artesanato em rendas e bordados, confecções/têxtil, bovinocultura de leite, piscicultura e pesca.
	Mossoró	Mossoró	Apicultura, aquicultura, cajucultura e beneficiamento de castanha de caju, fruticultura, ovinocaprinocultura, petróleo, gás e energia, APL de polpas e sucos de frutas, água de coco e turismo rural.
	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	Apicultura, bovinocultura de leite e ovinocaprinocultura.
Todas	---	Natal - Zona Leste	Áreas diversificadas para a educação a distância

Fonte: adaptado de Apolinário *et al.* (2010).

Vale destacar que, além do Governo do Estado do RN, por meio do Núcleo Estadual de Apoio aos APLs, diversas outras instituições, pelo menos em tese, estão envolvidas na governança de um ou mais arranjos produtivos, entre elas, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN (Emparn), a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do RN (Fapern), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do RN (Fetarn), a Federação das Indústrias do RN (Fiern), o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (Emater/RN), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/RN) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/RN). Os arranjos produtivos normalmente contam com incentivos do Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil.

Nos tópicos que se seguem, serão apresentados os *campi* do IFRN em ordem alfabética dos municípios hospedeiros, tecendo-se as especificidades dos municípios atendidos por cada *campus*, em seus respectivos "territórios de abrangência", com a exposição dos principais indicadores demográficos e socioeconômicos, dos arranjos produtivos locais e dos cursos atualmente ofertados. Vale destacar que para a definição dos territórios de abrangência dos *campi*, foram identificados aqueles municípios, num raio de 60 a 80 km do campus, em que há discentes e egressos.

1.4.1. Campus Apodi (AP)

O *Campus* Apodi do IFRN integra a 2ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, iniciada em 2007. Foi inaugurado no dia 20 de agosto de 2009 e suas atividades letivas tiveram início no dia 21 de setembro do mesmo ano. O *Campus* Apodi situa-se à RN-233, km 2, nº 999, bairro Chapada do Apodi. Foi construído em terreno com 50,3 hectares, cedido pelo Governo do Estado do RN a partir de desmembramento de terreno pertencente à Emparn, parceira institucional nesse empreendimento. A vasta área disponível permitiu a implantação da Fazenda Escola, um diferencial para o *Campus*.

Distante 328 km da capital do RN e a 312 km de Fortaleza/CE, o município de Apodi pertence à microrregião da Chapada do Apodi, região oeste do estado. O Campus Apodi está estrategicamente localizado em uma área drenada pela Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró, nas terras férteis do Vale do Apodi, onde se localiza a Barragem de Santa Cruz, com 600 milhões de metros cúbicos e capacidade irrigável para 20 mil hectares de terra.

Segundo o IBGE Cidades, em 2018, o município de Apodi tinha uma população estimada de 35.814 habitantes. Entretanto, o *Campus* tem condições de atender também às demandas educacionais de municípios circunvizinhos, tais como, Felipe

Guerra (5.972 hab. a 16,8 km), Severiano Melo (2.799 hab. a 34,6 km), Itaú (5.858 hab. a 37,5 km), Taboleiro Grande (2.545 hab. a 39,4 km) Caraúbas (20.443 hab. a 43,9 km), Rodolfo Fernandes (4.472 hab. a 46,8 km), Governador Dix-Sept Rosado (12.997 hab. a 49,4 km), Riacho da Cruz (3.543 hab. a 50,7 km) e Umarizal (10.659 hab. a 65,8 km), dentre outros, como municípios fronteiriços do estado do Ceará, Tabuleiro do Norte/CE (30.695 hab. a 75,2 km).

Conforme o IBGE Cidades, em 2015, Apodi apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 423,1 milhões e *per capita* de R$ 11.691,55, e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,693, em 2010. Cerca de 10,3% ou 3.717 pessoas tinham ocupação em 2016, sendo de 1,6 salários mínimos a média salarial dos trabalhadores formais. O município apresenta expressivo índice de pobreza, em que cerca de 51,9% da população vivia em 2016 com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo.

A economia de Apodi participava com 0,74% do PIB do RN e com 44,1% na composição do PIB da microrregião da Chapada do Apodi. Em relação ao valor adicionado bruto ao PIB apodiense, sua economia é puxada pelo setor público e seguridade social (36,6%), seguido pelo setor de serviços (33,1%), indústria (23,6%) e agropecuária (6,7%).

Os arranjos produtivos identificados no município e na microrregião são o da apicultura, bovinocultura de leite, cajucultura e beneficiamento de castanha de caju, cerâmica estrutural, fruticultura irrigada, laticínios, ovinocaprinocultura e piscicultura. Além disto, destaca-se que o município possui vocação natural para o turismo rural ecológico, pois abriga o segundo mais importante Sítio Arqueológico do Brasil, o Lajedo de Soledade.

O *Campus* Apodi optou por ter como foco tecnológico a agropecuária e a agroindústria. Em nível médio, são ofertados os cursos técnicos em Agropecuária, Biocombustíveis, Informática, Manutenção e Suporte em Informática e Química. Em nível superior, a licenciatura em Química e, em pós-graduação *lato sensu*, especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática.

A adoção pelo IFRN *Campus* Apodi da estratégia de atuação de acordo com a vocação tecnológica da microrregião foi a mesma dos demais *campi* e tem como principal objetivo o fortalecimento e consolidação dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e a melhoria da educação básica e superior.

1.4.2. Campus Caicó (CA)

O *Campus* Caicó do IFRN também faz parte da 2ª fase da expansão dos Institutos Federais, tendo sido autorizado a funcionar por meio da portaria n° 757, de 27 de julho de 2009, do Ministério da Educação. O campus fica situado à RN-288, s/n, no bairro de Nova Caicó, tem área construída de 6.481 m² em terreno de 69.725 m².

O município de Caicó é um dos principais da microrregião do Seridó Ocidental (sertão do RN), estando distante 280 km da capital potiguar. Em 2018, a população estimada era 67.554 habitantes, o que o classifica como o 7º município mais populoso do estado do RN e o 1º da sua microrregião.

Os municípios circunvizinhos num raio de até 80 km que compõem o território de abrangência do *Campus* Caicó são: São José do Seridó (4.602 hab. a 22,9 km), São Fernando (3.573 a 23 km), Timbaúba dos Batistas (2.407 hab. a 28,4 km), Cruzeta (8.014 hab. a 35,3 km), Jardim de Piranhas (14.730 hab. a 36,4 km), São João do Sabugi (6.179 hab. a 38,3 km), Várzea/PB (5.485 hab. a 42,5 km), Serra Negra do Norte (8.065 hab. a 43,1 km), Jardim do Seridó (8.065 hab. a 44,2 km), Ipueira (2.228 hab. a 50.1 km), Ouro Branco (4.812 hab. a 50,9 km), Jucurutu (18.274 hab. a 52,7 km), Acari (11.152 hab. a 52,8 km), Santa Luzia/PB (15.336 hab. a 57 km), Parelhas (21.408 hab. a 62,2 km), São Bento/PB (33.796 hab. a 64,6 km), Carnaúba dos Dantas (8.119 hab. a 66,5 km) e Santana do Seridó (2.670 hab. a 76,2 km) - as informações entre parênteses incluem a respectiva população estimada em 2018 para o município (segundo o IBGE Cidades) e a distância até o *Campus* Caicó.

A economia caicoense apresentou, em 2015, segundo o IBGE, PIB de R$ 1,02 bilhão e PIB *per capita* de R$ 15.122,09, e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,710, em 2010. O município representava, em 2015, 1,78% do PIB do RN e 73,82% da economia da microrregião do Seridó Ocidental, o que a torna a cidade mais importante nessa microrregião. Em termos do valor adicionado bruto ao PIB, a economia caicoense é puxada pelo setor de serviços (58,7%), seguido pelo setor público e seguridade social (31,4%), indústria (6,9%) e agricultura (2,9%).

Em relação ao mercado de trabalho, segundo o IBGE Cidades, 11.504 pessoas ou 17% da população tinham ocupação laboral em 2016, sendo 1,6 salários mínimos a média mensal de rendimentos dos trabalhadores. Em situação de pobreza, encontravam-se 37,9% dos caicoenses em 2016, com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo.

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) em que se concentram o foco tecnológico de atuação do *campus* correspondem aos de confecções/têxtil do Seridó, que se desenvolve nos segmentos de tecelagem e vestuário (composta por aproximadamente 200 confecções e facções de pequeno e médio porte), artesanato em rendas e bordados e o setor boneleiro (composto por mais de 80 empresas de pequeno e médio porte), tornando o município de Caicó o segundo maior polo produtor de bonés do Brasil, com uma média de 500.000 peças/mês. Além destas atividades, se destacam a pecuária (bovinocultura leiteira) e a produção de laticínios, a piscicultura e pesca e a mineração, com ocorrência[1] de argila, bismuto, calcário, fosfato, gabro, granito, berílio, cobre, ferro, ouro, tungstênio, mármore, quartzito e xelita.

1 Vide: SILVA, Luana Carla Mariz da. **Caracterização da mineração e do potencial mineral do município de Caicó-RN utilizando técnicas de sensoriamento remoto**. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/12509/9046>.

A cidade também integra o APL de turismo rural, tendo como atração principal a Festa de Sant'Ana, tombada em 2010 como patrimônio imaterial do Brasil, realizada sempre no mês de julho. A cidade também atrai milhares de turistas durante o carnaval, bem como sedia importantes entidades, como a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (Adese).

No intuito de atender às demandas produtivas da microrregião, o *Campus* Caicó oferece cursos nos focos tecnológicos:

I Controle e Processo Industrial, com a oferta do técnico em Eletrotécnica, nas modalidades subsequente e integrado, e técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade Ensino à Distância);

II Informação e Comunicação, com o técnico em Informática na modalidade integrado; e

III Produção Industrial, com o técnico em Vestuário e em Têxtil, nas modalidades subsequente e integrado. Em nível superior, é ofertada a Licenciatura em Física e o curso de Tecnologia em Design de Moda.

1.4.3. Campus Canguaretama (CANG)

O *Campus* Canguaretama do IFRN faz parte da 3ª fase de expansão da RFEPCT, tendo sido inaugurado no dia 2 de outubro de 2013, em cerimônia conjunta realizada no *Campus* Ceará-Mirim. O *Campus* tem área construída de 8.701,65 m² em um terreno de 106.796,92 m². Situa-se à margem da BR-101, Km 160, S/N, no bairro de Areia Branca, Canguaretama/RN, a 7 km do centro da cidade, tendo uma infraestrutura excelente, em face do projeto arquitetônico mais bem aprimorado na 3ª fase, e dispondo de 16 salas de aula e 23 laboratórios.

O município de Canguaretama compõe a microrregião Litoral Sul do estado e a mesorregião do Leste Potiguar, com área territorial de 245 km². Situa-se a 67 km da capital do estado e a 60 km de Parnamirim - terceira cidade mais populosa do estado, com 255,7 mil habitantes. Segundo o IBGE Cidades, o município teve sua população estimada em 33.999 habitantes em 2018. As cidades circunvizinhas mais próximas são Pedro Velho (14.767 hab. a 14,9 km), Vila Flor (3.146 hab. a 17,6 km), Goianinha (25.980 hab. a 18,5 km), Montanhas (11.295 hab. a 25,1 km), Baía Formosa (9.218 hab. a 27,1 km), Espírito Santo (10.527 hab. a 32,8 km), Arês (14.192 hab. a 30,5 km), Mataraca/PB (8.327 hab. a 35,5 km), Tibau do Sul (13.916 hab. a 36,9 km), São José de Mipibu (43.640 hab. a 40,6 km), Jundiá (3.873 hab. a 41,5 km) e Nova Cruz (37.233 hab. a 48,2 km).

Em 2015, segundo o IBGE Cidades, o município de Canguaretama participava com 0,69% da economia norte-rio-grandense (43ª posição). Considerando-se os municípios da microrregião Litoral Sul, sua participação é de 23,24% (5º posição). O muni-

cípio apresentou, em 2015, PIB de R$ 395,2 milhões e *per capita* de R$ 11.755,11, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,579 em 2010.

Os carros-chefes da economia de Canguaretama são o Setor Público e a Seguridade Social, com 37,7% do valor adicionado bruto ao PIB. Em seguida, tem-se a atividade agropecuária com 35,6%, o setor de serviços com 23,5% e a indústria com apenas 3,15%.

Em 2016, segundo o IBGE Cidades, a população canguaretamense ocupada em relação à população total era de 10% ou 3.405 pessoas, sendo o salário médio mensal de 1,6 salários mínimos. Em 50,7% domicílios, os rendimentos mensais eram de até meio salário mínimo por pessoa, o que configura situação de pobreza.

O município compõe o polo turístico litorâneo, com a conhecida praia Barra de Cunhaú, o Mortuário do Cunhaú, o Santuário Chama do Amor e o Engenho Cunhaú. Lá, desponta o turismo de eventos, como a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, a Festa dos Mártires de Cunhaú, a Semana da Cultura e o Festival de Verão. Além do turismo, segundo o BNDES, estão presentes as atividades de bovinocultura de corte, aquicultura e carcinicultura. Goianinha, a 25 km, integra o APL da cerâmica estrutural.

O *Campus* tem foco de atuação estabelecido nas áreas de Turismo, Eletromecânica e Informática. A escolha dessas áreas foi realizada junto à comunidade local, quando se detectou uma carência de profissionais com qualificação para atender à vocação turística da cidade e às pequenas indústrias no território de abrangência (ceramistas, engenhos e destilarias de aguardente, beneficiadora de camarões *etc.*). Além de oferecer cursos técnicos, o *Campus* desenvolve ações de extensão e pesquisa que contribuem para o desenvolvimento social e econômico da região, em benefício da comunidade e sociedade local.

1.4.4. Campus Ceará-Mirim (CM)

Com o objetivo de oferecer qualificação e formação profissional para os cidadãos da Região Metropolitana de Natal (RMN), o *Campus* Ceará-Mirim do IFRN foi criado na 3ª fase de expansão, tendo sido inaugurado em 2 de outubro de 2013. Situa-se à BR-406, Km-145, Bairro Planalto, Ceará-Mirim/RN, a 20 km da capital, tendo sido instalado em um terreno de 100.000 m², dos quais 11.690,20 m² são destinados a área construída.

Sua estrutura física consiste de um prédio principal com 31 salas administrativas, 12 salas de aulas, 8 laboratórios e biblioteca. O prédio anexo dispõe de com lanchonete, refeitório, setor de saúde, 18 laboratórios, um auditório para 200 pessoas, um parque esportivo com campo de futebol oficial, pista de atletismo oficial, piscina semiolímpica e um Núcleo de Educação Física e Artes.

A cidade de Ceará-Mirim está vinculada à microrregião de Macaíba, igualmente compondo a Região Metropolitana de Natal (RMN), assim como também integra o território da cidadania denominado Mato Grande, que compreende 16 municípios das microrregiões da Baixa Verde e do Litoral Nordeste.

Segundo o IBGE Cidades (2018), o município tem uma população estimada de 73.099 habitantes, sendo o 6º mais populoso do estado do RN e o 3º na microrregião. Já a Região do Mato grande engloba uma população de cerca de 131,8 mil habitantes, sendo 60,8 mil residentes nas áreas urbanas dos municípios, enquanto que 71 mil nas áreas rurais, distribuídos demograficamente em seus 4.514,3 km² (8,5% do estado do RN). As cidades circunvizinhas a Ceará-Mirim são São Gonçalo do Amarante (101.102 hab. a 20,5 km), Taipu (12.261 hab. a 21,5 km), Ielmo Marinho (13.628 hab. a 26 km), Extremoz (28.222 hab. a 26,7 km), Poço Branco (15.294 hab. a 31 km), Macaíba (79.743 hab. a 32 km), Pureza (9.516 hab. a 32,8 km) e João Câmara (34.747 hab. a 48 km).

Segundo o IBGE Cidades, a cidade apresentou em 2015 um PIB de R$ 728,4 milhões e *per capita* de R$ 9.994,77, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,616 (2010). Os carros-chefes da economia ceará-miriense são o Setor Público e a Seguridade Social, com 45,2% do valor adicionado bruto ao PIB, seguido pelo setor de serviços, com 39%, indústria com 9,9% e agropecuária com 5,9%.

Em 2016, cerca de 8,6% da população ou 6.290 pessoas tinham ocupação, já o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,7 salários mínimos. Em 2010, 46,1% da população encontrava-se em situação de pobreza, com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo.

Com exceção da participação do Setor Público e da rendas provenientes da seguridade social, a economia de Ceará-Mirim é baseada essencialmente no setor de serviços, especialmente o comércio, assim como pequenas e médias indústrias (açucareira, beneficiamento da castanha do caju, construção, etc.). Foram identificados os APL da cerâmica estrutural, confecção/têxtil, aquicultura, flores e plantas ornamentais, cajucultura, cana de açúcar.

Planejado para ser um polo de tecnologia na região, o *Campus* tem foco de atuação nos eixos de Informação e Comunicação e de Ambiente e Saúde, sendo ofertados os cursos técnicos de Informática, Manutenção e Suporte em Informática, Programação de Jogos Digitais e Equipamentos Biomédicos. A escolha desses cursos deu-se devido à carência de profissionais qualificados nessas áreas de atuação, tanto na cidade de Ceará-Mirim como nas cidades circunvizinhas.

1.4.5. Campus Currais Novos (CN)

Situado no Seridó Potiguar, região central do estado próxima a divisa com a Paraíba, o *Campus* Currais Novos do IFRN fica a 172 km da capital. De acordo com

o IBGE Cidades, em 2018, Currais Novos tinha população estimada em 44.664 habitantes, sendo assim o 9º município mais populoso do estado. Além da cidade, o *Campus* atende a uma área de abrangência que compreende 13 municípios, englobando uma população de cerca de 176,5 mil habitantes, quais sejam: São Vicente (6.397 hab. a 25 km), Lagoa Nova (15.477 hab a 28,2 km), Acari (11.152 hab. a 30,9 km), Cerro Corá (11.178 hab. a 42,4 km), Florânia (9.121 hab. a 45,4 km), Campo Redondo (11.142 hab. a 47,4 km), Cruzeta (8.014 hab. a 48,3 km), Tenente Laurentino Cruz (5.883 hab. a 48,5 km), Carnaúba dos Dantas (8.119 hab. a 50,1 km), Bodó (2.250 hab. a 53,1 km), Lajes Pintadas (4.755 hab. a 57,4 km), Jardim do Seridó (12.395 hab. a 58,5 km), São José do Seridó (4.602 hab. a 60,7 km) e Parelhas (21.408 hab. a 61 km).

Na economia local, destacam-se os arranjos produtivos da mineração, cerâmica, confecções/têxtil, tecelagem, artesanato em rendas e bordados, bovinocultura de leite e produção de lacticínios e o turismo rural. Segundo o IBGE (2015), a cidade tem PIB *per capita* de R$ 14.042,61 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,694 (2010). Cerca de 15% da população (6.766 pessoas) tinham ocupação em 2016, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,6 salários mínimos em 2016 e 44,2% da população, em 2010, possuía rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo (pessoas consideradas pobres).

Durante a primeira fase do Plano de Expansão da RFEPCT, a Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) de Currais Novos do Cefet/RN foi convertida em *Campus* do IFRN, em virtude de a administração municipal da época ter cedido o terreno para construção. A atuação do *Campus* Currais Novos está voltada para a capacitação profissional, principalmente nas áreas de Alimentos, Informática, Química e Meio Ambiente, possuindo, atualmente, os cursos técnicos integrados em Informática, Manutenção e Suporte e Alimentos, além de cursos superiores em Tecnologia de Alimentos, Tecnologia em Sistemas para Internet e Licenciatura em Química, com possibilidades de expansão.

Compõe, ainda, sua infraestrutura de apoio laboratorial, o Centro de Tecnologias do Queijo (CTQueijo), que visa promover o ensino, a pesquisa, a difusão, a capacitação tecnológica e dar apoio ao desenvolvimento da cadeia leiteira, voltadas para o pequeno produtor da região do Seridó. São ofertados cursos de aperfeiçoamento para a comunidade externa e acadêmica, por meio de ações desenvolvidas no âmbito dos programas Mulheres Mil e Pronatec, além de cursos de capacitação ofertados para os produtores locais, a partir de parcerias com a Emater e Sebrae. Uma parte da produção da unidade destina-se a demandas assistenciais como a Casa do Pobre, APAE, Hemonorte e outras instituições públicas locais, que frequentemente demandam do IFRN Currais Novos a doação de produtos para auxiliar no complemento alimentar de seus usuários.

1.4.6. Campus Ipanguaçu (IP)

A história do *Campus* Ipanguaçu do IFRN remonta à antiga Fazenda-Escola Cenecista Professor Arnaldo Arsênio de Azevedo, criada em 1988, pela Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (Cnec), em parceria com o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs). Em março de 1999, a escola foi transformada no Centro de Tecnologias em Agronegócios do Vale do Assú (Cetanvale), passando a ser gerenciado pelo então Cefet-RN. Em 2006, durante a 1ª fase de expansão da RFEPCT, o Centro de Tecnologias foi transformado em unidade administrativa do IFRN.

O município de Ipanguaçu está situado na microrregião do Vale do Açu, sendo banhado pelos rios Piranhas-Açu, ao oeste, e Pataxó. De acordo com o IBGE Cidades, a população ipanguaçuense estava estimada em 15.464 habitantes em 2017, dos quais 58,79% se concentram nas zonas urbanas e 38,92% na zona rural. Entretanto, o *Campus* tem como seu território de abrangência a população advinda dos seguintes municípios circunvizinhos: Assú (57.644 hab. a 8,3 km), Itajá (7.501 hab. a 12,2 km), Carnaubais (10.651 hab. a 30,2 km), Alto do Rodrigues (14.326 hab. a 36,6 km), Pendências (14.984 hab. a 38,6 km), São Rafael (8.212 hab. a 40,5 km), Afonso Bezerra (11.041 hab. a 54 km), Angicos (11.724 hab. a 54 km) e Paraú (3.787 hab. a 59,9 km).

A principal atividade econômica é a agricultura irrigada, que se distribui na região do Vale do Assú. Destaca-se também o APL da cerâmica estrutural, a produção apícola e a bovinocultura de leite. Sua oferta educacional vem ao encontro das demandas identificadas para capacitação de profissionais em cursos técnicos nas áreas de Agroecologia, Meio ambiente, Informática e Manutenção e Suporte em Informática. Em nível superior, são ofertadas as licenciaturas em Informática e em Química, e o tecnólogo em Agroecologia. Há outras demandas por cursos nas áreas de aquicultura, construção civil e indústria cerâmica.

1.4.7. Campus João Câmara (JC)

O *Campus* João Câmara do IFRN foi criado na 2ª Fase do Plano de Expansão da RFEPCT, juntamente com o Campus Ceará-Mirim, atendendo as cidades que compõem a região do Mato Grande. O município de João Câmara está situado na microrregião da Baixa Verde, a 70 km da Capital e a 66 km da quarta cidade mais populosa do estado, São Gonçalo do Amarante.

O IBGE Cidades estimou a população camarense em 34,7 mil habitantes em 2018, o que o posiciona como o 14º município mais populoso do RN. Compõe o território de abrangência do *Campus* João Câmara as cidades de Bento Fernandes (5.469 hab. a 18,7 km), Poço Branco (15.294 hab. a 20,1 km), Taipu (12.261 hab. a 25,1 km), Jardim de Angicos (2.617 hab. a 29,2 km), Pedra Preta (2.478 hab. a 34,2 km), Riachuelo

(8.034 hab. a 35 km), Pureza (9.516 hab. a 38,8 km), Parazinho (5.201 hab. a 39,6 km), Jandaíra (6.863 hab. a 43 km), Ceará-Mirim (73.099 hab. a 47,2 km), Pedra Grande (3.275 hab. a 51,7 km), Touros (33.734 hab. a 56,5 km), São Miguel do Gostoso (9.531 hab. a 59,6 km).

Em 2018, apresentou PIB per capita de R$ 22.230,29 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,595 (2010). Em 2016, cerca de 8,7% da população, ou 3.032 pessoas, tinham ocupação, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,4 salários mínimos e 48% da população possuía rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo (em situação de pobreza).

Dentre as principais atividades econômicas, destacam-se os APL da cajucultura e de beneficiamento de castanha de caju e a ovinocaprinocultura. A cidade recebeu um investimento estrangeiro para a construção do parque eólico, da ordem de R$ 600 milhões, com capacidade de 145,2 MW.

Na perspectiva de atender às demandas socioeconômicas dos arranjos produtivos da região, o *Campus* João Câmara do IFRN tem como eixo tecnológico Controle e Processos Industriais e Gestão e Negócios. O *Campus* atua na educação profissional técnica em nível médio com a oferta dos cursos de Administração, Eletrotécnica e Informática, nas modalidades Integrado, inclusive Educação de Jovens e Adultos (EJA) e subsequente. Em nível superior, oferta o curso de graduação tecnológica em Energias Renováveis. Com direcionamento à formação inicial e continuada de professores, oferta o curso de Licenciatura Plena em Física e pós-graduações, com os cursos de especialização em "Organização e Gestão Escolar" (nas modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos) e especialização em "Educação, Sustentabilidade e Geografia do Semiárido".

1.4.8. Campus Avançado Jucurutu (JUC)

O *Campus* Avançado Jucurutu do IFRN, com funcionamento autorizado pela Portaria MEC nº 332, de 5.04.2018, será instalado em terreno com área total de 61.899,54 m² cedido pela Prefeitura Municipal, conhecido como Sítio Caeira, s/n, à margem da Rodovia RN-118, Distrito Industrial de Jucurutu/RN.

O município de Jucurutu compõe a região Seridó no centro-sul do estado, localizando-se a cerca de 233 km da capital. Segundo do IBGE Cidades, tinha em 2018 uma população estimada de 18.274 habitantes e PIB *per capita* de R$ 10.195,64. Tem como municípios limítrofes principais Florânia (9.121 hab. a 27,4 km), Triunfo Potiguar (3.259 hab. a 42,2 km), São Rafael (8.212 hab. a 44 km), Augusto Severo (9.638 hab. a 46,5 km), Santana do Matos (12.954 hab. a 49,9 km), Caicó (67.554 hab. a 54 km), São Fernando (3.573 hab. a 69,8 km), Assú (57.644 hab. a 78,9 km) e Jardim de Piranhas (14.730 hab. a 82,2 km).

Segundo o IBGE Cidades, em 2016, cerca de 1763 pessoas, ou 9,5% da população jucurutuense, tinham ocupação, com salário médio mensal de 1,5 salários mínimos. Em termos de distribuição de renda, em 2010, 48,2% da população vivia com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo.

Assim como Caicó, a economia jucurutuense integra os arranjos produtivos de confecções/têxtil, rendas e bordados, bovinocultura de leite, piscicultura e pesca.

1.4.9. Campus Avançado Lajes (LAJ)

O *Campus* Avançado Lajes do IFRN está vinculado administrativamente ao *Campus* João Câmara e Integra a 3ª fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado. Está localizado na BR-304, Km 120, município de Lajes/RN.

Foi construído em um terreno de 65 mil m² doado pela União e possui 12.672,89 m² de área construída. A unidade tem capacidade de atender a 600 alunos e acomodar 52 servidores (22 técnicos administrativos e 30 professores).

O município de Lajes se situa na região geográfica imediata de Assú, antiga microrregião de Angicos, distante cerca de 130 km da Capital. Segundo o IBGE Cidades, a sua população estimada era de 11.208 habitantes em 2018. Tem como principais municípios circunvizinhos: Pedro Avelino (6.780 hab. a 30,3 km), Pedra Preta (2.478 hab. a 32,4 km), Fernando Pedroza (3.039 hab. a 35,2 km), Afonso Bezerra (11.041 hab. a 45 km), Cerro Corá (11.178 hab. a 52 km), Angicos (11.724 hab. a 58 km) e Jandaíra (6.863 hab. a 64 km) - as distâncias calculadas se referem a localização do campus na BR-304.

Segundo o IBGE, a cidade tem um PIB per capita de R$ 8.986,31 (em 2015) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,624 (em 2010). Em 2016, cerca de 8,7% da população, ou 982 pessoas, tinham ocupação, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,7 salários mínimos e 49,9% da população possuía rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo.

Dentre as principais atividades econômicas no território de abrangência do campus, segundo Apolinário *et al.* (2010), destaca-se o APL da ovinocaprinocultura e desenvolvem-se atividades como o artesanato em palhas e fibras e a bovinocultura leiteira em pequena escala. Em municípios circunvizinhos inclui-se os APL da mandioca, de polpas, sucos de frutas e de água de coco, laticínios e mineração, destaca-se também o turismo rural em municípios como Cerro Corá.

Os eixos tecnológicos definidos são Gestão e Negócios e Informação e Comunicação. Atualmente, são ofertados os cursos técnicos em Administração e Informática. Também são ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com

carga horária superior a 160 horas, como o curso de Gestão de Resíduos Sólidos, que integra as ofertas do programa Mulheres Mil e, com menos de 160 horas, são ofertados os cursos de Inglês Básico II, Ensino de Matemática Através da Resolução de Problemas, Física e Energia, Física aplicada ao contexto das novas tecnologias, Ensino de Física Através de Situações problemas, Espanhol Básico II e Revisional de Sociologia do Ensino Médio.

1.4.10. Campus Macau (MC)

O *Campus* Macau do IFRN integra a 2ª Fase do Plano de Expansão da RFEPCT do Ministério da Educação, iniciada em 2007. Foi instalado num terreno de 290.770 m², desapropriado e doado pela prefeitura, próximo a BR-406, a 10 km do centro da cidade de Macau. A Prefeitura de Macau contribuiu financeiramente para a construção do Laboratório de Recursos Pesqueiros, assim como a Petrobras, que arcou com recursos para a compra de equipamentos do Laboratório de Análise de Água.

O município de Macau situa-se na microrregião salineira do RN, a cerca de 176 km da capital. Segundo o IBGE (2018), o município tem uma população estimada de 31.584 habitantes, com os seguintes municípios circunvizinhos: Guamaré (15.349 hab. a 31 km), Pendências (14.984 hab. a 25,8 km), Alto do Rodrigues (14.326 hab. a 44 km), Afonso Bezerra (11.041 hab. a 52,5 km), Porto do Mangue (6.765 hab. a 74,5 km) e Galinhos (2.726 hab. a 62,5 km) - a distância considerada é em relação ao *Campus*.

Segundo o IBGE, a cidade tem um PIB *per capita* de R$ 25.300,87 (em 2015) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,665 (em 2010) - o PIB é relativamente mais alto em virtude da produção salineira e da cadeia produtiva do petróleo e gás. Em 2016, cerca de 13,4% da população, ou 4.227, pessoas tinham ocupação, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salários mínimos e 42,8% da população tinham rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo (em situação de pobreza).

O município de Macau está inserido na cadeia produtiva do petróleo, gás e energia do RN e se destaca pela aquicultura na região costeira e carcinicultura. É o maior produtor de petróleo do estado em exploração marítima, o segundo maior produtor de pescado do RN e um dos maiores produtores de sal do Brasil. Mesmo diante do potencial das riquezas naturais, a renda é concentrada, se revertendo em ganhos para as empresas.

O *Campus* Macau conta com os cursos técnicos em Informática, Química e Recursos Pesqueiros. Em nível superior, tem o curso de Licenciatura em Biologia, a especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido. Todos os cursos foram planejados para atender às necessidades da região.

Sempre envolvidos com a comunidade no entorno do *Campus*, o IFRN/Macau desenvolve vários projetos como, por exemplo, o Encontro de Pescadores e Pescadoras da Microrregião Salineira, que conta com exposições e oficinas como a de "Segurança de pescadores", ministrada por representantes da Marinha do Brasil.

1.4.11. Campus Mossoró (MO)

O *Campus* Mossoró do IFRN foi inaugurado em 29 de dezembro de 1994. Inicialmente funcionou como uma Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) da antiga ETFRN. A unidade foi construída em um terreno de 97.200 m² e desde o início já contava com infraestrutura física, organizacional e humana necessária para prestar serviços de excelência à Região Oeste do estado, inclusive, aos demandantes em municípios circunvizinhos, como cidades no estado do Ceará. Após cerca de 14 anos de atividades, passou à condição de *Campus* do IFRN.

O município de Mossoró fica a 280 km da capital potiguar e a 249 km da capital cearense. É a 2ª maior cidade do RN e a 95ª cidade brasileira, com uma população estimada de 294.076 habitantes, segundo o IBGE (2018). Seu PIB *per capita* é de R$ 20.983,80 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,720 (2010). Em 2016, cerca de 22,3% da população ou 65.190 pessoas tinham ocupação, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,4 salários mínimos e 38% da população possuía rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo (estavam em situação de pobreza).

A economia mossoroense apresenta uma dinâmica comercial e de demanda por serviços, integra a cadeia produtiva do petróleo[2], gás e energia do RN, e tem significativa produção agricultura, especialmente, a fruticultura irrigada, que se apresenta da região do Oeste Potiguar ao Vale do Assú. O município é exportador e tem destaque na produção de melão, melancia, mamão, maracujá, manga, laranja, banana, coco-da-baía e castanha de caju. Desta forma, a cidade integra em posição de destaque os APL de polpas, sucos de frutas, água de coco, cajucultura e beneficiamento de castanha de caju. Além destas, desenvolve a apicultura, a pecuária e a ovinocaprinocultura, assim como participa do APL da aquicultura na região costeira. Outro setor que tem ganhado destaque é o do turismo. Desde os anos 1990, Mossoró tem se projetado culturalmente com eventos que ganharam projeção regional, como o Mossoró Cidade Junina, o qual atrai milhares de turistas anualmente, o Auto da Liberdade e a festa da padroeira Santa Luzia. Entre estes, ocorrem vários outros eventos, tais como a Feira Internacional de Fruticultura Tropical Irrigada (Expofruit), a Festa do Bode e a Feira Industrial e Comercial da Região Oeste (Ficro).

2 Mais recentemente tem havido queda no setor de petróleo e gás em virtude da saída paulatina da Petrobras.

Atualmente, o IFRN – *Campus* Mossoró oferece educação profissional nos eixos tecnológicos de controle e processos industriais, produção industrial, infraestrutura, informação e comunicação e ambiente e saúde. Em nível médio, são ofertados os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Guia de Turismo (EaD), Informática, Mecânica, Petróleo e Gás, Saneamento e Segurança do Trabalho (EaD). São ofertados os cursos superiores de Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Gestão Ambiental. O *Campus* oferta pós-graduação *lato sensu,* especialização em Educação e Contemporaneidade, bem como os mestrados *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em Ensino (Posensino), em Associação com a Uern e a Ufersa, e o mestrado profissional do Programa ProfEPT. Ao todo, mais de 2300 alunos foram matriculados nessas diversas modalidades de ensino. O *Campus* Mossoró também é polo de educação à distância, constituindo-se como referência para a região.

1.4.12. Campus Natal - Central

O *Campus* Natal - Central do IFRN situa-se numa das principais avenidas da cidade, em um terreno de 90.000 m², no bairro do Tirol. O aspecto mais importante é que sua história se confunde com a própria trajetória da Instituição. Foi inaugurado em 11 de março de 1967, quando a antiga Escola Industrial de Natal foi transferida do prédio histórico da Avenida Rio Branco, centro da capital, para as instalações do atual *Campus* Central.

Em relação aos demais *campi*, vale destacar que o *Campus* Natal - Central dispõe da mais ampla estrutura física e operacional, nas dimensões acadêmica, esportiva e administrativa, o maior número de servidores e discentes. A fim de atender os focos tecnológicos do *Campus*, existem cinco diretorias acadêmicas:

a) Diretoria de Ciências (Diac);

b) Diretoria de Informática (Diatinf);

c) Diretoria de Indústria (Diacin);

d) Diretoria de Construção Civil (Diacon); e

e) Diretoria de Recursos Naturais (Diaren).

Em relação à estrutura física, o *Campus* dispõe de um auditório central (490 lugares) e três miniauditórios, uma biblioteca central e uma setorial na Diac, uma unidade de assistência médico-odontológica e de acompanhamento psicológico, amplo estacionamento e uma lanchonete e refeitório. Em relação a estrutura esportiva: duas piscinas, três quadras esportivas, um ginásio poliesportivo e um campo de futebol com pista de atletismo.

O *Campus* Natal - Central tem o maior portfólio de cursos técnicos em nível médio, sendo eles: Administração, Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Geologia, Geologia e Mineração, Informática, Informática para Internet, Manutenção e Suporte em Informática, Mecânica, Mineração, Petróleo e Gás e Segurança do Trabalho. Em nível superior, são ofertadas as licenciaturas em Espanhol, Física, Geografia e Matemática, bem como as graduações tecnológicas em Gestão Pública, em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, em Comércio Exterior, em Construção de Edifícios, em Gestão Ambiental, em Redes de Computadores e em Automação Industrial; mais recentemente, foi criado o curso de bacharelado em Engenharia de Energia. Além destes, há ofertas em nível de pós-graduação em *lato sensu*, com os cursos de especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica (na modalidade EJA), em Gestão Ambiental e em Licenciamento Ambiental *On Shore*, e em *stricto sensu*, mestrado em Educação Profissional e os mestrados profissionais em Ensino de Física e no Uso Sustentável dos Recursos Naturais.

1.4.13. Campus Natal - Cidade Alta (CAL)

O *Campus* Natal - Cidade Alta do IFRN tem uma história singular. Teve origem a partir da recuperação do patrimônio histórico do antigo casarão situado à Avenida Rio Branco, 743, Cidade Alta. Em 1913, o prédio deu origem à Escola de Aprendizes Artífices, em seguida, ao Liceu Industrial e a Escola Industrial de Natal. O prédio, que data do início do século XX, foi cedido à Instituição pelo então governador do RN, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão.

Em 1967, com a inauguração das novas instalações da Escola Industrial no bairro de Tirol, atual sede do *Campus* Natal Central, o Ministério da Educação repassou o prédio para o Instituto Nacional do Livro. Posteriormente, sua tutela foi concedida à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que instalou no local, entre outros órgãos, a TV Universitária (TVU)[3], a qual funcionou lá de 1976 a 1995, dividindo espaço com outros órgãos.

Em novembro de 2007, na iminência do centenário do então Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a direção-geral do Cefet-RN, com o apoio da sua comunidade acadêmica e de ex-alunos da antiga Escola Industrial, reivindicou a reintegração de posse do edifício, a qual foi aprovada pelo Conselho Superior da UFRN. No ano seguinte, inicia-se a recuperação, tendo sido reinaugurado em 23 de setembro de 2009.

3 Durante seu período de funcionamento nesse prédio, a TVU dividiu o espaço com a Associação dos Funcionários da UFRN (Afurn), a Comperve e o Centro Regional Universitário de Treinamento e Ação (Crutac). O prédio abrigou ainda, entre 1978 e 2008, a Associação dos Veteranos da Força Expedicionária de Natal, a Coopercrutac – cooperativa de artesãos, de 1970 a 2008, e, a partir de 1997, vários grupos artísticos reunidos na Associação República das Artes.

O *Campus* Natal - Cidade Alta tem cursos relacionados às áreas de cultura, turismo e hospitalidade. Em nível médio, é ofertado o técnico em Multimídia, em Lazer, em Eventos e em Guia de Turismo. Em nível superior, são ofertadas as graduações tecnológicas em Gestão Desportiva e de Lazer e em Produção Cultural, e o curso de especialização em Gestão de Programas e Projetos de Esporte e de Lazer na Escola.

1.4.14. Campus Natal - Zona Norte (ZN)

O funcionamento do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN foi autorizado no dia 29 de junho de 2006, integrando a 1ª fase do Plano de Expansão da RFEPCT. No dia 16 de abril de 2007, iniciaram-se as aulas nas atuais dependências do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, localizado na Rua Brusque, nº 2926, Conj. Santa Catarina, bairro Potengi, tendo ocorrido a inauguração oficial em 19 de junho. O *Campus* foi construído em terreno cedido pela prefeitura, possui um terreno de 30.000 m², com área construída, urbanizada e ambientada de 8.122,26 m².

Cabe ressaltar que a escola atende o público-alvo, especialmente, residente na Zona Norte de Natal e também de municípios circunvizinhos. Essa região administrativa possuía cerca de 360 mil habitantes em 2017, segundo a Prefeitura do Natal.

No ano de 2018, o *Campus* Natal - Zona Norte conta com 42 (quarenta e dois) servidores técnicos administrativos, distribuídos entre suas diversas unidades funcionais, tendo em efetivo exercício apenas 37 deles, por questão de cooperação técnica com a Reitoria e outros *campi* do IFRN. Conta também com 62 (sessenta e dois) servidores docentes, 6 (seis) docentes substitutos e 8 (oito) estagiários de nível superior. Além disso, possui 1.294 alunos com matrícula ativa regular.

No *Campus* Natal - Zona Norte são oferecidos cursos voltados para as áreas de Gestão e Negócios, Informática e Indústria, nas seguintes modalidades: Cursos Técnicos Integrados Regulares; Cursos Técnicos Integrados na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA); Cursos Técnicos Subsequentes; Cursos Superiores de Licenciatura; Cursos Superiores de Tecnologia. Além desses, são oferecidos também cursos técnicos subsequentes na modalidade de Ensino a Distância, com duração entre um ano e meio a dois anos.

1.4.15. Campus Nova Cruz (NC)

Fruto dos esforços empreendidos na 3ª Fase do Plano de Expansão da RFEPCT do Ministério da Educação, o *Campus* Nova Cruz do IFRN iniciou suas atividades acadêmicas no primeiro semestre letivo de 2009. Está localizado na Av. José Rodrigues de Aquino Filho - RN 120, Nº. 640, Bairro Santa Luzia, município de Nova Cruz, na microrregião do Agreste Potiguar, a 110 km da capital.

Segundo o IBGE (2018), Nova Cruz tem uma população estimada de 37.233 habitantes. Em relação a abrangência de atuação do *Campus*, atende a estudantes em cerca de 18 municípios circunvizinhos, divididos entre dois estados: Santo Antônio/RN (23.988 hab. a 18,5 km), Logradouro/PB (4.294 hab. a 18,9 km), Montanhas/RN (11.295 hab. a 20,4 km), Caiçara/PB (7.292 hab. a 22,3 km), Serrinha/RN (6.281 hab. a 24 km), Jacaraú/PB (14.349 hab. a 25,2 km), Passa e Fica/RN (13.076 hab. a 25,2 km), Lagoa D'Anta/RN (6.728 hab. a 27,7 km), Pedro Velho (14.767 hab. a 28,9 km), Várzea (5.485 hab. a 31,9 km), Passagem/RN (3.075 hab. a 32,2 km), Lagoa de Pedras/RN (7.503 hab. a 34,8 km), Serra de São Bento/RN (5.774 hab. a 34,8 km), Espírito Santo/RN (10.527 hab. a 37,7 km), Brejinho/RN (12.609 hab. a 39 km), Januário Cicco/RN (10.087 hab. a 41,4 km), Monte das Gameleiras/RN (2.127 hab. a 47 km) e São José de Campestre/RN (12.833 hab. a 48,4 km) - as distâncias dos municípios circunvizinhos são relativas ao *Campus* Nova Cruz.

Conforme o IBGE, em 2015, o PIB *per capita* era de R$ 10.973,47 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,629, em 2010. Em 2016, 9,7%, ou 3.653 pessoas tinham ocupação, sendo o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 1,7 salários mínimos. Em relação à vulnerabilidade social, o IBGE, aponta que 50,3% da população vivia com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo, em 2010.

A economia nova-cruzense, segundo o IBGE, participava em 2015 com 0,72% do PIB do RN e com 20,16% na composição do PIB da microrregião do Agreste Potiguar. Em relação ao valor adicionado bruto ao PIB, o carro-chefe da economia de Nova Cruz é o setor de serviços (44%), seguido pelo setor público (42,3%), indústria (9,82%) e agropecuária (3,9%). Em relação aos Arranjos Produtivos Locais da microrregião, predominam a bovinocultura de corte e leiteira e o APL de polpas, sucos de frutas e água de coco.

São ofertados os cursos técnicos de nível médio em Administração, Informática e Química. Em nível superior, são ofertados os cursos de Tecnologia em Processos Químicos e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tads).

1.4.16. Campus Avançado de Parelhas (PAAS)

Com obras autorizadas em outubro de 2013, o *Campus* Avançado Parelhas do IFRN iniciou as suas ofertas em maio de 2015, após a Resolução n° 38/2014 do Conselho Superior do IFRN, estando vinculado administrativamente ao *Campus* Currais Novos. O prédio próprio foi construído na Rua Dr. Mauro Duarte, S/N, José Clóvis, em terreno com área de 45.000 m², no município de Parelhas/RN, a 62 km do IFRN João Câmara e a 240 km da Capital. Tem capacidade para atender a 1.200 alunos, entretanto, devido ao *status* de "*Campus* avançado", por estar em processo de implantação, tinha no primeiro semestre de 2018 cerca de 450 alunos.

O município fica na microrregião Seridó Oriental, mesorregião Central Potiguar, abrangendo uma área territorial de 523 km². Segundo o IBGE, a população estimada é de 21.408 habitantes em 2018, tendo como municípios circunvizinhos: Santana do Seridó (2.670 hab. a 13,9 km), Jardim do Seridó (12.395 hab. a 20,6 km), Carnaúba dos Dantas (8.119 hab. a 25,8 km) e Equador (6.036 hab. a 37,5 km), além de municípios do estado da Paraíba, como São José do Sabugi/PB (4.134 hab. a 22,1 km) e Junco do Seridó/PB (7.104 hab. a 42,3 km).

Segundo o IBGE, a economia de Parelhas representava 0,55% do PIB do RN e 20,11% da economia da microrregião do Seridó Oriental em 2015. Em termos do valor adicionado bruto ao PIB, a economia é puxada pelo setor de serviços (33,9%), seguido pelo setor público e seguridade social (31,7%), indústria (30,9%) e agricultura (3,46%). A economia parelhense, segundo o BNDES, integra os APL da cerâmica estrutural e da telha cerâmica, da mineração, bovinocultura de leite, piscicultura e pesca e turismo rural, também produz artesanato em rendas e bordados.

O *Campus* tem foco de atuação no eixo tecnológico de informação e comunicação e recursos naturais, ofertando inicialmente os Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado em Informática e Mineração, ambos com duração de quatro anos. Além dos diferentes cursos de formação inicial e continuada, com ênfase no Programa Mulheres Mil, pelo qual, até 2017, havia 5 turmas concluintes e em 2018 ofertando mais uma turma, totalizando 180 mulheres atendidas. Ressalta-se que além do quantitativo mencionado, há matrículas do Proitec, totalizando cerca de 600 alunos atendidos no ano de 2017.

Como previsto no Projeto Político Pedagógico do IFRN, o desenvolvimento dos alunos ocorre através dos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão. Seguindo esse preceito, o *Campus* Avançado Parelhas desenvolveu, entre 2015 e 2017, um total de 28 projetos de pesquisa e 36 projetos de extensão, nos diferentes eixos tecnológicos e propedêuticos do *Campus*.

Como parte do processo educativo, são desenvolvidas no *Campus* ações de assistência estudantil por meio de diferentes programas, como auxílio transporte, alimentação escolar e bolsas de apoio à formação estudantil, tendo, no final de 2017, um total de 57% dos alunos atendidos nesses programas.

1.4.17. Campus Parnamirim (PAR)

O *Campus* Parnamirim do IFRN teve seu funcionamento autorizado pela Resolução nº. 081/2009, de 30/12/2009, do Conselho Superior (Consup) do IFRN. Em 27 de dezembro de 2010, em uma solenidade realizada em Brasília, foi inaugurado juntamente com outros 31 novos *campi* de todo o país. O *Campus* fica localizado na Rua

Antônia de Lima Paiva, nº 155, Bairro Nova Esperança, Parnamirim/RN, na marginal da BR-101, na altura do contorno da estrada para Pium. O *Campus* conta com uma estrutura administrativa e acadêmica projetada para acolher até 1.200 alunos.

Parnamirim compõe a RMN, sendo integrado/conurbado à capital potiguar. É o 3º maior município do RN, com população estimada em 2018 de 255.793 habitantes, segundo o IBGE. Além de estudantes que residem no próprio município e na capital, o *Campus* atende pessoas de municípios circunvizinhos, especialmente São José de Mipibu (43.640 hab. a 16,7 km), Macaíba (79.743 hab. a 18,3 km) e Nísia Floresta (27.260 hab. a 20 km).

A terceira maior cidade do RN apresentava, em 2015, PIB *per capita* de R$ 18.966,93 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 0,766, em 2010. Cerca de 18,2 % ou 45.328 dos residentes em Parnamirim estavam ocupados em 2016, sendo o salário médio mensal dos trabalhadores formais correspondente a 2 salários mínimos, segundo o IBGE. Entretanto, 47,9 % da população vivia com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo.

Em junho de 2009, contando com a participação dos secretários de educação de Parnamirim e das cidades circunvizinhas e de representantes de várias instituições, como a Base Aérea de Natal, a Diretoria Regional da Secretaria de Educação do Estado, estudantes, professores, diretores de escolas, dentre outras autoridades, realizou-se a Audiência Pública para definição dos eixos tecnológicos e possíveis cursos que seriam ministrados nos *campi*, sendo estabelecidos, incialmente, o eixo de Informação e Comunicação, com os cursos de Informática e Redes de Computadores e o eixo de Controle e Processos Industriais, desta vez com o curso de Mecatrônica.

1.4.18. Campus Pau dos Ferros (PF)

O *Campus* Pau dos Ferros do IFRN foi inaugurado em 2009 e integra a fase II do Plano de Expansão da RFEPCT. Localiza-se em um terreno cedido pela prefeitura na BR-405, KM 156, Bairro Chico Cajá, no Município de Pau dos Ferros. Inicialmente com uma área de 2,8 ha, atualmente com área total de 4,4 ha, possui 22.004,20 m² de área construída e ambientada.

A população pauferrense foi estimada em 30.183 habitantes, segundo o IBGE Cidades em 2018. São municípios circunvizinhos: Rafael Fernandes (5.067 hab. a 4,2 km), Francisco Dantas (2.836 hab. a 14,7 km), Água Nova (a 14,7 km), Encanto (5.608 hab. a 17,7 km), São Francisco do Oeste (4.200 hab a 18,2 km), Marcelino Vieira (8.358 hab. a 21,6 km), José da Penha (5.957 hab. a 21,9 km), Marcelino Vieira (8.358 hab. a 21,6 km), Ererê/CE (7.211 hab. a 25,2 km), Doutor Severiano (7.080 hab. a 27,8 km), Serrinha dos Pintos (4.784 hab. a 47,2 km), Taboleiro Grande (2.545 hab. a 39,4 km) e Antônio Martins

(7.137 hab. a 48,3 km). Em um raio de 80 km, atualmente o *Campus* atende estudantes de 35 municípios[4], inclusive do Ceará e Paraíba, que juntos somam 323,7 mil habitantes.

O *Campus* Pau dos Ferros atua na área de formação de professores e em dois eixos tecnológicos. Na área de formação de professores, tem-se a oferta da Licenciatura em Química. No eixo tecnológico de produção alimentícia, são ofertados os cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de Apicultura e Alimentos; no eixo de Informação e Comunicação, as ofertas são do Curso Técnico de Informática e o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Este *Campus*, para além das ofertas regulares, amplia a sua atuação ofertando cursos de formação inicial e continuada, incubação de empresas e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de ciências agrárias, gestão ambiental, formação musical, corte e costura, qualidade de vida e desporto, desenvolvimento de *software* e línguas.

1.4.19. Campus Santa Cruz (SC)

O *Campus* Santa Cruz do IFRN integra a Fase II do Plano de Expansão da RFEPCT do Ministério da Educação, iniciada em 2007.

Sua implantação resulta de uma parceria entre o IFRN, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC/Setec, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Santa Cruz.

Nessa perspectiva, o terreno ocupado pelo *Campus*, com 32.866 m², equivalente a 3,28 hectares, situado à rua São Braz, s/n, bairro Paraíso, foi desapropriado pelo município e doado ao então Cefet-RN (atual IFRN) como contrapartida do poder municipal à instalação desta unidade.

Assim, o *Campus* Santa Cruz favorece a população da mesorregião do Agreste Potiguar, de municípios adjacentes do Estado da Paraíba e, em especial, os 16 municípios que integram a microrregião da Borborema Potiguar: Barcelona, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lagoa de Velhos, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Ruy Barbosa, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José do Campestre, São Tomé, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.

4 Municípios atendidos pelo IFRN - Campus Pau dos Ferros: Água Nova/RN, Alexandria/RN, Almino Afonso/RN, Antônio Martins/RN, Apodi/RN, Coronel João Pessoa/RN, Doutor Severiano/RN, Encanto/RN, Francisco Dantas/RN, Frutuoso Gomes/RN, Itaú/RN, Jaguaribe/CE, José da Penha/RN, LuÍs Gomes/RN, Major Sales/RN, Marcelino Vieira/RN, Martins/RN, Paraná/RN, Pau dos Ferros/RN, Pereiro/CE, Pilões/RN, Portalegre/RN, Rafael Fernandes/RN, Riacho da Cruz/RN, Riacho de Santana/RN, Rodolfo Fernandes/RN, São Francisco do Oeste/RN, São Miguel/RN, Serrinha dos Pintos/RN, Taboleiro Grande/RN, Tenente Ananias/RN, Uiraúna/PB, Umarizal/RN, Venha-Ver/RN e Viçosa/RN.

1.4.20. Campus São Gonçalo do Amarante (SGA)

No cenário econômico atual da mesorregião do Leste Potiguar, o município de São Gonçalo do Amarante encontra-se em expansão, o que o torna um polo econômico da região da Grande Natal. São Gonçalo do Amarante, localizado na região metropolitana de Natal, a 13 km da zona norte da capital, tem uma população de 87.668 habitantes (IBGE/2010), quarto maior do estado do Rio Grande do Norte, com uma área territorial de 249.124 km². A população estimada pelo IBGE em 2014 é de 96.759 habitantes, com uma receita de aproximadamente R$ 1.291.107 mil reais. A economia é voltada para o setor secundário, com a presença de indústrias, principalmente de bebidas e têxteis. Com a entrada em operação do novo Aeroporto Internacional de Natal Governador Aluízio Alves, a cidade passa a ser o portão de entrada do RN e indutor de oportunidades e serviços que atendam à dinâmica aeroportuária e ao surgimento e crescimento de outros setores como consequência. O município é também conhecido como "Terra dos Mártires", numa referência ao massacre de populares e religiosos, no século XVII, durante a invasão holandesa no RN.

Traçando um perfil social do município, com base no último censo do IBGE Cidades (2010), sua população está distribuída em 84,5% e 15,5%, respectivamente, nas zonas urbanas e rurais, sendo composta de 49,3% por homens e 50,7% por mulheres.

O mercado de trabalho formal do município apresentou, em três anos, saldo positivo na geração de novas ocupações, entre 2010 a 2014. No último ano, foram registradas 7.833 admissões. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, em fevereiro de 2014, o município alcançou a segunda posição no *ranking* de empregos do estado. No balanço de fevereiro o município foi o segundo do estado que mais contribuiu para o índice de crescimento, contabilizando a criação de 467 novos empregos formais, ficando atrás apenas da capital.

1.4.21. Campus São Paulo do Potengi (SPP)

O *Campus* São Paulo do Potengi do IFRN faz parte da terceira fase de expansão da RFEPCT. Foi inaugurado no dia 2 de outubro de 2013, em cerimônia realizada no *Campus* Ceará-Mirim do Instituto, da mesma fase de expansão juntamente com o *Campus* Canguaretama.

Distante aproximadamente 73 Km da capital, o *Campus* está localizado no território do Potengi, região composta por 11 municípios: Barcelona, Bom Jesus, Ielmo Marinho, Lagoa de Velhos, Riachuelo, Santa Maria, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé, Senador Elói de Souza e Ruy Barbosa e sua abrangência de atendimento é da ordem de 2.787,00 km² para uma população estimada de 89.169 habitantes.

Inicialmente, no *Campus*, com foco estabelecido nas áreas de Construção Civil e Meio Ambiente, foram ofertados os Cursos de Edificações e Meio ambiente nas modalidades ensino médio integrado e subsequente, além de cursos de formação Inicial e continuada, cuja ampliação se dará a partir do ano de 2019 com ofertas para o Curso de Informática para Internet na modalidade Ensino Médio Integrado e para o Curso Superior de Licenciatura em Matemática, na possibilidade de serem ofertados cursos nas modalidades do ensino médio, subsequente, Proeja e EaD. A capacidade atual, no que se refere ao quantitativo, é de 637 estudantes, com projeção de atendimento a 1200 estudantes conforme os normativos de funcionamento são estabelecidos. A instituição, em sua trajetória, tem como meta atender esse quantitativo de estudantes, contando com uma composição de 120 profissionais, entre docentes e técnicos administrativos.

Além disso, ressalta-se a importância das ações em desenvolvimento, bem como as que serão desenvolvidas no *Campus* São Paulo do Potengi, como unidade acadêmica integrante do IFRN, com o avanço das ofertas de nível superior e pós-graduação, agregadas à pesquisa e a extensão, que se integram com o objetivo de alavancar o desenvolvimento social e econômico da região, nas ações direcionadas à sociedade e comunidade da região no qual se localiza.

1.4.22. Campus Avançado Natal - Zona Leste (ZL)

Houve a autorização de funcionamento do *Campus* Avançado Natal - Zona Leste pela portaria 1438/2018, de 28 de dezembro de 2018, publicada no DOU em 31/12/2018 MEC e a posterior autorização pela resolução 06/2019 - Consup/IFRN, em 11/03/2019. Sua estrutura física será formada pelo atual *Campus* de Educação à distância e pela construção de uma nova estrutura física, que abrigará a sede administrativa e a diretoria de educação à distância.

Atualmente, o *Campus* Natal - Zona Leste ainda existe na forma de *Campus* de Educação a Distância do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), criado em janeiro de 2011, credenciado pela Portaria Nº 1.369, de 7 de dezembro de 2010, tendo o seu regimento e estrutura aprovados pela Resolução Nº 15/2010 Consup/IFRN, 29/10/2010 e pela Resolução Nº 16/2010 Consup/IFRN, 01/03/2012, respectivamente. Sua estrutura física está localizada no *Campus* Natal - Central, na Av. Senador Salgado Filho, 1559, no bairro de Tirol, em Natal. A oferta de cursos na modalidade à distância, no então Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (Cefet-RN), iniciou-se com os cursos superiores, autorizados pela Portaria Nº 871/2006 MEC, publicada no D.O.U. de 11/04/2006.

Atualmente, o *Campus* Natal - Zona Leste do IFRN oferece vários cursos de demanda institucional, bem como por meio da Rede Escola Técnica do Brasil (Rede e-tec Brasil) e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

São ofertados cinco cursos de especialização, dois de graduação, e sete técnicos de nível médio subsequente, todos na modalidade à distância, atendendo a cerca de 5.000 alunos nas salas de aula virtuais dos polos de apoio. Para que as aulas à distância sejam realizadas com o máximo de qualidade, está disponível para os estudantes uma área virtual de aprendizagem, a chamada Plataforma *Moodle*. Por meio de *login* e senha individualizados, o aluno tem acesso a recursos de multimídia, ferramentas, dispositivos e atividades permanentes da disciplina, possibilitando o aprendizado em qualquer lugar do planeta

Para a realização das atividades do *campus* de Educação a Distância, o IFRN conta com uma equipe de 45 servidores efetivos, que exercem funções acadêmicas e/ou administrativas, além de estagiários, coordenadores, tutores e professores temporários mantidos pelos programas de fomento.

1.5. Estrutura Organizacional

Nesta seção, apresenta-se a estrutura organizacional do IFRN em suas duas divisões: Estrutura Executiva e Órgãos Colegiados Superiores.

1.5.1. Estrutura Executiva

A administração geral do IFRN é feita por seus órgãos colegiados deliberativos e por seus órgãos executivos, nos níveis da administração geral e da administração de cada *campus*, em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada um dos níveis.

A estrutura executiva do IFRN foi aprovada pelo Colégio de Dirigentes, através da Deliberação nº 14/2013-Codir/IFRN, com base na Estrutura Organizacional de Referência aprovada pela Resolução nº 16/2010-Consup/IFRN, com atualizações realizadas pela Resolução nº 30/2013-Consup/IFRN e pela Resolução nº 08/2014-Consup/IFRN.

A estrutura executiva dos *campi* foi estabelecida de tal forma a viabilizar a descentralização da gestão, conforme autonomia prevista nos termos da Lei nº 11.892/2008, respeitada a vinculação do Projeto Político Pedagógico e a função social institucional, em consonância com o desenvolvimento sustentável regional e demandas da sociedade. Tendo uma estrutura multicampi e pluricurricular, a organização do IFRN se organiza em uma estrutura decomposta entre Reitoria e *campi*, as áreas ou subunidades estratégicas coincidem com aquelas estruturas gestoras centrais.

Assim, institucionalmente, a Reitoria funciona como órgão gestor central da estrutura do IFRN, responsável por administrar, coordenar e a supervisionar todas as atividades das unidades (os *campi*, os *campi* avançados e a própria reitoria).

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, em seu art. 11, "Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria [...]". Essa função é reiterada no Estatuto do IFRN, que afirma:

> Art. 1º, § 2°. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada. [...]
>
> Art. 14. A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, cabendo-lhe a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Nesse sentido, há um inter-relacionamento e interdependência entre as subunidades estratégicas na Reitoria e as respectivas vinculações funcionais nos *Campi* e *Campi* Avançados. Em relação a isso, o Estatuto do IFRN afirma:

> Art. 20. As Pró-Reitorias [...] são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às dimensões de ensino, administração, planejamento, pesquisa e extensão, no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
>
> Art. 21. As Diretorias Sistêmicas [...] são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades na sua área de atuação, no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

No IFRN, a estrutura organizacional funcional de sua gestão compreende três níveis hierárquicos:

I ***Plano Estratégico:*** políticas, diretrizes e planejamento multicampi elaborados pela Reitoria, Pró-Reitorias e Direção dos *campi*, tendo como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes (Codir) e o Conselho Superior (Consup);

II ***Plano Tático:*** implementação das decisões estabelecidas no nível estratégico, que atingem o *campus* e está sob a responsabilidade das Diretorias, Departamentos e Coordenações Gerais do *campus*, e;

III ***Plano Operacional:*** execução e acompanhamento, tanto das políticas gerais do Instituto, quanto das diretrizes de cada *campus*.

A seguir, são apresentados a descrição dos setores (órgãos), com estrutura básica e atribuições, tendo as respectivas competências relacionadas no Regimento Interno da Reitoria e no Regimento Interno dos *Campi*. Os regimentos foram aprovados, respectivamente, pelas Resoluções nº 16 e 17/2011-Consup/IFRN.

Quadro 2 – Informações sobre subunidades estratégicas do IFRN

SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS
Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis	Planeja, coordena, executa e avalia os projetos e atividades relacionados às demandas sociais e acadêmicas dos estudantes
Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação	Planeja, coordena, executa e avalia projetos e atividades relacionados a investimento, desenvolvimento, manutenção e segurança em tecnologia da informação
Diretoria de Gestão de Pessoas	Planeja, coordena, executa e avalia projetos e atividades relacionados a seleção, admissão, acompanhamento e desenvolvimento dos servidores
Pró-Reitoria de Ensino	Planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, integradas à pesquisa e à extensão
Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	Planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa e inovação, integradas ao ensino e à extensão
Pró-Reitoria de Administração	Coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial e gestão da infraestrutura
Pró-Reitoria de Extensão	Planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, integradas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento e desenvolvimento institucional

Fonte: Relatório de Gestão 2017 do IFRN (2018).

1.5.2. Órgãos Colegiados Superiores

1.5.2.1. Conselho Superior

O Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto, tendo sua composição (resumida no Quadro 3) e competências definidas no Regimento Interno.

O Consup reúne-se, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

1.5.2.2. Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes (Codir), integrante da administração superior da Instituição, tem funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, tendo sua composição (resumida no Quadro 3) e competências definidas no Regimento Interno.

O Codir reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

1.5.2.3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepex) é integrante da administração geral da Instituição. Tem funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, tendo sua composição (resumida no Quadro 3) e competências definidas no Regimento Interno.

O Consepex reúne-se a cada dois meses, ordinariamente, conforme dispõe seu Regimento Interno e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

O Consepex delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Educação Técnica de Nível Médio, de Educação Superior de Graduação, de Educação Superior de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão.

Quadro 3 – Resumo da composição dos Órgãos Colegiados Superiores do IFRN

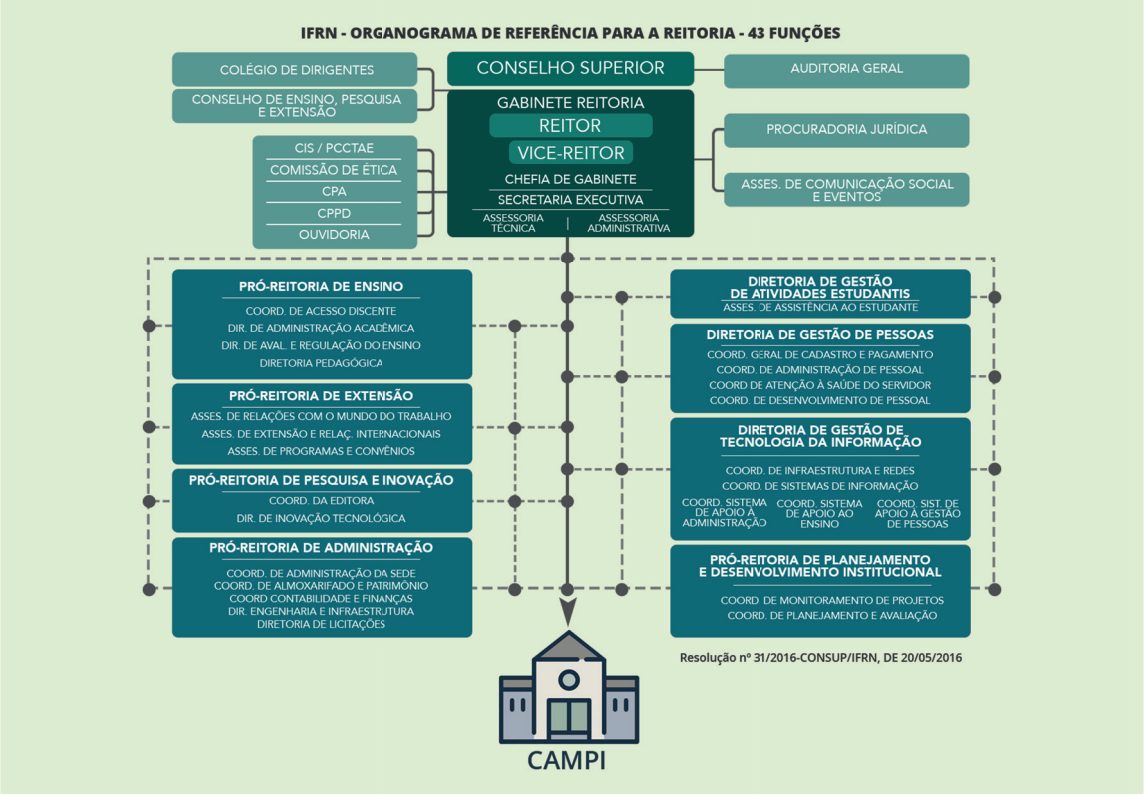
ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES	COMPOSIÇÃO
Conselho Superior (Consup)	Reitor
	Representantes docentes (conforme Regimento Interno)
	Representantes discentes (conforme Regimento Interno)
	Representantes do pessoal técnico administrativo (conforme Regimento Interno)
	Representantes dos egressos (conforme Regimento Interno)
	Representantes da sociedade civil (conforme Regimento Interno)
	Um Representante do MEC designado pela Setec
	Representantes do Colégio de Dirigentes (conforme Regimento Interno)
Colégio de Dirigentes (Codir)	Reitor
	Pró-Reitores
	Diretores-Gerais dos *campi*
	Titulares das diretorias sistêmicas com *status* de Pró Reitoria
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepex)	Reitor
	Pró-Reitor de Ensino
	Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
	Pró-Reitor de Extensão
	Um coordenador de curso por *campus*, eleito por seus pares
	Um representante docente por *campus* eleito por seus pares
	Quatro representantes discentes eleitos por seus pares
	Dois representantes do pessoal técnico-administrativo, eleitos por seus pares
	Dois representantes da equipe técnico-pedagógica, eleitos por seus pares
	Dois representantes da sociedade civil, vinculados a instituições de fomento à pesquisa e/ou à extensão.

Fonte: Regimento do IFRN

1.5.3. Reitoria

As competências e atribuições de cada setor (órgão) da Reitoria estão expressas no Regimento Interno da Reitoria, aprovado pela Resolução nº 16/2011-Consup/IFRN. A seguir, são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

Figura 2 – Organograma da Reitoria



Fonte: Relatório de Gestão 2018 do IFRN (2019).

I. ÓRGÃOS DE ASESSORAMENTO E CONTROLE DO IFRN

a) ***Comissão de Ética:*** tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo com suas normas e inspirar o respeito no serviço público;

b) ***Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE):*** tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do PCCTAE no âmbito do IFRN e propor à Comissão Nacional de Supervisão (CNS) as alterações necessárias para seu aprimoramento;

c) ***Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD):*** é o órgão de assessoramento à Reitoria para a formulação e acompanhamento da política de pessoal docente do IFRN, com vistas ao aperfeiçoamento e atualização do seu pessoal docente, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes e das diretrizes emanadas pelos órgãos da Administração Federal;

d) ***Comissão Própria de Avaliação (CPA):*** tem por finalidade a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Deve atuar com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IFRN;

e) ***Ouvidoria:*** é um serviço disponibilizado pelo IFRN, com a finalidade de dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição;

f) ***Auditoria Geral:*** é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente;

g) ***Procuradoria Jurídica:*** é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial da Autarquia e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, observada a legislação pertinente.

II. ÓRGÃOS EXECUTIVOS DO IFRN:

a) ***Gabinete do Reitor:*** é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria. Conta com uma Assessoria Técnica e uma Secretaria para a execução de suas atribuições;

b) ***Assessorias:*** estão ligadas ao Reitor e são responsáveis por assisti-lo na consecução de atividades específicas, conforme suas áreas de atuação (Acompanhamento de Projetos, Comunicação Social e Eventos, Informações e Dados Institucionais);

c) ***Pró-Reitoria de Ensino:*** é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, integradas à pesquisa e à extensão. Em sua estrutura, conta com a Coordenação de Acesso Discente, a Diretoria de Administração Acadêmica, a Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino e a Diretoria Pedagógica para a execução de suas atividades;

d) ***Pró-Reitoria de Extensão:*** é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, integradas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais. Conta com a Assessoria de Programas e Convênios e a Assessoria de Extensão e Relações Internacionais em sua estrutura;

e) ***Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação:*** é o órgão que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa e inovação, integradas ao ensino e à extensão. Conta com a Coordenação da Editora e a Diretoria de Inovação Tecnológica para a consecução de suas atribuições;

f) ***Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional:*** é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento e desenvolvimento institucional, contando com a Assessoria de Organização e Métodos para tal;

g) ***Pró-Reitoria de Administração:*** é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial e gestão da infraestrutura. Conta com a Coordenação da Administração da Sede, a Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio, a Coordenação de Contabilidade e Finanças, a Diretoria de Engenharia e Infraestrutura e a Diretoria de Licitações;

h) ***Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis:*** é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades relacionados às demandas sociais e acadêmicas dos estudantes;

i) ***Diretoria de Gestão de Pessoas:*** é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar projetos e atividades relacionados a seleção, admissão, acompanhamento e desenvolvimento dos servidores. Em sua estrutura, conta com a Coordenação de Administração de Pessoal, a Coordenação de Assistência de Pessoal e Qualidade de Vida e a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal;

j) ***Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação:*** é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar projetos e atividades relacionados a investimento, desenvolvimento, manutenção e segurança em tecnologia da informação. Conta com a Coordenação de Infraestrutura e Redes e a Coordenação de Sistemas de Informação para a consecução de suas atividades.

1.5.4. Campus Natal - Central

As competências e atribuições de cada setor (órgão) do *Campus* Natal - Central estão expressas no Regimento Interno dos *Campi*, aprovado pela Resolução nº 17/2011-Consup/IFRN. São elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

1.5.5. Campus Mossoró

As competências e atribuições de cada setor (órgão) do *Campus* Mossoró estão expressas no Regimento Interno dos *campi*, aprovado pela Resolução nº 17/2011-Consup/IFRN. A seguir, são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

1.5.6. Campi da expansão

As competências e atribuições de cada setor (órgão) dos *Campi* oriundos da Expansão da Rede Federal de EPT (Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Natal - Cidade Alta, Natal - Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi) estão expressas no Regimento Interno dos *Campi*, aprovado pela Resolução nº 17/2011-Consup/IFRN. A seguir, são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

1.5.7. Campi avançados

As competências e atribuições de cada setor (órgão) dos *campi* avançados (Lajes, Jucurutu e Parelhas) estão expressas no Regimento Interno dos *campi*, aprovado pela Resolução nº 17/2011-Consup/IFRN, em analogia aos órgãos integrantes da estrutura organizacional dos *campi* oriundos da Expansão da Rede Federal de EPT. A seguir, são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

O atual *Campus* Natal - Zona Leste, o qual constitui a unidade institucional em que se organizam os cursos na modalidade EaD, atua de forma sistêmica sob coordenação da Pró-Reitoria de Ensino. As competências e atribuições de cada setor (órgão) do *Campus* Natal - Zona Leste estão expressas no Regimento Interno dos *Campi*, aprovado pela Resolução nº 06/2019-Consup/IFRN.

2

Projeto Político-Pedagógico Institucional

2.1. Princípios filosóficos

2.2. Organização didático-pedagógica e diretrizes para a prática pedagógica

2.3. Metodologias de ensino e avanços tecnológicos

2. Projeto Político-Pedagógico Institucional

O Projeto Político-Pedagógico do IFRN, entendido como instrumento do planejamento global de todas as ações da Instituição, por sistematizar concepções, princípios e diretrizes norteadores das práticas e das políticas educativas em âmbito local, constitui-se como um documento de caráter identitário. Resultado de um esforço coletivo espelhado em uma tônica aberta e dialogal, foi construído por meio de um processo democrático e participativo. Nele, delineia-se a cultura de uma instituição educativa e regem-se as práticas pedagógicas, administrativas, financeiras e de gestão. É, portanto, um instrumento de gestão democrática moderador da reflexão crítica e contínua a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional.

O PPP, aprovado pela Resolução nº 38/2012-Consup/IFRN, compreende sete volumes, assim denominados: Volume 1 – Documento-Base; Volume 2 – O Processo de Construção do Projeto Político Pedagógico do IFRN; Volume 3 – Organização Didática do IFRN; Volume 4 – Diretrizes Orientadoras das Ofertas Educacionais; Volume 5 – Propostas de Trabalho para as Disciplinas do Ensino Médio; Volume 6 – Projetos Pedagógicos de Cursos; e Volume 7 – Cadernos Temáticos.

Sintonizado com a perspectiva emancipatória, o PPP objetiva, sobretudo, promover mudanças nas concepções e nas práticas cotidianas, definindo diretrizes da caminhada educativa em uma instituição multicampi e pluricurricular como o IFRN. Assim, com especial destaque ao Documento-Base, intitulado "Projeto Político Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva", o PPP possibilita resgatar, ampliar e (re) afirmar os sentidos humano, científico e libertador do planejamento educacional.

Em se tratando da definição de políticas institucionais para o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência estudantil, visando possibilitar, nesse conjunto, ações acadêmico-científicas com a qualidade desejada, faz-se necessária uma permanente interlocução com as comunidades e com o seu entorno. Para tanto, recorre-se a avaliações sistemáticas, a estudos e pesquisas das necessidades socioeducativas locais, articulando essas necessidades às demandas da formação humana integral, do mundo do trabalho, do processo produtivo, das produções e inovações científicas e tecnológicas, das políticas de trabalho e de renda consonantes com a região onde estão inseridos os *campi*.

A política de atuação institucional traçada no PPP do IFRN é implementada com a finalidade de propagar os saberes científico e tecnológico e de formar profissionais (em uma perspectiva integral) capazes de atuar no mundo do trabalho. A Instituição visa, pois, contribuir com o desenvolvimento da sociedade e com a manutenção da

sintonia entre as ofertas e as demandas advindas dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada localidade do Rio Grande do Norte.

2.1. Princípios filosóficos

O IFRN tem como função social ofertar educação profissional e tecnológica, de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais.

Desse modo, busca-se contribuir para uma formação *omnilateral*, que favorece, nos mais variados âmbitos, o (re)dimensionamento qualitativo da práxis social. Assim, o Instituto promove uma formação pautada em uma visão humanística e ancorada nos seguintes princípios:

- Justiça social, com igualdade, cidadania, ética, emancipação e sustentabilidade ambiental;
- Gestão democrática, com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas;
- Integração, em uma perspectiva interdisciplinar, tanto entre a educação profissional e a educação básica quanto entre as diversas áreas profissionais;
- Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- Formação humana integral, com a produção, a socialização e a difusão do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo;
- Inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade;
- Natureza pública, gratuita e laica da educação, sob a responsabilidade da União;
- Educação como direito social e subjetivo; e
- Democratização do acesso e garantia da permanência e da conclusão com sucesso, na perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

2.1.1. Concepções de cultura, ciência, tecnologia, trabalho e educação

Numa breve reconstituição das concepções de cultura, ciência, tecnologia, trabalho, educação e suas inter-relações, considera-se:

- A cultura é composta de conceitos e de práticas que conferem ordem, significação e valor à totalidade social. É uma realidade de caráter particular, convencional e arbitrária, sujeita a mudanças no curso da vida social e individual, uma vez que é condicionada pela idade, pela classe social, pelo grau de instrução, pelo gênero, pela condição econômica e pela religião, entre outras possibilidades, dos sujeitos sociais. A cultura condiciona a visão de mundo do homem, pois o sujeito aprende a vê-lo por meio da cultura da qual ele próprio faz parte;
- A ciência inquire o papel a ser exercido junto aos sujeitos educativos e à sociedade na qual a Instituição está inserida. Nessa perspectiva, não há de se falar sobre a neutralidade da ciência, entendendo-se, ainda, que o desenvolvimento científico não pode ficar restrito a um pequeno grupo de privilegiados. A ciência não pode ser tratada como uma mercadoria vinculada a interesses hegemônicos e o conhecimento não pode ser concebido fora de uma perspectiva integradora e comprometida em diluir distinções entre as chamadas ciências da natureza e as humanidades;
- A tecnologia impõe aos processos tecnológicos desenvolvidos no IFRN a tarefa de redimensionar os modos de produção tecnológica na perspectiva de buscar a isonomia social e a emancipação dos sujeitos ante relações autoritárias e alienantes de trabalho e de subsistência; de contribuir para a constituição de uma sociedade ambientalmente sustentável; e de articular paradigmas científicos que concebem o ser humano em sua omnilateralidade, sua complexidade e sua pluralidade multifacetada.
- O trabalho é assumido numa perspectiva cidadã, ao ser,

> [..] ao mesmo tempo, um dever e um direito. Um dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à vida humana. Um direito pelo fato de o ser humano se constituir em um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural, transformando em bens para sua produção e reprodução (FRIGOTTO, 2005, p. 61).

A educação deve primar por relações de trabalho que possam ser mais humanizadas, pelo trabalho como princípio educativo nas práticas pedagógicas e pela superação da dicotomia entre atividade intelectual e manual. Propõe-se uma formação que considere o desenvolvimento de todas as dimensões humanas e não apenas os saberes necessários para a adaptação do trabalhador aos ditames do mercado. Em suas dinâmicas formativas, a instrução profissional e a instrução básica são compreendidas como unitárias e necessárias à plena humanização.

O IFRN assume a necessidade de implementar um processo educativo que desvele práticas mediadoras e emancipatórias, capazes de contemplar, em consonância com o rigor científico e com a omnilateralidade humana, as dimensões culturais, linguísticas, artísticas, sociais, técnicas e tecnológicas. A educação, assim entendida, só é possível se "[..] esforçar-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade" (FREIRE, 1992, p.13). Assim, o IFRN concebe a educação e o trabalho como processos que podem auxiliar no processo de emancipação subjetiva. São processos que possibilitam o erguimento de novas pontes e que auxiliam a construção de uma nova arquitetura para o humano na contemporaneidade.

2.1.2. Concepção de currículo integrado

Os princípios que fundamentam a formação e as concepções de ser humano, sociedade, cultura, ciência, tecnologia, trabalho e educação são basilares nas definições curriculares do IFRN, defendidas desde o Projeto Político-Pedagógico de 1994, a partir da concepção de currículo sustentada em teorias críticas, seguindo o modelo de currículo integrado. Nesse modelo, defende-se a formação *omnilateral* – com uma proposta de educação politécnica – voltada para a formação cidadã. Assim, o IFRN assume o currículo como um conjunto integrado e articulado de atividades intencionadas, pedagogicamente concebidas a partir da visão crítica de ser humano, de mundo, de sociedade, de trabalho, de cultura e de educação, organizadas para promover a construção, a reconstrução, a socialização e a difusão do conhecimento. Essas atividades intencionadas, sob sustentação de um aporte histórico-crítico, visam a formação integral dos educandos, objetivando, também, torná-los cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional e global, na perspectiva da edificação de uma sociedade democrática e solidária.

Remete-se à concepção de currículo integrado, a de completude, a compreensão das partes em relação ao todo ou da unidade dentro da diversidade. Historicamente, a concepção referida tem por base os conceitos de politecnia e de formação integrada. Esta última é prevista na consolidação da LDB, por meio da Lei nº 11.741/08. Trata-se da compreensão da educação como uma totalidade social nas múltiplas mediações que caracterizam os processos educativos. Significa formar para a superação

do ser humano segmentado, historicamente, pela divisão social do trabalho (entre as ações do pensar e do executar, do dirigir e do planejar). Significa superar a preparação para o trabalho na forma simplificada e operacional, buscando-se a formação voltada para o domínio do conhecimento em sua gênese científico-tecnológica e histórico-social (CIAVATTA, 2005).

Segundo Saviani (1989), a educação politécnica significa o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Para tanto, necessita-se da reflexão sobre o trabalho, a ciência e a cultura e sobre suas relações com o currículo, porque a educação profissional e tecnológica, além do compromisso com a formação humana, procura, também, responder às necessidades do mundo do trabalho, permeado pela presença da ciência e da tecnologia como forças produtivas que geram valores, riquezas e relações sociais (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Na educação profissional, a compreensão de formação integrada pauta-se, segundo Ciavatta (2005), pelo entendimento de que a formação geral é parte inseparável da formação para o trabalho em todos os processos educativos e produtivos. A esse modelo, está vinculado o compromisso de quem faz educação e de quem objetiva garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto, o direito a uma formação ampla que possibilite leitura crítica do mundo, atuação como cidadão e emancipação humana.

O modelo de currículo integrado fundamenta-se na globalização das aprendizagens e na interdisciplinaridade. Nessa proposta curricular, destacam-se duas ideias centrais norteadoras: a primeira evidencia a necessidade da busca do diálogo entre os conhecimentos e as experiências que viabilizem a compreensão crítica e reflexiva da realidade; e a segunda ressalta, além dos conteúdos culturais, a necessidade do domínio dos processos de acesso ao conhecimento e, paralelamente, a necessidade da compreensão de como se produzem, se elaboram e se transformam esses conhecimentos − princípio básico da politecnia (SANTOMÉ, 1989).

Essa concepção de currículo articula várias práticas educativas que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem. Orienta-se por uma postura interdisciplinar e crítica frente ao conhecimento, adotando a pesquisa como princípio educativo. Em consonância com tal princípio, a escola passa a ser um espaço de (re)construção e de socialização das experiências entre o conhecimento sistematizado, relacionado com o mundo vivido, e o contexto social.

2.2. Organização didático-pedagógica e diretrizes para a prática pedagógica

A organização didático-pedagógica institucional pressupõe diretrizes orientadoras que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos

(gerais, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a investigação científica, a inovação tecnológica, a interação e a comunicação com as mais variadas instâncias sociais.

Pensadas nessa direção, as diretrizes didático-pedagógicas do Instituto traduzem a estrutura administrativa, a organização curricular e as definições para o desenvolvimento das ofertas, como periodicidade dos cursos, a jornada e a composição das turmas, a carga horária, a organização e seleção dos conteúdos, a composição das matrizes curriculares, os aspectos metodológicos, os recursos didáticos, os requisitos de acesso dos estudantes, as ações para a permanência destes, para a formação continuada e em serviço de docentes, entre outros aspectos fundamentais que normatizam a elaboração, a implementação e o funcionamento de cada curso ofertado pelo Instituto.

Norteia-se, para tanto, por um conjunto de diretrizes orientadoras das ações que constituem os processos educacionais, articulando ensino, pesquisa e extensão – extensivas, também a assistência estudantil. Elas desvelam, aos profissionais de educação envolvidos na gestão dos processos administrativo-pedagógicos, alguns caminhos para efetivar práticas educativas capazes de materializar, na experiência concreta, os referenciais de ser humano, sociedade, cultura, ciência, tecnologia, trabalho e educação traçados no PPP e reafirmados como eixos basilares de todas as ações institucionais. As diretrizes pautadas orientam os procedimentos didáticos e metodológicos que guiarão o desenvolvimento das ofertas de educação profissional e tecnológica neste Instituto.

2.2.1. Planejamento pedagógico e acompanhamento do trabalho docente

Compreende-se que toda prática docente é norteada por um planejamento efetivo, eficiente e eficaz, que deve partir de uma situação real e sugerir novas possibilidades de avanços aos estudantes, no sentido de que objetivos sociais, políticos, educacionais e profissionais possam, de fato, ser atingidos, na perspectiva da formação integral.

Nesse sentido, o planejamento no IFRN se organiza a partir de uma prática pedagógica coletiva. Planejar coletivamente consolida a necessidade de construção, avaliação, reconstrução e correção dos rumos do PPP, do PDI e das ações do Plano de Ação anual da Instituição. A autonomia imbricada nesses processos assegura momentos de participação coletiva e de tomada de decisões conjuntas.

Nesses momentos, organizam-se os instrumentos e os espaços colaborativos, visando operacionalizar, na prática, a construção, o acompanhamento e a avaliação dos instrumentos. Estabelece-se o PPP como fio condutor, numa perspectiva democrática, para essas ações de gestão. Demandadas pela rotina acadêmica, as orienta-

ções indicadas para os momentos de planejamento coletivo institucionalizados são: a semana pedagógica, as reuniões pedagógicas e as reuniões de grupos.

A semana pedagógica é um momento de suma importância para o início do semestre e/ou do ano letivo institucional. Visa avaliar o trabalho realizado no período anterior, com vistas a (re)planejar ações pautadas em resultados, na perspectiva de rever as fragilidades e de fortalecer as potencialidades individuais e coletivas. Assim, a semana pedagógica organiza as atividades acadêmicas para determinado período, com a participação dos docentes, da equipe técnico-pedagógica, dos gestores e dos técnicos-administrativos. Configura-se, também, em uma esfera de formação continuada, abordando temáticas relacionadas à prática pedagógica e favorecendo a dimensão da ação-reflexão-ação nos espaços educacionais. Com data prevista no calendário de referência, a semana pedagógica – planejada e coordenada conjuntamente pela equipe técnico-pedagógica e pela Diretoria Acadêmica – pode ter programação variada, de forma a atender às demandas de cada *campus*.

As reuniões pedagógicas são espaços coletivos conquistados para a reflexão, para o planejamento e para o replanejamento da prática pedagógica institucional. Nas reuniões pedagógicas, é possível tanto favorecer a construção e a difusão dos saberes (estudos temáticos da docência e/ou outros estudos) quanto permitir a troca de experiências e a socialização de conhecimentos. "Além da partilha das dificuldades encontradas, tem grande relevância a colocação em comum de práticas de sucesso, pois podem despertar para novas iniciativas e, em geral, mostrar que é possível mudar a prática" (VASCONCELLOS, 2002, p. 162). Efetivamente, as reuniões pedagógicas podem assumir as características de uma formação continuada e em serviço, tendo em vista o caráter de possibilitar a ação-reflexão-ação das práticas pedagógicas.

Também devem ser utilizadas como ambiente colaborativo para o debate sobre as questões relacionadas à pesquisa e à extensão e para as discussões sobre o funcionamento da Instituição (ações da gestão, tomadas de decisões coletivas, planejamento institucional, questões ligadas ao profissionalismo docente). As reuniões pedagógicas ainda colaboram para legitimar a participação dos membros nas tomadas de decisões.

As reuniões de grupos, inspiradas no mesmo ideário das reuniões pedagógicas, apresentam, como singularidade, a comunicação mais próxima entre áreas (afins ou não) ou entre membros de um grupo quantitativamente menor. Trata-se de momentos em que os professores planejam objetivos comuns e direcionamentos específicos de suas aulas. Planejam também as atividades extras, os projetos integradores, os de extensão e os de pesquisas correlatas. As reuniões de grupos são um espaço fundamental de encontro e de reflexão conjunta, estreitando as diferenças, evidenciando as contradições e ampliando as possibilidades para o trabalho pedagógico coletivo.

A operacionalização das reuniões de grupos segue as mesmas recomendações das reuniões pedagógicas, em se tratando da distribuição e da regulamentação dos horários, uma vez que se constituem em espaços imprescindíveis para a efetivação da proposta pedagógica institucional, numa perspectiva interdisciplinar.

As conquistas dos espaços de planejamentos coletivos devem ser motivadas e valorizadas para que não caiam no descrédito. A Instituição deve assegurar a continuidade dos encontros, das reuniões e dos seminários, com vistas a possibilitar novos encaminhamentos e novas posturas na condução do processo de fortalecimento da identidade profissional da educação.

2.2.2. Parâmetros para elaboração dos cursos e seleção de conteúdos

Na organização didático-pedagógica (no âmbito do ensino), merece destaque a organização curricular dos cursos.

A proposta pedagógica dos cursos está organizada por núcleos articuladores de saberes, os quais favorecem a prática da interdisciplinaridade e da contextualização. A estruturação fortalece o reconhecimento da necessidade de uma formação integradora de conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

Essa proposta possibilita a integração entre formação pedagógica e formação específica, a realização de práticas interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFRN, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

Assim, na busca de assegurar aos estudantes o acesso às mesmas condições de formação, promovendo-os a níveis mais elaborados de conhecimentos e de habilidades intelectual, cultural, política, científica e tecnológica, com contribuições efetivas à formação humana integral, os cursos estão estruturados por meio de uma matriz curricular integrada, constituída por núcleos politécnicos, que tem os fundamentos nos princípios da politecnia, da interdisciplinaridade e nos demais pressupostos do currículo integrado, conforme segue:

- ***Núcleo fundamental –*** compreende disciplinas/conhecimentos de base científica da educação básica (ensino fundamental ou do ensino médio), indispensáveis ao bom desempenho acadêmico dos ingressantes.
- ***Núcleo estruturante –*** relativo a conhecimentos do ensino médio, contemplando conteúdos de base científica e cultural basilares para a formação humana integral.

- ***Núcleo articulador –*** compreende disciplinas/conhecimentos de bases científicas gerais que alicerçam inventos e soluções tecnológicas, suportes de uso geral, noções básicas sobre o sistema da produção social e relações entre tecnologia, natureza, cultura, sociedade e trabalho. Configura-se ainda, em disciplinas técnicas de articulação com o núcleo estruturante e/ou tecnológico (aprofundamento de base científica) e disciplinas âncoras para práticas interdisciplinares.
- ***Núcleo tecnológico –*** relativo a conhecimentos da qualificação profissional e da formação técnica específica, de acordo com o campo de conhecimentos do eixo tecnológico, com a atuação profissional e as regulamentações do exercício da profissão. Deve contemplar disciplinas técnicas complementares, para as especificidades da região de inserção do curso, e outras disciplinas técnicas não contempladas no núcleo articulador.
- ***Núcleo científico e tecnológico –*** compreende disciplinas destinadas à caracterização da identidade do profissional tecnólogo. Compõe-se por uma unidade básica (relativa a conhecimentos de formação científica para o ensino superior e de formação tecnológica básica) e por uma unidade tecnológica (relativa à formação tecnológica específica, de acordo com a área do curso). Esta última unidade contempla conhecimentos intrínsecos à área do curso, necessários à integração curricular e imprescindíveis à formação específica;
- ***Núcleo específico –*** compreende conhecimentos científicos que fundamentam a formação do professor da educação básica em uma determinada área do saber sistematizado historicamente. A estruturação desse núcleo deve atender à exigência do domínio acerca dos conceitos fundamentais, das estruturas básicas da disciplina de formação e das metodologias de didatização de tais conhecimentos;
- ***Núcleo epistemológico –*** compreende conhecimentos acerca de fundamentos históricos, filosóficos, metodológicos, científicos, linguísticos e propedêuticos ao desenvolvimento e à apropriação dos conhecimentos específicos. Esses saberes remetem às bases conceituais, às raízes e aos fundamentos do conhecimento sistematizado. Fornecem sustentação metodológica e filosófica para os saberes específicos voltados à prática pedagógica em uma determinada área de atuação docente;
- ***Núcleo didático-pedagógico –*** compreende conhecimentos que fundamentam a atuação do licenciado como profissional da educação. Na perspectiva do entrecruzamento entre saber acadêmico, pesquisa e prática educativa, o núcleo aborda as finalidades da educação na sociedade, os conhecimentos didáticos, os processos cognitivos da aprendizagem, a compreensão dos processos de organização e de gestão do trabalho pedagógico e a orientação para o exercício profissional em âmbitos escolares e não-escolares.

Assim concebidos, a depender do formato ou da modalidade cada oferta institucional (cursos FIC, cursos técnicos, cursos de tecnologia, cursos de licenciatura ou cursos de pós-graduação), o desenho da organização curricular é composto por núcleos politécnicos.

2.2.3. Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem visa diagnosticar e analisar o processo de ensino e aprendizagem na perspectiva de transformar a realidade educativa.

Nesse sentido, essa avaliação é compreendida como um mecanismo a ser, necessariamente, dotado de criatividade, de autonomia e de criticidade. Institucionalmente, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa da avaliação de forma integrada ao processo ensino e aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Assume-se, portanto, a avaliação emancipatória, na condição de propiciadora do engajamento, da participação e do diálogo entre os sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem.

Assim sendo, a definição dos critérios e instrumentos da avaliação da aprendizagem são discutidos e ressignificados, coletiva e permanentemente, no âmbito das práticas pedagógicas, de modo a exercitar a adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa; a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos; a inclusão de atividades contextualizadas; a manutenção de diálogo permanente com o aluno; o consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e o cumprimento dos acordos estabelecidos; a disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades; a adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações; a adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando a melhoria contínua da aprendizagem; a discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas; e a observação das características dos alunos, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão, com vistas à (re)construção do saber escolar.

A avaliação da aprendizagem escolar é implementada com base nos critérios de verificação do desempenho acadêmico dos estudantes tratados pela Organização Didática do IFRN. É desenvolvida, na ação concreta, por disciplinas e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº 9.394/96.

2.2.4. Prática profissional

A prática profissional é concebida como um conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício profissional, uma vez que coloca o estudante em contato com o mundo do trabalho. Instituída no currículo dos cursos ofertados pela Instituição, busca a articulação entre a teoria e a prática, a fim de possibilitar a contextualização e o diálogo entre os conhecimentos no decorrer do curso. Objetiva-se, por meio da prática profissional instituída, alcançar o perfil profissional delineado em cada curso.

Assim, a Instituição, em consonância com os princípios do currículo integrado na educação profissional e tecnológica, deve promover ações integradoras dos conhecimentos (científicos, tecnológicos, pedagógicos, filosóficos, sociológicos, psicológicos), possibilitando maior articulação entre teoria e prática, entre escola e vida social, entre trabalho e educação.

Do ponto de vista operacional, a prática profissional pode ser desenvolvida nos locais de trabalho, na comunidade e/ou nos *campi* do IFRN, resultando em relatórios sob acompanhamento e supervisão de um orientador.

A depender da modalidade da oferta (técnico, tecnólogo, licenciatura ou especialização) essa prática será realizada de acordo com as diretrizes previstas no Projeto Pedagógico do Curso, podendo ser desenvolvida por meio das seguintes modalidades, combinadas ou não: prática como componente curricular, estágio curricular supervisionado e outras atividades acadêmico-científico-culturais. No caso dos estágios supervisionados e dos projetos, além de se consolidarem como elementos constitutivos da prática profissional, ainda podem resultar em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob forma de relatório técnico, artigo ou monografia.

2.3. Metodologias de ensino e avanços tecnológicos

As práticas pedagógicas institucionalizadas, pautadas no PPP, indicam os caminhos para a estruturação dos cursos e as estratégias de planejamento, de acompanhamento e de realização do trabalho pedagógico.

A partir desse entendimento, dentro das metodologias de ensino adotadas para o funcionamento dos cursos e no conjunto das atividades teórico-práticas e complementares e do desenvolvimento da prática profissional, sinalizam-se alguns dos indicadores de orientação às práticas pedagógicas institucionais, a saber: o planejamento pedagógico, a avaliação da aprendizagem, os seminários curriculares, o desenvolvimento da prática profissional e os avanços tecnológicos nas ofertas educacionais, destacando-se seus respectivos desdobramentos.

As inovações constantes e velozes nos paradigmas tecnológicos do mundo moderno/contemporâneo, associadas especialmente à evolução do mundo digital e informacional, demandam exigências de adequação aos contextos educativos. As instituições precisam investir cada vez mais na formação de profissionais, na inovação das metodologias de ensino e na atualização dos equipamentos das mais variadas áreas de conhecimento em que atuam. Nesse sentido, no planejamento das ofertas educacionais, o IFRN prevê a incorporação de recursos e equipamentos tecnológicos de forma a propiciar o pleno desenvolvimento da prática pedagógica e do funcionamento dos cursos. Assim, há ações voltadas para a integração dos *campi*, para a extensão da educação à distância (EaD), de maneira a ampliar polos e ofertas de cursos nessa modalidade, para a utilização da plataforma Moodle, para investimentos em equipamentos de vídeo e web conferências, a fim de possibilitar maior desenvolvimento de atividades de EaD (inclusive das disciplinas curriculares) e a formação profissional continuada e o atendimento online ao aluno, para a ampliação de cursos de graduação e de pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*) e para aquisição de laboratórios de Informática e técnicos.

2.3.1. Ensino

O ato de educar se revela em um conjunto de atividades planejadas, sistematizadas e avaliadas, impregnadas de intencionalidades, dentre as quais a principal é produzir aprendizagem libertária, o que possibilita o sujeito a expressar-se livremente e a tecer argumentos fundamentados acerca do seu espaço na sociedade. Nesse entendimento, o conceito de ensino está, inexoravelmente, imbricado no conceito de aprendizagem. Em virtude dessa intrínseca relação conceitual, a caracterização e a razão de ser do ensino fundam-se na aprendizagem.

O ensino adquire um papel relevante no processo educacional e constitui-se como uma das principais vias de acesso e de produção do conhecimento. Aliado à pesquisa e à extensão, o processo de ensino concretiza-se na inter-relação com os campos científicos correlatos que, permeados por articulações, interações e intervenções dos atores envolvidos, propiciam ao sujeito a possibilidade de compreender e de transformar a realidade por meio da apropriação de novos saberes.

Esse exercício pedagógico exige uma concepção de ensino que contemple o caráter integrador do conhecimento. Portanto, para haver equilíbrio entre formação humana e formação profissional, faz-se necessário que todos os processos, especialmente os de ensinar e os de aprender, estejam orientados pela dialogicidade, pela integração dos saberes, pelos processos democráticos, pela participação, pelo exercício da criticidade, pela curiosidade epistemológica e pela autonomia intelectual do aluno (FREIRE, 2003).

Em face desse dimensionamento, o IFRN compromete-se a promover um ensino de qualidade socialmente referenciada, sob os princípios da formação humana integral. Isso pressupõe políticas e ações que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (gerais, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a investigação científica e a interação com as mais variadas instâncias sociais.

O ensino no Instituto é coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino (Proen), setor responsável pela formulação de políticas de desenvolvimento do ensino na Instituição. À Proen, compete definir, propor, fomentar e implementar políticas e ações do ensino, de modo sistêmico, na busca das metas propostas. Esse setor deve, portanto, planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações e das políticas de ensino para todos os cursos (em todas as modalidades da atuação em educação profissional e tecnológica) aprovados pelos colegiados, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e com os princípios pedagógicos definidos no projeto político-pedagógico institucional.

Para atender as demandas acadêmicas do ensino em uma Instituição (de natureza pluricurricular e multicampi) que atua em todos os níveis e em todas as modalidades da educação profissional, a Proen ancora-se nos referenciais do modelo de gestão sistêmica. Sendo assim, organiza-se, administrativa e pedagogicamente, para atuar no âmbito dos seguintes setores internos: avaliação e regulação do ensino; gestão pedagógica; administração acadêmica; e acesso discente. No encaminhamento da política sintonizada com os preceitos da gestão democrática, o permanente diálogo e a integração com as comunidades acadêmicas envolvidas são imprescindíveis, com vistas a identificar necessidades, organizar processos pedagógicos, verificar ações implementadas e buscar tanto a correção dos rumos dos processos pedagógicos quanto o constante aprimoramento das ofertas.

2.3.1.1. Política de educação profissional técnica de nível médio

A educação profissional técnica de nível médio está ancorada na filosofia da práxis, na politecnia, na concepção de currículo integrado e está organizada numa estrutura curricular por eixos tecnológicos. Essa confluência teórico-metodológica subsidia o propósito da formação *omnilateral*, integrando, de modo indissociável, ciência, cultura, trabalho e tecnologia. Trata-se, sobretudo, de uma proposta pedagógica orientada para a emancipação, no sentido de formar um cidadão consciente de seu potencial transformador da realidade social.

A proposta pedagógica é decorrente da experiência acumulada na oferta de cursos técnicos, constituída, filosoficamente, na emancipação dos sujeitos e na concepção de formação profissional integrada à educação básica. É fruto de elaborações sistematizadas por vários pesquisadores da área de educação e trabalho, comprome-

tidos em contribuir para o fortalecimento da educação profissional como uma prática educativa emancipatória a partir do referencial histórico-crítico.

Entre as modalidades previstas na legislação, o IFRN optou pela formação técnica nas formas integrada e subsequente. Dessa maneira, comprometeu-se a atuar, regularmente, na educação profissional técnica de nível médio, ofertando, de acordo com as prerrogativas da Lei nº 11.892/2008, cursos integrados, nas modalidades regular, de educação de jovens e adultos (EJA) e de cursos subsequentes.

Considerando-se o significado social desse tipo de oferta, a autonomia pedagógica da Instituição e a concepção crítica de formação técnica, apresentam-se, a seguir, os princípios orientadores de todas as ofertas de formação técnica de nível médio do IFRN:

- integração entre a educação básica e a educação profissional, tendo como núcleo básico a ciência, o trabalho, a cultura e a tecnologia;
- organização curricular pautada no trabalho e na pesquisa como princípios educativos;
- respeito à pluralidade de valores e de universos culturais;
- compreensão da aprendizagem humana como um processo de interação social;
- inclusão social, respeitando-se a diversidade quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos;
- prática pedagógica orientada pela interdisciplinaridade, pela contextualização e pelas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia;
- desenvolvimento de competências básicas e profissionais, tanto a partir de conhecimentos científicos e tecnológicos quanto da formação cidadã e da sustentabilidade ambiental;
- formação de atitudes e de capacidade de comunicação, visando melhor preparação para o trabalho;
- construção identitária dos perfis profissionais com a necessária definição da formação para o exercício da profissão;
- flexibilização curricular, possibilitando a atualização permanente dos planos de curso e do currículo;
- autonomia administrativa, pedagógica e financeira da Instituição.

2.3.1.2. Política de educação superior de graduação

A política de educação superior do IFRN se respalda na inter-relação com as demais ações institucionais. Ancora-se na perspectiva inclusiva e no compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior, com a permanência e com a qualidade social. Nesse sentido, os esforços devem ser envidados visando a consolidação dessas ofertas, o atendimento às necessidades presentes na sociedade brasileira e, em particular, o desenvolvimento socioeconômico norte-rio-grandense.

Assumir a educação superior na perspectiva de formação humana e de desenvolvimento profissional e social significa potencializar a existência de espaços onde os valores técnicos, éticos e políticos do profissional possam ser exercidos. Também significa reconhecer que os formandos devem ser agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir nos complexos sistemas que constituem a estrutura social e as relações de trabalho.

A educação superior tem como primordial objetivo dinamizar o processo formativo e ampliar os conhecimentos científicos, tecnológicos e socioculturais. Para tanto, as diferentes ações acadêmicas devem compor um conjunto significativo de atividades curriculares e extracurriculares à disposição dos estudantes. Para tanto, incluem-se, por exemplo, prática durante todo o curso, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutorias de aprendizagem e de laboratório, experiências internacionais, mobilidade acadêmica, eventos técnico-científicos, empresa júnior, aulas externas e visitas técnicas a empresas e demais organizações do mundo do trabalho. Todas essas vivências são compreendidas como atividades que favorecem a superação da dicotomia entre teoria e prática e possibilitam o estabelecimento de diálogos entre as diferentes áreas de conhecimento.

Sob a ótica da formação profissional, a graduação objetiva valorizar uma educação baseada na racionalidade crítica, superando um modelo acadêmico sustentado na reprodução de técnicas e de procedimentos e sugerindo, em contrapartida, um modelo sustentado em valores, atitudes, crenças, redefinições de conteúdo e de estratégia, protagonismos e propósitos críticos da formação (TARDIF, 2002). Tem como objetivo formar agentes sociais capazes de decidir e de propor. São sujeitos sociais que, ao confrontarem as ações cotidianas com as produções teóricas, devem rever as práticas e as teorias por meio de pesquisa e de produção de novos conhecimentos. Desse modo, a concepção crítica de ensino superior propõe, por considerar o contexto do exercício profissional, mais do que uma simples mudança no paradigma da formação tradicional.

No IFRN, o ensino superior de graduação consolida-se em cursos de tecnologia, de licenciatura e de engenharia. Em consonância com a função social do Instituto, o planejamento e a operacionalização dessas demandas atende às necessidades sociais do Rio Grande do Norte e às finalidades legais da Instituição.

O alcance da qualidade social da educação superior brasileira está diretamente relacionado à ampliação da consciência sobre os desafios e as perspectivas no campo da formação e da profissionalização. Tal entendimento enfatiza que a dinâmica dos cursos superiores deve potencializar as gestões democráticas, os currículos integrados, a pesquisa como as organizações institucionais, os projetos educacionais interdisciplinares e as formas de trabalho pedagógico crítico-reflexivo-científico. Essa dinâmica, conforme é afirmada nos documentos institucionais, tem por marco orientador os ideais progressistas de uma sociedade democrática e solidária. Para tanto, o currículo dos cursos de graduação deve se orientar pelos seguintes princípios:

- compromisso com o desenvolvimento do pensamento crítico a partir dos fundamentos da formação integral;
- integração às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência, à cultura e à tecnologia, conduzindo ao desenvolvimento permanente de aptidões para a vida produtiva;
- articulação entre teoria e prática, valorizando a pesquisa científica e tecnológica e, assim como a prática profissional e o desenvolvimento de práticas de extensão;
- compromisso com a produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- desenvolvimento de competências profissionais gerais e específicas, voltadas para a produção de conhecimento, gestão de processos e produção de bens e serviços;
- adoção da flexibilidade, da pesquisa, da interdisciplinaridade, da contextualização e da atualização permanente dos cursos e dos currículos;
- garantia, por meio da respectiva organização curricular, da identidade profissional e do perfil profissional de conclusão do curso;
- promoção da capacidade de aprender continuamente, de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho e de prosseguir em cursos de pós-graduação; e
- garantia de uma matriz curricular constituída de elementos da cultura, da historicidade, da política e da ética, tendo em vista o desenvolvimento social e sustentável da sociedade.

Os princípios e as características sinalizam para a necessidade do desenvolvimento de um processo pedagógico que assegure uma formação profissional sólida,

garantindo espaços amplos e permanentes de ajustamento às transformações sociais geradas pelo conhecimento científico, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas mudanças no mundo do trabalho. Ademais, a proposta curricular deve reservar espaço para a discussão de temas que problematizem, de forma crítica, o uso da tecnologia e as relações da tecnologia com o processo produtivo, o ser humano e a sociedade. Dessa forma, visa contribuir para uma formação profissional, pautada em fundamentos científicos e humanistas.

2.3.1.3. Política de educação a distância

A educação à distância (EaD) é uma modalidade de ensino que contempla elementos fundamentais da modalidade presencial: concepção pedagógica, metodologia e avaliação. Todavia, tanto as formas organizativas e metodológicas quanto as formas de mediação pedagógica dão lugar a outras relações com o conhecimento e com as formas de construção do conhecimento. Desse modo, a modalidade de educação à distância não se diferencia da modalidade de ensino presencial em seus elementos fundamentais e, sim, no seu modo de mediação pedagógica. Na modalidade à distância, o tempo didático diferencia- se do tempo de aprendizagem. A organização das situações de aprendizagem requer uma equipe multiprofissional, bem como outros recursos e outros meios de comunicação. (CATAPAN, 2006, p. 5).

A concepção pedagógica refere-se à soma de intenções articulada ao conjunto de conhecimentos teórico-práticos que oferecem racionalidade científica e base teórico-metodológica para a organização das práticas educativas na EaD. A definição da concepção pedagógica na EaD deve fundamentar-se nas teorias da aprendizagem, no conceito de mediação pedagógica, no conceito de desenho curricular colaborativo, nas relações dialógicas e na compreensão de que a vida material da humanidade está mediada por instrumentos e técnicas construídos socialmente.

Aretio (2001) destaca quatro características do conceito de EaD: a quase permanente distância no espaço e no tempo entre professor/formador e aluno/participante; o estudo independente, cabendo, ao estudante, controlar tempo, espaço, ritmo de aprendizagem, itinerário formativo e avaliação; a comunicação bidirecional, mediada por dupla via entre professor e estudante e entre os próprios estudantes; e a utilização de um suporte institucional, que organiza o processo de ensino e aprendizagem no que se refere ao planejamento, à produção de material didático, à avaliação e ao acompanhamento pedagógico por meio de tutoria. Portanto, é um processo educativo baseado em diálogo didático centrado na mediação pedagógica entre o professor, a instituição e o estudante. Esse último está situado em lugar diferente do ocupado pelo professor e pela instituição, portanto, precisa aprender de modo autônomo.

Acerca da mediação pedagógica, Souza (2006, p. 68) esclarece: “[..] ao se entrar em contato com o contexto escolar, a mediação assume características diferentes,

passando a ter um caráter intencional e sistematizado, denominada mediação pedagógica". Desse modo, essa intervenção vincula-se a uma ação planejada e dotada de intenções, concretizada pela ajuda do outro.

Na perspectiva vygotskyana, a mediação é um processo. Portanto, não corresponde ao ato em si e não se refere a alguém que se contrapõe a uma ação. A mediação é a própria relação, ocorrendo por meio de diferentes signos, de diferentes instrumentos e de variadas formas semióticas (VYGOTSKY, 2007).

A metodologia se refere ao conjunto de métodos e técnicas aplicados para um determinado fim. Na EaD, diz respeito ao estabelecimento de uma mediação pedagógica caracterizada por diferentes modos de relações com o conhecimento, no processo de ensino e de aprendizagem. Essas relações são fundamentadas em aportes teóricos sobre o ensinar e o aprender e mediadas tanto pela utilização das TIC quanto pela utilização das diversas mídias (ambientes virtuais de aprendizagem, vídeos/teleconferências, teleaulas, materiais impressos, conteúdos didático-digitais, entre outros).

A gestão da EaD compreende os diversos aspectos de planejamento, desenvolvimento e implementação de uma proposta pedagógica, envolvendo elaboração da proposta, organização curricular, sistema de comunicação, definição de critérios de avaliação, gestão de recursos financeiros, produção de materiais didáticos e coordenação de equipes de trabalho. Nesse sentido, a gestão, como potencializadora dos processos pedagógicos, requer planejamento sistemático; equipe multiprofissional; estruturação dos cursos de forma diferenciada, com linguagem e organização específicas; organização das situações da vida estudantil; e organização de apoio estudantil e tutorial.

Para consolidar essa concepção, faz-se necessária uma quebra de paradigmas que possibilite uma organização administrativa e pedagógica orientada pelos seguintes princípios:

- criação de ambientes diversificados de aprendizagem, abertos à escola, à comunidade e à sociedade;
- ampliação e diversificação da oferta educativa institucional aos estudantes;
- rompimento com as barreiras geográficas e temporais;
- ampliação do conceito de interação docente, implicando criação de ambientes diversificados no processo de ensino e aprendizagem;
- integração dos diversos níveis e das várias modalidades educacionais;

- contribuição para a melhoria da educação básica pública, por meio da formação de professores e de gestores das escolas;
- favorecimento da inclusão digital;
- valorização do processo de construção do conhecimento, tanto do aluno quanto do professor;
- democratização do acesso à educação profissional pública e de qualidade; e
- ampliação e diversificação da oferta educativa institucional aos estudantes.

2.3.1.4. Política de formação inicial e continuada ou qualificação profissional

Em seu aspecto global, a formação inicial e continuada ou qualificação profissional é concebida como uma oferta educativa (específica da educação profissional e tecnológica) que favorece a qualificação, a requalificação e o desenvolvimento profissional de trabalhadores nos mais variados níveis de escolaridade e de formação. Centra-se em ações pedagógicas, de natureza teórico-prática, planejadas para atender a demandas socioeducacionais de formação e de qualificação profissional. Nesse sentido, consolida-se em iniciativas que visam formar, qualificar, requalificar e possibilitar tanto atualização quanto aperfeiçoamento profissional a cidadãos em atividade produtiva ou não. Contemple-se, ainda, no rol dessas iniciativas, trazer de volta ao ambiente formativo pessoas que foram excluídas dos processos educativos formais e que necessitam dessa ação educativa para dar continuidade aos estudos.

Ancorada no conceito de politecnia e na perspectiva crítico-emancipatória, a formação inicial e continuada, ao se estabelecer no entrecruzamento dos eixos sociedade, cultura, trabalho, educação e cidadania, compromete-se com a elevação da escolaridade, sintonizando formação humana e formação profissional, com vistas à aquisição de conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e ético-políticos, propícios ao desenvolvimento integral do sujeito.

Diferentemente das demais ofertas formais de educação profissional e tecnológica, a finalidade dessa proposta pedagógica é promover cursos e programas (realizados nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância) abertos às comunidades interna e externa, em regimes adequados às diversas necessidades. Para tanto, são tomados como referência os eixos tecnológicos apresentados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; os arranjos produtivos, sociais e culturais locais; as necessidades formativas dos trabalhadores; a classificação brasileira de ocupações; e os arcos ocupacionais definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No requisito de acesso discente, a formação inicial e continuada difere das outras ofertas

educacionais de educação profissional e tecnológica devido à possibilidade de não haver exigência de níveis predeterminados de escolaridade, salvo os casos em que, no atendimento às adequações necessárias à formação, se devem observar experiências anteriores.

A formação inicial e continuada, em razão de suas características e do papel que desempenha no contexto da formação profissional e tecnológica, demanda (de modo significativo, contínuo e constante) planejamento articulado com a realidade do entorno local e com ações retroalimentadoras.

Assim, a formação inicial e continuada objetiva, primordialmente, desenvolver habilidades profissionais e formativas que promovam a preparação, o ingresso (e/ou o reingresso) do cidadão no mundo do trabalho e a elevação do nível de escolaridade. Os objetivos específicos da formação inicial e continuada compreendem:

- atuar na formação dos trabalhadores, em uma perspectiva emancipatória da reflexão crítica do uso da tecnologia;
- atender às necessidades de inclusão social por meio de política pública e gratuita;
- articular ensino, extensão e pesquisa, em sintonia com o princípio da indissociabilidade entre essas três grandes áreas de atuação da Instituição;
- favorecer o desenvolvimento de habilidades para a vida produtiva, cultural e social, intensificando as possibilidades de o cidadão atuar no mundo do trabalho;
- promover a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais nas áreas da educação profissional, científica e tecnológica;
- proporcionar, em função dos avanços científicos e tecnológicos e das novas técnicas de gestão, a qualificação e a requalificação de trabalhadores, preparando-os para a atividade profissional;
- abordar temáticas relativas às competências e às habilidades profissionais de trabalhadores;
- despertar, nos cidadãos, o interesse para o (re)ingresso na vida acadêmica, por meio da elevação de escolaridade de estudantes e de trabalhadores, sejam eles jovens ou adultos;
- firmar compromissos com a formação cidadã do trabalhador, despertando-o para a consciência socioambiental;
- promover a (re)inserção e a permanência dos trabalhadores no mundo do trabalho e no setor produtivo; e
- possibilitar formas de acesso à certificação e à acreditação de conhecimentos.

2.3.2. Pesquisa e inovação

O sucesso das Políticas de Pesquisa e Inovação está associado à interação com o ensino, a extensão e a sociedade local/regional, tendo em vista que o foco do desenvolvimento da pesquisa e inovação está atrelado a contribuições de soluções de problemas identificados no plano local e/ou a indicações de novas alternativas que vislumbrem a criação de ambiente inovador e sustentável para a região.

Assim, o IFRN deve estar preparado em infraestrutura e recursos humanos para estes desafios, além de comunicar à sociedade seu potencial, bem como criar condições necessárias para que os pesquisadores possam aperfeiçoar a qualidade da pesquisa e inovação desenvolvida na Instituição, com foco na prestação de serviços à sociedade.

O mundo globalizado coloca na ordem do dia as ações de ciência e de tecnologia como elementos para soluções de problemas de ordem local e/ou global. Nesse contexto, as ações de pesquisa e inovação do IFRN estão baseadas no compromisso com a difusão e o desenvolvimento da ciência e tecnologia com sustentabilidade, prioritariamente para a solução de problemas locais. Dessa forma, no desenvolvimento da pesquisa e inovação, o IFRN deve buscar o fortalecimento de suas ações na valoração de soluções com visão interdisciplinar. Nesse sentido, para o aperfeiçoamento das políticas de pesquisa e inovação no período 2019-2026, a atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFRN está pautada em duas dimensões, que são:

I Desenvolvimento Científico e Inovação Tecnológica, cujo objetivo é estimular ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I);

II Produção e Comunicação Técnico-Científica e Tecnológica, cujo objetivo é fomentar ações de produção e divulgação científica e tecnológica e a Pós-Graduação Stricto sensu.

As dimensões descritas acima abrangem as seguintes áreas estruturantes:

I Desenvolvimento Científico e Inovação Tecnológica

a) Projetos de Pesquisa e Inovação;

b) Grupos de Pesquisa;

c) Incubadoras Tecnológicas;

d) Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia;

e) Gestão da Inovação.

II Produção e Comunicação Técnico-científica

a) Editora IFRN;

b) Divulgação Técnico-Científica e Comunicação Organizacional;

c) Bases de Dados;

d) Revistas Científicas;

e) Eventos Técnico-Científicos;

f) Pós-Graduação.

2.3.2.1. Desenvolvimento Científico e Inovação Tecnológica

Para desenvolvimento e integração de pesquisa com a sociedade local/regional, com vistas a contribuir para a elevação da qualidade de vida e a sustentabilidade, serão fortalecidas as ações institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica e de Pesquisa e Inovação.

No que se refere às ações voltadas à Iniciação Científica e Tecnológica, cujo objetivo é a formação de pesquisadores em nível de iniciação científica nos níveis técnicos, de graduação e de pós-graduação, acredita-se que estas ocorrem por meio do exercício da pesquisa científica/tecnológica tendo início nos grupos de pesquisa, certificados pela Instituição, com a orientação de pesquisador. Neste ambiente, é estimulado o exercício de métodos científicos, criatividade e escrita científica, entre outras atividades do convívio da prática da pesquisa e inovação. Para tanto, a instituição possui fomento próprio, contudo, também capta recursos do CNPq, de fundações de amparo à pesquisa e da Capes, entre outras agências de fomento.

Por meio da Resolução nº 7/2011-Consup/IFRN, foi criado o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), destinado à gestão da Política de Inovação, incluindo a proteção da propriedade intelectual e o empreendedorismo. Tal órgão é vinculado à Propi e possui dois setores específicos de atuação, o de Inovação e o de Empreendedorismo. A atuação de ambos os setores está relacionada à promoção e à disseminação do conhecimento sobre propriedade intelectual, bem como à proteção da ciência e da tecnologia em desenvolvimento na Instituição e o incentivo a atividades de empreendedorismo e incubação de empresas, buscando envolver a comunidade acadêmica e segmentos do setor produtivo. Com base no previsto pela Lei de Inovação, a Lei nº 10.973/2004 e em consonância com a Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Inovação e de Empreendedorismo do IFRN, o NIT tem como principal função fazer a gestão da Política de Inovação Tecnológica e promover a proteção do conhecimento adquirido em pesquisas com potencial inovador.

No que se refere às ações vinculadas a dimensão Desenvolvimento Científico e Inovação Tecnológica, tem-se as seguintes diretrizes:

- Despertar a vocação científica e estimular a formação de novos pesquisadores na Instituição em todos os níveis, visando à criação de ambiente para elevar a competitividade nacional em nível local e regional;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas e o conhecimento gerado através de publicações com o objetivo de ampliar a visibilidade da produção científica institucional;
- Fortalecer os grupos de pesquisa certificados pela Instituição;
- Registrar e acompanhar os projetos de pesquisa e inovação executados no âmbito do IFRN;
- Fomentar a mobilidade acadêmica internacional entre pesquisadores, com o objetivo de fortalecer a internacionalização de projetos de pesquisa e inovação;
- Fomentar a troca de experiências em inovação tecnológica (programa de parques tecnológico e incubadora, programa de propriedade intelectual, experiências acadêmicas, publicações);
- Promover ações de proteção à propriedade intelectual;
- Desenvolver e integrar a pesquisa com a sociedade local/regional, com vistas a contribuir para a elevação da qualidade de vida e a sustentabilidade;
- Fomentar a internacionalização das ações de pesquisa, tendo em vista ampliar a cooperação para realização de ações conjuntas em nível de projetos, programas, publicações, entre outras;
- Fomentar a elevação da titulação dos servidores, para elevar o capital intelectual da Instituição;
- Fortalecer a cultura do empreendedorismo e inovação para promover a geração de empreendimentos e de ativos em propriedade intelectual em ambiente institucional;
- Favorecer a criação de startups e spin-offs em ambiente institucional a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicados à inovação.

2.3.2.2. Produção e Comunicação Técnico-Científica e Tecnológica

A Editora IFRN tem como finalidade promover a publicação da produção técnico-científica de servidores e estudantes da instituição, como também da comunidade externa, nas diferentes áreas do saber, contemplando desde a edição até a publicação e divulgação dos seus produtos editoriais.

Além disso, como áreas estruturantes, congrega os eventos técnico-científicos (incluindo a organização dos anais de eventos institucionais), as bases de dados, a comunicação técnico-científica, a editoração de livros, a organização de eventos, as revistas científicas e a pós-graduação (*stricto sensu).*

No que se refere às ações vinculadas a dimensão Produção e Comunicação Técnico-Científica e Tecnológica, tem-se as seguintes diretrizes:

- Fomento à pós-graduação em nível stricto sensu, com o objetivo de ampliar a oferta de novos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado;
- Fortalecimento dos programas de pós-graduação, de modo a possibilitar a internacionalização de suas ações, sejam em estágio pós-doutoral, em graduação/pós-graduação do tipo sanduíche ou em programas de pós-graduação;
- Fomento a programas de cooperação internacional e/ou de elevação da titulação em nível de mestrado e doutorado em programas interinstitucionais (MINTER e DINTER) apoiados pela CAPES;
- Fortalecimento da Editora IFRN, com a melhoria nos processos de editoração científica, conferindo maior qualidade aos títulos publicados, cuja seleção é feita por meio de editais;
- Fomento às revistas científicas da Instituição, hospedadas no portal de periódicos, com o objetivo de elevar a qualidade e a visibilidade dos trabalhos científicos nelas publicados;
- Apoio para que as revistas científicas do IFRN busquem indexação em bases de dados nacionais e internacionais;
- Apoio na tradução de artigos (para língua inglesa) para publicação em periódicos internacionais, tendo em vista elevar o número de citações dos pesquisadores da instituição em nível internacional;
- Atuação como membro do grupo gestor do repositório institucional, contribuindo diretamente com a execução da política informacional e alimentando o repositório com os livros e anais produzidos na Instituição, como forma de disponibilizar o acesso de forma democrática a sociedade, ampliando a visibilidade da produção institucional;
- Fomento à realização de eventos técnico-científicos visando a publicações conjuntas e em periódicos institucionais;
- Disponibilização de canais nas redes sociais para difundir as ações de pesquisa e inovação à toda a comunidade interna e externa à Instituição.

2.3.3. Extensão

As políticas de extensão delineadas para o IFRN estão pautadas em preceitos legais e no seu principal documento orientador, o Projeto Político-Pedagógico. Em termos gerais, estão apoiadas na Constituição Federal de 1986, que garante a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, as quais devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a Carta Magna assegura que é obrigação do Estado efetivar a educação por meio do "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um".

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reafirma o papel do Estado no financiamento das ações de extensão pelas instituições de ensino e prevê ainda que as atividades de extensão sejam desenvolvidas como parte da formação integral do sujeito. Especificamente, considera que uma das finalidades da educação superior é a de "promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição". Tendo como referência a Lei 11.892/2008, de criação dos Institutos Federais, o PPP do IFRN norteia a concepção, os princípios e as diretrizes das atividades de extensão na Instituição, consubstanciadas em uma intensa interação com a sociedade. As políticas públicas para atendimento às demandas ocasionadas pelas constantes alterações do mundo do trabalho e a segmentos da sociedade em risco e vulnerabilidade social também são ações que estão no plano de atendimento da extensão no IFRN.

As ações de extensão são definidas em regulamentação própria, aprovada pelo Consup e no PPP como atividades extracurriculares, que se caracterizam, em sua maioria, pela não obrigatoriedade, visto não constituírem etapas regulares de ensino. Assim, considera como ação de extensão "toda atividade acadêmica, científica, cultural, esportiva, técnica ou tecnológica que não esteja inserida na matriz curricular dos cursos regulares da Instituição (ensino técnico, graduação, especialização, pós-graduação e cursos de formação inicial e continuada)" (IFRN, 2012).

O Plano Nacional de Extensão define as diretrizes para a extensão universitária, que didaticamente são expressas em quatro eixos: o impacto e a transformação; a interação dialógica; a interdisciplinaridade e a indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão. Esses preceitos são materializados em ações que devem ser desenvolvidas a partir dos pressupostos descritos nos seguintes documentos: Política Nacional de Extensão – pactuado pelas instituições públicas de ensino superior reunidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades; e Documento-Base "Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica" – produzido e aprovado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2013.

Desse modo, as ações de extensão implementadas no IFRN devem ser articuladas com as ações de ensino e de pesquisa, sendo compreendidas como um espaço onde se promova a produção e a socialização do conhecimento, com vistas à intervenção na realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região onde os Institutos Federais estão inseridos, de modo a possibilitar o acesso da comunidade aos saberes e às experiências acadêmicas produzidas na Instituição. Assim sendo, as ações de extensão devem permitir que a sociedade usufrua direta ou indiretamente dos investimentos públicos colocados na educação profissional e tecnológica e devem viabilizar a relação transformadora entre instituição de ensino e sociedade.

De uma maneira geral, a consecução das ações de extensão deverá estar pautada nas seguintes premissas:

- Fortalecimento de ações institucionais sintonizadas com a política nacional de interiorização do acesso à educação profissional, científica e tecnológica para a sociedade brasileira;
- Implementação de políticas de extensão, em consonância com a política nacional de extensão e a política do Fórum de Pró-Reitores de Extensão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em sintonia com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais;
- Participação ativa, de forma crítica e construtiva, da elaboração e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento local, regional e nacional, visando também à formação de profissionais com consciência cidadã; e
- Atuação para a resolução de problemas demandados pela sociedade não apenas pelas necessidades econômicas, mas, também, sociais, ambientais e culturais, considerando as singularidades de cada região.

Nesse sentido, para o aperfeiçoamento das políticas de extensão no período 2019-2026, a atuação da Pró-Reitoria de Extensão do IFRN está pautada em duas áreas estruturantes, para o desenvolvimento de suas atividades, a saber:

- Interação com a sociedade, por meio de Projetos de Extensão nas diversas áreas temáticas; e os Programas Institucionais Mulheres Mil/IFRN, Núcleos de Extensão e Prática Profissional (Nepp), e Núcleos de Arte e Cultura (Nuarte);
- Relações com o Mundo do Trabalho, que se estrutura em Política de integração com o mundo do trabalho, Política de Acompanhamento de Egressos, e Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária e criativa.

2.3.3.1. Interação com a sociedade

As ações de extensão no IFRN são desenvolvidas a partir de programas e projetos que englobam várias atividades. Também faz parte das ações de extensão os cursos FIC, prestação de serviços, visitas para captação de parcerias e eventos. Os programas e projetos são definidos como:

- Programa – conjunto articulado de projetos ou outras ações de extensão, preferencialmente de caráter continuado, multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa e/ou ensino, envolvendo a participação de discentes e servidores para sua execução.
- Projeto – conjunto de atividades processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo determinado, que podem ser vinculados ou não a um programa.

Os programas e projetos são executados nos *campi* do IFRN através de seus servidores, com a participação obrigatória de discentes, devendo estar consubstanciados em políticas de desenvolvimento local e regional e também agregar tecnologias e metodologias de transformação social e cultural da região.

A participação da comunidade nos programas e projetos de extensão é um indicador relevante, pois, através dessas atividades, nas quais o conhecimento é desenvolvido e/ou aplicado em interação com a população, se materializam ações para inclusão social, geração de oportunidades de trabalho e renda e melhoria das condições da qualidade de vida.

Para atingir os objetivos propostos, as ações de extensão devem ser estabelecidas por meio de práticas planejadas, envolvendo não só parceria com organizações governamentais e não governamentais, instituições nacionais e internacionais, empresas, indústrias e pessoas, mas também a prestação de serviços.

Os programas e projetos podem ser de cunho artístico-cultural, científico-tecnológico ou desportivo, permitindo, com essas atividades, uma melhor interação social através da participação da comunidade externa e/ou interna nas ações da instituição e no cumprimento da sua função social. Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, as principais ações desenvolvidas através de programa e projetos de extensão consolidados no IFRN, que objetivam estabelecer parcerias externas ao Instituto, atuando como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

- Projetos tecnológicos, sociais, culturais, artísticos e esportivos – compreendem tanto ações de promoção, socialização e difusão de ciência e tecnologia, quanto de cultura e arte, como promoção de eventos de natureza técnico-científico, artístico cultural e desportiva, favorecendo a participação e socialização do conhecimento e interação e participação da comunidade externa e/ou interna.
- Extensão e desenvolvimento tecnológico – projetos de aplicação de pesquisa aplicada para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e processos, bem como da prestação de serviços, que podem ser realizados em parceria com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com interface de aplicação no mundo produtivo. Também fazem parte dessas ações as assessorias e consultorias, bem como laudos técnicos que favorecem o diálogo e a atualização dos saberes para o Instituto e para o mundo do trabalho, assim como o aprimoramento da função acadêmica, constituindo-se como uma excelente ferramenta de leitura das tendências do mundo do trabalho e contribui para a prática acadêmica.

A partir da análise do estágio em que se encontram as atividades de extensão do IFRN e tendo em vista as perspectivas de ampliação da oferta de vagas e, consequentemente, do impacto positivo que isso trará às regiões onde os *campi* estão instalados, foram definidas as seguintes diretrizes a serem perseguidas:

- Ampliação do fomento a projetos de extensão para servidores e estudantes, contemplando todos os campi do IFRN, tanto com financiamento interno como externo;
- Aumento do fomento para projetos de extensão que atendam demandas tecnológicas e de qualificação da comunidade local e regional;
- Reestruturação do programa de bolsa para servidores docentes e técnicos administrativos e alunos;
- Incentivo para elaboração e captação de projetos externos com o cadastro de órgãos de fomento à extensão;
- Fortalecimento de programas e projetos intercampi;
- Ampliação do processo da interação com a comunidade interna e externa por meio da oferta de cursos de formação inicial e continuada e da prestação de serviços científicos e tecnológicos especializados;
- Disseminação de projetos de cursos FIC na área metropolitana de Natal e nas mesorregiões onde estão inseridos os campi do IFRN;

- Divulgação, por meio de editais ou por demanda espontânea, de novos projetos de cursos FIC e de programas de qualificação por meio de políticas públicas;
- Realização de visitas técnicas e gerenciais a empresas e comunidades onde os campi estão inseridos;
- Divulgação das oportunidades de interação entre a Instituição e a comunidade e das estratégias de participação da comunidade interna e externa (inclusive servidores aposentados) nas ações de extensão;
- Incentivo ao desenvolvimento de projetos tecnológicos, de assessorias e consultorias especializadas;
- Aprofundamento da integração do IFRN com os diversos segmentos sociais, culturais e produtivos locais, visando intensificar a política de parceria com a sociedade;
- Apoio a projetos de inclusão social e de tecnologias sociais, atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de vulnerabilidade social;
- Criação de estratégias de envolvimento dos servidores docentes e técnico administrativos e dos discentes nas ações de extensão;
- Estímulo à participação do discente em atividades de extensão, por meio do desenvolvimento de ações na comunidade como parte integrante dos projetos de cursos ofertados pelo IFRN, articulando diferentes áreas do conhecimento, garantindo o registro em seus currículos da participação em programas e projetos de extensão;
- Ampliação da participação de cada campus no desenvolvimento das atividades artísticas, culturais e desportivas, assim como a parceria com a Pró-Reitoria de Ensino e com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, para organização de projetos artístico-culturais e desportivos e a realização de eventos científicos e tecnológicos;
- Apoio à participação de servidores e estudantes em eventos (fóruns, seminários, feiras, entre outros);
- Sistematização e divulgação, junto às comunidades interna e externa, das ações de extensão desenvolvidas, bem como as proposições discutidas em conselhos e/ou fóruns;
- Registro no Suap das atividades de extensão através de um edital de fluxo contínuo;
- Publicação anual dos projetos e atividades de extensão realizadas nos campi;
- Criação do seminário anual de extensão junto à Expotec;
- Elaboração da normatização das atividades de extensão por meio de instrumentos legais.

2.3.3.2. Inserção no mundo do trabalho

O processo de formação na educação profissional pressupõe intensa relação entre as ações teóricas e práticas, com o aprofundamento da aprendizagem e o contato com as inovações ou as transformações tecnológicas do mundo do trabalho. Um papel de destaque dado à extensão está relacionado à articulação com o mundo do trabalho e segmentos da sociedade em geral. A troca de informações com os setores produtivos e nos fóruns especializados de formação profissional colaboram para aumentar a inserção de discentes e egressos no mundo do trabalho.

A inserção de discentes no mundo do trabalho e o acompanhamento de egressos permitem à Instituição uma contínua atualização de seus currículos e a avaliação da efetividade de sua atuação. Dessa forma, essas ações podem redirecionar suas práticas para o cumprimento de suas finalidades.

2.3.3.3. Política de integração com o mundo do trabalho

A proposição e a condução das políticas institucionais de integração com o mundo do trabalho são de competência da Pró-Reitoria de Extensão em articulação com a Pró-Reitoria de Ensino e estão consubstanciadas no Regulamento da Prática Profissional.

A captação de oportunidades no mundo do trabalho deve ser feita por meio da articulação com os setores produtivos, visitas técnicas gerenciais, celebração de convênios interinstitucionais, participação em fóruns especializados, promoção de eventos, disponibilização de espaços institucionais para a realização de palestras e/ou eventos externos.

Outras formas de mostrar para a sociedade a formação de seus discentes e, com isso, poder captar vagas de estágios, diz respeito à disponibilização de espaços institucionais para a realização de palestras; e processos seletivos e capacitações por parte de empresas conveniadas, com estreitamento das relações com as empresas parceiras e abertura de novas frentes de integração.

Como diretrizes no âmbito da política de estágio, destacam-se as seguintes:

- Ampliação do processo da interação como a empresas e o mundo do trabalho;
- Elaboração de material de divulgação da formação profissional do IFRN;
- Criação, em cada campus, de uma coordenação de jovem aprendiz e egressos para realizar as ações de captação de vagas de estágios por

meio da realização de visitas técnicas e gerenciais a empresas onde os campi estão inseridos e para acompanhamento do estágio;

- Realização de programas de estágios técnicos de docentes da educação profissional em empresas, visando a capacitação e a maior interação dos professores com o mundo do trabalho, bem como a captação de oportunidades de estágios;
- Ampliação dos convênios para oferta de jovem aprendiz e de emprego;
- Criação do sistema de acompanhamento de jovem aprendiz pelo SUAP, com inserção de dados do discente e da orientação realizada pelo professor e pelos setores de estágios dos campi.

2.3.3.4. Política de acompanhamento de egressos

O acompanhamento de egressos consiste em um conjunto de ações que visam acompanhar o desenvolvimento e o itinerário profissionais dos egressos do IFRN, na perspectiva de identificar cenários, propiciar oportunidades de emprego e renda e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. A pesquisa de egressos possibilita o levantamento de informações em relação à sua situação no mundo do trabalho. Os resultados podem atuar como norteadores para o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais das instituições. A pesquisa de egressos deve ser feita a cada dois anos, respeitando-se as diferentes modalidades de ensino ofertadas na Instituição.

Com relação aos egressos, é importante criar mecanismos de constante interação e atualização de seus dados, tendo em vista as contínuas mudanças nas demandas do setor produtivo. A criação de um portal do egresso está sendo planejada, com o objetivo de promover a interação entre empresas conveniadas e instituição de ensino e egresso, em um ambiente virtual de fácil acesso para divulgar as oportunidades de vagas de trabalho. Dessa forma, haverá informações frequentes sobre demandas por postos de trabalho e, ao mesmo tempo, análises e sistematização de dados do mundo do trabalho que possam reorientar a Instituição quanto à necessidade de novos perfis profissionais ou de qualificação da educação profissional. As diretrizes no âmbito da política de acompanhamento de egressos são as seguintes:

- Aperfeiçoamento dos mecanismos de interação com os egressos da Instituição, objetivando uma retroalimentação contínua do processo ensino-aprendizagem;

- Criação, em cada campus, de uma coordenação de jovem aprendiz e egresso para realizar as ações de captação de vagas e intermediação de ofertas de trabalho;
- Realização de pesquisa, a cada dois anos, com egressos das diversas modalidades e níveis de ensino ofertados pelo IFRN;
- Criação de um portal do egresso para intermediação de ofertas de trabalho realizadas por empresas conveniadas;
- Captação permanente das informações a respeito das tendências do processo produtivo e das necessidades de qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores empregados ou desempregados.

2.3.4. Pós-graduação

A pós-graduação no IFRN é resultado de uma política institucional voltada para a produção e a socialização de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando formar não só profissionais em nível de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, mas também pesquisadores para atuar nas mais diversas áreas profissionais. Além disso, visa verticalizar a educação profissional e tecnológica no âmbito institucional, possibilitando trajetórias acadêmicas cujos percursos podem ir da formação em educação básica à pós-graduação. Essa oferta organiza-se em consonância com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Desse modo, em consonância com sua função social, o IFRN oferta cursos de pós-graduação que contribuem "[..] para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de produção de conhecimentos, geração e inovação tecnológica" (BRASIL, 2008, p. 1).

A LDB estabelece que, como nível de educação, a pós-graduação se integra à educação superior e se articula com a educação básica. O seu papel é delineado nos inter-relacionamentos e nas exigências propostos pela legislação vigente, pelas necessidades e pelos desafios impostos à sociedade. Acrescentem-se a esses agentes determinantes as particularidades institucionais e o movimento histórico-social no qual a pós-graduação se insere no Brasil. Esclarece-se que o acesso a esse nível de educação é marcado por discrepâncias entre as regiões do país, mais particularmente na modalidade.

Por sua vez, a construção de uma postura crítica leva à necessidade de se superar a lógica exclusivamente produtivista, inserindo-se, no escopo das produções acadêmico-científicas e pedagógicas, as demandas que atendam à função social da

Instituição. Essa postura crítica faz com que os processos e os produtos da sociedade global e informacional possam ser referenciados na sociedade e apropriados de modo sustentável. Atende-se, assim, às necessidades da sociedade na qual o IFRN atua, primando pelo respeito à diversidade e à inclusão social.

O IFRN tem, de modo crítico, permanecido atento às mudanças e às contínuas demandas pedagógicas, culturais, técnicas, científicas e socioeconômicas. Torna-se, assim, fundamental aprofundar a interação com a sociedade, por meio do desenvolvimento da tríade ensino, pesquisa e extensão. Para que isso ocorra, é de suma importância a definição de uma política institucional de pós-graduação que fomente o pensamento crítico-reflexivo sobre o papel socialmente referenciado da educação, da ciência e da tecnologia, em uma perspectiva inclusiva e emancipatória.

As ações decorrentes da pós-graduação no IFRN, nas modalidades presencial e à distância, devem ser norteadas pelos seguintes princípios:

- promoção da formação científica e acadêmica, com vistas ao desenvolvimento regional e nacional;
- produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- articulação entre os cursos de graduação e outras ofertas de formação profissional, respaldando-se nos princípios institucionais da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- comprometimento com a formação humana integral, por meio da educação profissional e tecnológica, vinculando trabalho, ciência, cultura e tecnologia;
- contribuição para a melhoria da qualidade social da educação básica, particularmente no que se refere à articulação com a educação profissional e tecnológica;
- incentivo à participação de pesquisadores em projetos de pesquisa científica e tecnológica, elevando a produtividade intelectual e consolidando, em consequência, os núcleos de pesquisa da Instituição;
- contribuição para a melhoria da qualidade na atuação de profissionais graduados de diversas áreas;
- estímulo à interação entre os diversos núcleos de pesquisa, por meio da adoção de ações interdisciplinares e transdisciplinares, nas diversas ofertas da Instituição; e
- promoção de interações e intercâmbios intercampi e interinstitucionais de produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Sob a égide desse entendimento, o Instituto se propõe a oferecer cursos variados de especialização e aperfeiçoamento, na modalidade *lato sensu*, voltados à apropriação, à produção, à socialização e à atualização de conhecimentos científicos e à inovação tecnológica, comprometidos em promover o diálogo entre os diversos tipos de saberes. Atua em áreas diversas, com ênfase no campo da educação, de modo a contribuir para a elevação da qualidade da educação básica, em especial, das redes públicas de ensino.

2.3.5. Atividades Estudantis

A assistência estudantil é concebida como parte do processo educativo e configura-se como direito social dos estudantes, por meio da garantia do direito à educação pública de qualidade, na perspectiva de democratizar o acesso, a permanência e o êxito escolar dos estudantes. Trata-se de uma política constituída por programas, projetos e serviços que têm como objetivo fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, criando condições para a permanência do estudante de baixa renda na Instituição, permitindo que ele conclua seu curso dentro dos padrões de qualidade previstos. Os programas, projetos e serviços que compõem a Política de Assistência Estudantil do IFRN dividem-se em dois eixos: universal e de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ambos sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis.

As ações universais têm como finalidade contribuir para complementação das atividades acadêmicas, para a formação integral e para a saúde biopsicossocial dos estudantes. Destinam-se a todos os estudantes regularmente matriculados, não estando atreladas a critérios socioeconômicos. Já as ações de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica são aquelas de atendimento a grupos sociais específicos, cujo objetivo é intervir nas relações sociais e nas questões de ordem socioeconômica que afetam e/ou dificultam a permanência desses estudantes na Instituição. Sendo assim, o Plano de Assistência Estudantil do IFRN está em perfeita consonância com o disposto na Constituição Federal de 1988, artigos 205 e 206; na LDB, artigo 3º; na Lei Orgânica da Assistência Social, capítulo II, seção I, artigo 4º e no Programa Nacional de Assistência Estudantil, regulamentado pelo Decreto n° 7.234, de 19 de julho de 2010.

A atuação institucional se dá em quatro áreas estratégicas: acesso e permanência; desempenho acadêmico; cultura, lazer e esporte; e assuntos transversais. As ações implementadas em cada uma dessas áreas regem-se pelos seguintes princípios:

- Afirmação da educação como política pública, gratuita e de qualidade;
- Implementação da assistência estudantil como direito social, rompendo com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado;
- Igualdade de oportunidade no atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, respeitando-se o princípio da equidade social;
- Respeito à dignidade do sujeito, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, vedando-se qualquer situação vexatória para a obtenção do atendimento;
- Divulgação ampla das ações, serviços, programas e projetos da assistência estudantil visando à democratização do acesso a toda comunidade escolar.
- A Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFRN visa concretizar os seguintes objetivos gerais:
- Intervir nas questões de vulnerabilidade social contemporânea que interferem nas condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes;
- Contribuir para a qualidade de vida dos estudantes no sentido de possibilitar igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas;
- Implementar ações, programas e projetos que possibilitem as condições materiais básicas necessárias ao processo ensino-aprendizagem;
- Estimular e fortalecer a organização política dos estudantes, por meio de suas representações estudantis;
- Contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio do estímulo e incentivo às atividades artístico-culturais, desportivas, político-estudantis e científicas;
- Proporcionar ao estudante com necessidades educacionais especiais as condições básicas para o desenvolvimento acadêmico.

2.3.5.1. Programas de apoio ao acesso, à permanência e ao êxito escolar

No IFRN, a democratização do acesso por meio das ações afirmativas, como as cotas raciais e sociais, alterou significativamente o perfil dos estudantes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertados pela Instituição. A diversificação no perfil socioeconômico dos estudantes pode ser verificada através de indicadores sociais como: renda *per capita*, etnia, zonas residenciais, faixa etária, procedência escolar,

participação em programas sociais do governo federal, acesso aos serviços de saúde, entre outros. Primeiramente, o acesso do estudante à Instituição é viabilizado com a isenção da taxa de processo seletivo e a análise das cotas sociais e raciais; em seguida, a sua permanência no curso é estimulada por um conjunto de ações empreendidas pelos respectivos setores de assistência estudantil com vistas à promoção da igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico e para a formação integral.

A operacionalização das ações de apoio à permanência e ao êxito escolar é realizada através de programas específicos, tendo como princípio a assistência estudantil na forma de proteção social, através do apoio, orientação, capacitação e inclusão nos diversos programas, a partir da identificação das demandas sociais apresentadas pelos estudantes. Alinhadas aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, essas ações são implementadas pelo Serviço Social por meio das Bolsas de Fomento aos Estudos para os Estudantes do Proeja, de Iniciação Profissional, de Alimentação, além do Auxílio-Transporte. Tais benefícios são concedidos aos alunos pertencentes a grupos sociais específicos, como: alunos oriundos de escola pública, famílias de baixa renda (principalmente as integrantes dos programas sociais do governo federal) e pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais especiais.

O processo de seleção de estudantes para os programas de assistência estudantil inclui as etapas de inscrição eletrônica no Suap e a comprovação documental e está respaldado na compreensão de equidade como “possibilidade de as diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação socioeconômica familiar”. Contudo, o critério de maior relevância é o da vulnerabilidade e/ou risco social a que estão expostos, e não o meramente econômico. A existência de critérios de elegibilidade para a concessão de auxílios, bolsas e outros benefícios não afasta o compromisso do Serviço Social de trabalhar sempre na perspectiva da universalidade do atendimento. Sendo assim, o olhar da assistência estudantil abrange todo o corpo discente do IFRN, procurando detectar e sanar quaisquer problemas que possam ser sanados ou pelo menos mitigados com ações articuladas da equipe interdisciplinar.

Tais ações, materializadas por meio de auxílios e bolsas, configuram-se, pois, como um instrumento cuja finalidade é prover os recursos necessários para o estudante superar os entraves do seu desempenho acadêmico, sendo também relevante para o fortalecimento de uma formação voltada para o exercício da cidadania.

2.3.5.2. Apoio às atividades acadêmicas e à formação integral dos estudantes

A educação integral, que compreende o pleno desenvolvimento dos discentes, incluindo a atenção e a proteção a estes, exige ações que atendam todo o universo de estudantes em sua integralidade enquanto sujeitos em formação. Nesse sentido, na

Política de Assistência Estudantil do IFRN estão agrupadas diversas ações vinculadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e a ações de assistência ao estudante, que são desenvolvidas por profissionais das várias áreas do conhecimento, como assistentes sociais, fisioterapeutas, médicos, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e profissionais de enfermagem, que trabalham de forma integrada em várias vertentes.

A primeira vertente é a da prevenção de doenças e recuperação da saúde em nível de baixa complexidade. Para isso, cada *campus* do IFRN conta com um serviço de saúde composto por uma equipe multidisciplinar com vistas a desenvolver atividades educativas individuais e coletivas e a prestar atendimentos ambulatoriais e assistenciais aos discentes no âmbito da atenção primária.

As ações de apoio psicossocial fazem parte de uma outra dimensão da assistência estudantil, interligando as áreas de Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, com o objetivo de identificar as situações individuais e coletivas que interfiram ou venham a interferir negativamente na qualidade de vida, no desempenho acadêmico e na permanência do estudante na Instituição, como o baixo rendimento acadêmico, uma das principais causas de evasão escolar.

Essas ações são desenvolvidas por meio de estudos, análise de perfil de estudantes e visitas domiciliares, visando a um maior conhecimento da realidade vivenciada pelos alunos, bem como atendimentos individuais e grupais (entrevistas, dinâmicas de grupo), atendimento à família, palestras, oficinas, intervenções em sala de aula, orientações aos docentes, participação em reunião de pais, além da orientação profissional aos discentes e do acompanhamento de suas trajetórias estudantis, entre outras ações. O trabalho conjunto de uma equipe multidisciplinar potencializa a identificação de situações de vulnerabilidade social para o devido encaminhamento aos profissionais que podem atuar na resolução dos problemas identificados. Para alcançar um dos seus objetivos, que é o de promover e ampliar a formação integral dos alunos do Instituto, a Digae desenvolve programas e projetos de concessão de bolsas e auxílios em conjunto com as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa e Inovação. Esses benefícios viabilizam a participação dos estudantes em aulas externas, fóruns de ensino e em eventos culturais, políticos, esportivos e de lazer promovidos para eles.

Ressalta-se, por fim, que a Política de Assistência Estudantil no IFRN procura estimular a participação discente nos espaços deliberativos e consultivos, entendidas como aspectos fundamentais para a formação integral e cidadã, concretizando o direito à educação pública e de qualidade para todos. Para isso, valoriza e apoia os órgãos de representação estudantil no IFRN, como os Grêmios Estudantis, Diretório Central dos Estudantes e os Centros Acadêmicos.

3

Plano de ofertas de vagas

3.1. Especificação das modalidades de oferta

3.2. Programação de abertura de cursos e aumento de vagas

3. Plano de ofertas de vagas

3.1. Especificação das modalidades de oferta

O IFRN vem, ao longo dos anos, consolidando suas ofertas de educação profissional e tecnológica na modalidade à distância e presencial. Em consonância com os objetivos previstos na Lei nº 11.892/2008, o Instituto Federal oferece cursos e programas de formação inicial e continuada, de Educação Profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão.

Os cursos técnicos integrados regulares de nível médio são destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Fundamental, prioritariamente em faixa etária regular ao Ensino Médio, sendo são planejados de modo a conduzir o discente a uma habilitação profissional técnica de nível médio que lhe possibilitará a inserção no mundo do trabalho e a continuidade de estudos na educação superior de graduação ou em cursos de especialização técnica.

Os cursos superiores de tecnologia ou de graduação tecnológica são destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio, sendo planejados para conduzir o discente a uma habilitação profissional de nível superior de graduação. Podem ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância.

Os cursos de licenciatura em educação básica são destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio, sendo planejados a conduzir o discente a uma habilitação de nível superior de graduação como professor. Estes cursos podem ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são destinados aos portadores de diploma de graduação, sendo planejados de modo a conduzir o discente a uma habilitação de nível superior de pós-graduação, nas formas de aperfeiçoamento ou especialização. Esses poderão ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância.

Os Cursos de formação inicial e continuada (FIC) são destinados a estudantes e trabalhadores com nível de escolarização compatível, prevista no projeto pedagógico do curso. São desenvolvidos de modo a conduzir o discente a aperfeiçoamento profissional, atualização ou capacitação profissional, e privilegia a elevação da escolaridade.

Os cursos FIC são organizados nas seguintes modalidades:

I cursos de capacitação (ou qualificação) profissional (mínimo de 160 horas): têm por finalidade qualificar trabalhadores para o exercício de atividades

e atuações específicas relacionadas a determinadas habilitações ou áreas profissionais;

II cursos de aperfeiçoamento profissional: destinam-se a aprofundar e ampliar e conhecimentos teórico-práticos, competências e habilidades em determinadas habilitações ou áreas profissionais, visando à melhoria do desempenho profissional; e

III cursos de atualização: visam atualizar habilidades teórico-práticas em uma área do conhecimento, incluindo os processos de qualificação decorrentes de mudanças tecnológicas e organizacionais e de questões de caráter técnico, tecnológico e científico.

3.2. Programação de abertura de cursos e aumento de vagas

A implantação de Institutos Federais no interior do Rio Grande Norte, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica, atuou como um importante agente no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional através da formação e qualificação de cidadãos para os diversos setores da economia. A partir de então, o IFRN oferece diversos cursos de demandas institucionais, bem como por meio da Rede Escola Técnica do Brasil (Rede e-tec Brasil), Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec).

Visando à ampliação do seu raio de atuação, o IFRN tem envidado esforços para desenvolver e aprimorar ações de educação à distância. Para isso, foi criado um *campus* próprio à oferta dessa modalidade de ensino, possuidor de um modelo pedagógico atualizado, o que requer uma constante observação dos cenários educacionais, nas suas diversas instâncias, bem como uma estrutura flexível. Esse fato evidencia que a educação à distância nesta Instituição é considerada uma ferramenta imprescindível para a ampliação das ofertas institucionais, levando em consideração práticas de multimídia, web e/ou videoconferência, de modo a possibilitar interação didático-pedagógica apropriada, por meio de ambientes virtuais de aprendizagens efetivos, irradiando os benefícios do Instituto à comunidade local e à sociedade nacional como um todo. Nessa abrangência, para o quinquênio 2014-2018, o *Campus* de Educação à Distância ofertou cursos nas modalidades subsequente, tecnologia, especialização para professores, licenciatura, aperfeiçoamento, além de formação inicial e continuada para os professores, totalizando a oferta de 18.915 vagas no período. Em 31 de dezembro de 2018 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 1.438, de 28 de dezembro do mesmo ano, com a autorização de funciona-

mento do *Campus* Avançado Natal - Zona Leste, permitindo que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte promova, no âmbito de sua estrutura organizacional, o seu funcionamento em endereço próprio.

As ofertas educacionais, respeitando a condição de instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, o IFRN tem hoje autorizados para oferta em diferentes níveis e modalidades, contemplando os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com 167 cursos através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e Mulheres Mil; os cursos técnicos de nível médio, que totalizam em 88 cursos de técnico integrado, técnico integrado EJA e técnico subsequente. Em nível de graduação, são 21 cursos de licenciatura, 27 cursos superiores de tecnologia e 4 de engenharia. Em nível de pós-graduação *lato sensu* são 26 especializações e, em *stricto sensu*, são 5 mestrados e 1 doutorado.

As proposições de continuidade das ofertas em atividade e as novas formações, nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância, permitem evidenciar a consolidação e efetivação da função social da instituição para a sociedade norte-riograndense. Destaque-se que o IFRN ofertará cursos educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, viabilizando a articulação entre ciência, cultura, trabalho e tecnologia, respeitando o compromisso com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais.

Nos quadros que se seguem, para a vigência deste PDI, constam os planos de oferta de vagas e cursos dos *campi*. As vagas foram definidas a partir de discussões internas e validadas pelas comissões locais de cada *campus*.

Quadro 4 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus APODI (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Ensino de Matemática e Ciências da Natureza	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Letramento e Ensino	-	-	-	-	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Agropecuária	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Química	-	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Agropecuária	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Química	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Química	40	40	40	40	40	40	40	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Formação Inicial em Reparador de Circuitos Eletrônicos	-	-	-	-	30	-	30	-
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Montagem e Manutenção de Computadores	-	-	-	-	-	30	-	30
FIC	EJA-Fundamenta	Presencial	Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis	-	-	-	-	-	30	30	30

Quadro 5 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus CAICÓ (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Ensino de Ciências Naturais na Educação Básica	-	-	-	-	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Moda e Estilo	-	-	-	-	-	-	-	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Física	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Design de Moda	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Vestuário	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Eletrotécnica	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Informática para Internet	-	80	80	80	80	80	80	40
Técnico	Integrado	Presencial	IoT	-	-	-	-	-	-	-	40
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	80							
Técnico	Integrado	Presencial	Eletrotécnica	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Vestuário	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Têxtil	40	40	40	40	40	40	40	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Instalador Predial de Baixa Tensão	-	-	-	-	-	-	-	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Inspetor de qualidade	-	-	-	-	-	-	-	40

Quadro 6 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus CANGUARETAMA (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pós-graduação	Especialização	Presencial	Ensino de EJA no contexto da Diversidade	40	40	40	40	0	0	0	0
Pós-graduação	Especialização	Presencial	Ensino e relações étnico-raciais	0	0	0	0	40	40	40	40
Pós-graduação	Mestrado	Presencial	Mestrado profissional em educação profissional e tecnológica (PROFEPT)	-	-	-	-	24	24	24	24
Técnico	Integrado	Presencial	Eventos	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Eletromecânica	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Mecânica	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Gestão de Turismo	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Sistemas para Internet		40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Educação do Campo - Matemática	20	20	20	20	20	20	20	20
Graduação	Licenciatura	Presencial	Educação do Campo - Ciências Humanas e Sociais	20	20	20	20	20	20	20	20
FIC	Integrado EJA	Presencial	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	-	-	-	40	0	0	0	0
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Serviços	0	0	0	-	-	-	40	-
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Eletromecânica	0	0	0	-	-	40	-	40

Quadro 7 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Ceará-Mirim (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Equipamentos Biomédicos	72	36	72	36	72	36	72	36
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	36	36	36	36	36	36	36	36
Técnico	Integrado	Presencial	Programação de Jogos Digitais	72	72	72	72	72	72	72	72
Técnico	Subsequente	Presencial	Equipamentos Biomédicos	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	40	40	40	40	80	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Matemática	-	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Novas Tecnologias Aplicadas à Educação	40	40	40	-	40	40	40	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Cuidador de Idosos	-	-	-	40	-	-	-	-

Quadro 8 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Currais Novos (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Eletrônica	-	-	-	-	-	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Alimentos	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	40	40	40	40	40	-	-	-
Graduação	Licenciatura	Presencial	Química	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Sistemas para Internet	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Alimentos	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Semipresencial	Ciências Naturais e Matemática	40	40	40	40	40	-	-	-
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Ciência e tecnologia do Alimentos	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-graduação	Especialização	Semipresencial	Relações Étnicos Raciais	-	-	-	-	-	40	40	40
Pós-graduação	Especialização	EaD	Sistemas para Internet	-	-	-	-	-	40	40	40
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Eletrônica	-	-	-	-	-	-	-	40
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Alimentos	-	-	-	-	-	-	40	-
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Química	-	-	-	-	-	40	-	-
Técnico	Subsequente	EaD	Comércio	-	-	-	-	-	40	40	40
Técnico	Subsequente	EaD	Administração	-	-	-	-	-	40	40	40

Quadro 9 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Ipanguaçu (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Agroecologia	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Meio Ambiente	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	40	40	40	40	40	80	80	80
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Agroecologia	40	40	40	40	40	-	-	-
Técnico	Subsequente	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	40	40	40	40	-	-	-	-
Técnico	Subsequente	Presencial	Meio Ambiente	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Química	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Informática	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Agroecologia	40	40	40	40	40	40	40	40
FIC	EJA-Médio	Presencial	A definir	-	-	-	-	-	40	40	40
Pós-graduação	Especialização	Presencial	Multidisciplinar	-	-	-	-	-	20	20	20
Pós-graduação	Doutorado	Presencial	Ensino (RENOEN)	-	-	-	-	3	3	3	3

Quadro 10 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Avançado Jucurutu (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Subsequente	Presencial	Instrumento Musical	-	-	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Informática para Internet	-	-	-	-	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Música	-	-	-	-	-	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Administração	-	-	-	-	-	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Comércio	-	-	-	-	-	40	40	40
FIC	EJA - Fundamental	Presencial	Operador de Computador	-	-	-	-	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	EaD	Instrumento Musical	-	-	-	-	-	-	40	40

Quadro 11 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus João Câmara (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Administração	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Eletrotécnica	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Administração	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Informática	-	40	-	40	-	40	-	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Educação do campo	-	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Física	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Geografia	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Energias renováveis	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Engenharia	Presencial	Engenharia de energias	-	-	-	-	-	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Geografia do semi-árido	-	60	60	-	60	-	-	60
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Ensino de ciências naturais na educação básica	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Projetos de geração de energia eólica	-	-	-	-	-	40	40	40
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Ensino de ciências naturais	-	-	-	-	15	-	15	-

Quadro 12 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Avançado Lajes (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Médio	Integrado	Informática	72	36	72	36	72	72	72	72
Técnico	Médio	Integrado	Administração	36	72	36	72	36	36	36	36
Técnico	Médio	Subsequente	Informática	36	36	36	36	-	-	-	-
Técnico	Médio	Subsequente	Comércio	-	-	40	36	36	36	-	-
Graduação	CST	Presencial	Gestão Comercial	-	-	-	-	-	-	40	36
Pós-graduação	Especialização	Presencial	Especialização para professores (Ciências Humanas, Letras e Artes)	-	-	-	-	40	-	40	-
Pós-graduação	Especialização	Presencial	Especialização para professores (Ensino, Ciências da Natureza e Matemática)	-	-	-	-	-	40	-	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Operador de Computador	-	-	-	40	36	36	36	36
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Assistente Administrativo	30	-	-	50	30	30	30	30
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Eletricista instalador predial	-	-	-	-	20	20	20	20
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Instalador de Energia Fotovoltaica	-	-	-	-	-	20	20	20

Quadro 13 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Macau (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	36	36	36	72	36	36	72	36
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Informática	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico	Subsequente	Presencial	Informática	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico	Integrado	Presencial	Química	36	36	36	72	36	72	36	72
Técnico	Subsequente	Presencial	Química	36	-	-	-	-	-	-	-
Técnico	Integrado	Presencial	Recursos Pesqueiros	36	36	36	72	36	72	72	72
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Recursos Pesqueiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico	Subsequente	Presencial	Recursos Pesqueiros	36	36	36	36	-	-	-	-
Graduação	Licenciatura	Presencial	Biologia	36	36	36	36	36	36	36	36
Graduação	CST	Presencial	Processos Químicos	-	-	-	40	36	36	36	36
Pós-Graduação	Especialização	Semipresencial	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	40	40	40	40	40	-	40	-
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Operador de Computadores	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Tecnologias aplicas à Educação	-	-	-	-	-	40	-	40
Graduação	CST	Presencial	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	-	-	-	-	40	36	36

Quadro 14 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Mossoró (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pós-Graduação	Doutorado	Presencial	Doutorado em Ensino (Renoen)	-	-	-	-	12	12	12	12
Pós-Graduação	Doutorado	Presencial	Doutorado em Ensino (Posensino)	-	-	-	-	20	20	20	20
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Mestrado em Ensino (Posensino)	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	24	24	24	24	24	24	24	24
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Educação e Contemporaneidade	-	40	-	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Matemática para Educação Básica	-	-	-	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Matemática	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Energias renováveis e meio ambiente	-	-	-	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Gestão Ambiental	-	-	-	-	-	25	25	25
Graduação	CST	Presencial	Gestão Ambiental	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	TADS - Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	-	-	-	-	-	-	40	40
Graduação	Bacharelado	Presencial	Arquitetura	-	-	-	-	-	30	30	30
Técnico	Subsequente	Presencial	Edificações	40	40	40	40	40	40	40	40

(Continuação do Quadro 14) - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Mossoró (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Subsequente	Presencial	Eletrotécnica	80	80	80	80	80	80	40	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Mecânica	80	80	80	80	80	40	80	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Sistemas de Energias Renováveis	-	-	-	-	-	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Informática	40	40	40	-	40	-	-	-
Técnico	Subsequente	Presencial	Manutenção e Suporte de Informática	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico	Subsequente	Presencial	Petróleo & Gás	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Saneamento	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Edificações	36	36	36	36	36	72	72	72
Técnico	Integrado	Presencial	Eletrotécnica	36	36	36	36	36	36	36	36
Técnico	Integrado	Presencial	Mecânica	36	36	36	36	36	36	36	36
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	36	36	36	36	36	36	36	36
Técnico	Integrado	Presencial	Automação Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico	Integrado	Presencial	Meio Ambiente	-	-	-	-	-	36	36	36
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Edificações	40	40	40	40	-	-	-	-
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Instalações Prediais	-	-	-	-	-	-	-	-
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	A definir	-	-	-	-	-	40	-	-

Quadro 15 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Natal - Central (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Controle Ambiental	80	80	80	72	72	72	72	72
Técnico	Integrado	Presencial	Geologia	40	40	40	36	36	36	36	36
Técnico	Integrado	Presencial	Mineração	40	40	40	36	36	36	36	36
Técnico	Integrado	Presencial	Segurança do trabalho	-	-	-	-	-	40	36	36
Técnico	Subsequente	Presencial	Segurança do trabalho	160	160	160	144	144	144	144	144
Técnico	Subsequente	Presencial	Geologia	80	80	80	72	72	72	72	72
Técnico	Subsequente	Presencial	Mineração	80	80	80	72	72	72	72	72
Técnico	Subsequente	Presencial	Química	0	0	0	0	0	0	40	36
Graduação	CST	Presencial	Gestão ambiental	80	80	80	80	72	72	72	72
Graduação	Engenharia	Presencial	Engenharia Sanitária e Ambiental	40	40	40	40	36	36	36	36
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais	25	30	30	30	30	30	30	30
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Gestão Ambiental	40	40	40	40	36	36	36	36
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Ensino de Geociências	-	-	-	-	40	36	36	36
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Engenharia de Segurança do Trabalho	-	-	-	-	40	36	36	36

(Continuação do Quadro 15) - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Natal - Central (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Vigilância Sanitária	-	-	-	-	-	40	-	36
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Tecnologia Mineral	-	-	-	-	-	40	-	36
Pós-Graduação	Doutorado	Presencial	Ciências Ambiental	-	-	-	-	10	10	10	10
Técnico	Integrado	Presencial	Mecânica	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Eletrotécnica	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Mecânica	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Eletrotécnica	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Petróleo e Gás	80	80	80	80	80	80	80	80
Graduação	Engenharia	Presencial	Engenharia de Energia	80	80	80	80	80	80	80	80
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Engenharia de Energia	0	0	0	0	0	20	20	20
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Engenharia de Energia	0	0	0	0	0	0	0	20
Técnico	Integrado	Presencial	Administração	36	36	36	36	36	36	72	72
Técnico	Integrado	Presencial	Informática para Internet	36	36	36	36	36	0	0	0
Técnico	Integrado	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	36	36	36	36	36	0	0	0

(Continuação do Quadro 15) - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Natal - Central (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	0	0	0	0	0	80	80	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	0	0	0	0	0	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Comércio Exterior	40	40	40	40	36	36	36	36
Graduação	CST	Presencial	Gestão Pública	80	80	80	80	36	0	0	0
Graduação	CST	Presencial	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	108	108	108	108	72	72	72	72
Graduação	CST	Presencial	Redes de Computadores	120	40	80	80	80	80	0	0
Graduação	Bacharelado	Presencial	Administração	0	0	0	0	40	80	80	80
Graduação	CST	Presencial	Internet das Coisas	0	0	0	0	0	0	80	80
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Negócios Internacionais e Internacionalização	0	0	0	0	0	0	40	0
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Inovação Sustentável na Esfera Pública	0	0	0	0	0	40	0	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Gestão Estratégica e Inteligência em Negócios	0	0	0	0	0	0	40	0
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Qualidade e Produtividade de Software	-	-	-	-	-	40	-	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Ciência de Dados	-	-	-	-	-	-	40	-
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Residência em Engenharia de Software	-	-	-	-	-	-	40	-

(Continuação do Quadro 15) - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Natal - Central (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Engenharia de Software com Ênfase em DevOps	-	-	-	-	-	40	-	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Internet das Coisas	-	-	-	-	-	-	40	-
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Segurança de Dados	-	-	-	-	-	40	-	40
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Computação Aplicada (profissional)	-	-	-	-	-	-	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Edificações	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Edificações	160	160	160	160	160	160	160	160
Técnico	Subsequente	Presencial	Estradas	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Construção de Edifícios	80	-	-	-	-	-	-	-
Graduação	Superior	Presencial	Engenharia Civil		80	80	80	80	80	80	80
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Engenharia Civil	-	-	-	-	-	20	20	20
FIC	EJA-Médio	Presencial	Instalador Predial de Baixa Tensão	-	-	-	-	-	20	20	20
FIC	EJA-Médio	Presencial	Desenho Técnico em Construção Civil	-	-	-	-	-	30	30	30
FIC	EJA-Médio	Presencial	Tecnologista em Materiais de Construção	-	-	-	-	-	30	30	30
Graduação	Licenciatura	Presencial	Matemática	40	40	40	40	40	40	40	40

(Continuação do Quadro 15) - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Natal - Central (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Graduação	Licenciatura	Presencial	Física	60	60	60	60	60	60	60	60
Graduação	Licenciatura	Presencial	Letras português/espanhol				40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Geografia	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Formação Continuada Docente em Língua Espanhola e Tradução	-	30	30	30	30	30	30	30
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Mestrado em Educação Profissional	20	20	20	20	20	20	20	20
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Ensino de Física	10	10	10	10	10	10	10	10
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Gestão Educacional	20	20	20	20	20	20	20	20
Pós-Graduação	Doutorado	Presencial	Doutorado Acadêmico em Educação Profissional	15	15	15	15	15	15	15	15
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional	-	-	10	10	10	10	10	10
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Cuidador de idoso	60	60	60	60	60	60	60	60
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Mais idosos	600	600	600	600	600	600	600	600
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Montador de placa solar (Energif)	200	200	200	200	200	200	200	200
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Educação para todos	40	40	40	40	40	40	40	40

Quadro 16 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Natal - Cidade Alta (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Programas e Projetos de Lazer na Escola	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Mestrado em Lazer	-	-	-	-	20	20	20	20
Técnico	Integrado	Presencial	Multimídia	72	72	72	72	72	72	72	72
Técnico	Integrado	Presencial	Lazer	36	36	36	36	36	36	36	36
Técnico	Integrado	Presencial	Design Gráfico	-	-	-	-	-	80	72	72
Técnico	Integrado	Presencial	Eventos	-	-	-	-	-	40	36	36
Técnico	Subsequente	Presencial	Guia de Turismo	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Eventos	80	80	80	80	80	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Produção de Áudio e Vídeo	-	-	-	-	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Gestão Desportiva e de Lazer	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Produção Cultural	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Educação Física	-	-	-	-	-	40	40	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	A definir	-	-	-	-	-	40	40	40

Quadro 17 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Natal - Zona Norte (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Comércio	36	36	36	36	36	36	36	36
Técnico	Integrado	Presencial	Eletrônica	72	72	72	72	72	72	72	72
Técnico	Integrado	Presencial	Informática para Internet	36	36	36	36	36	36	36	36
Técnico	Subsequente	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Comércio	40	40	40	40	40	40	40	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	-	-	-	30	-	20	-	20
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Operador de Computador	-	-	-	-	40	-	-	-
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Montador e Reparador de Computadores	-	-	-	-	-	-	20	-
Graduação	CST	Presencial	Marketing	80	80	80	80	80	80	80	74
Graduação	Licenciatura	Presencial	Informática	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Ensino	-	-	-	-	50	50	50	50

Quadro 18 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Nova Cruz (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Administração	40	40	80	40	40	80	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	80	40	40	80	40	40	80	40
Técnico	Integrado	Presencial	Química	40	80	40	40	80	40	40	80
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Administração	-	-	-	-	-	-	-	40
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Informática	-	-	-	-	-	-	40	-
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Química	-	-	-	-	-	40	-	-
Técnico	Subsequente	Presencial	Administração	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Química	40	40	40	-	-	-	-	-
Graduação	Licenciatura	Presencial	Química	-	-	-	-	-	-	40	40
Graduação	CST	Presencial	Gestão Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-
Graduação	CST	Presencial	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Processos Químicos	80	80	80	40	40	80	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Semipresencial	Ensino de Ciências e Matemática	-	-	-	-	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Semipresencial	Educação e Contemporaneidade	-	-	-	-	-	40	40	40

Quadro 19 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Avançado Parelhas (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	40	40	80	40	40	80	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Mineração	40	80	40	40	80	40	80	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Operador de Computador	-	-	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Informática	-	-	40	-	40	-	40	-
Técnico	Subsequente	Presencial	Mineração	-	40	-	40	-	40	-	40
Pós-Graduação	Especialização	Semipresencial	Ciências Naturais e Matemática	-	-	-	40	-	40	-	40
Pós-Graduação	Especialização	Semipresencial	Ciências Humanas e Competências Contemporâneas para a Educação	-	-	-	-	***40***	-	***40***	-

Quadro 20 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Parnamirim (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Integrado	Presencial	Mecatrônica	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Redes de Computadores	80	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Mecatrônica	80	80	80	80	80	80	80	80
Graduação	CST	Presencial	Sistemas para Internet	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica	40	-	40	-	40	-	40	-
Pós-Graduação	Especialização	Semipresencial	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	80	80	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Ensino de Teatro	-	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Tecnologias Digitais e Inovação em Educação	-	-	-	40	-	-	-	-
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	-	-	20	20	-	-	-	-
Pós-Graduação	Mestrado	Presencial	Tecnologias Digitais no Ensino de Informática e Ciências Naturais	-	-	-	-	20	20	20	20
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	A definir	20	20	20	20	20	20	20	20
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Auxiliar de Eletricista	-	-	40	-	-	-	-	-
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	-	-	-	40	-	40	-	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Operador de Computadores	-	-	40	-	40	-	40	-
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Torneiro Mecânico	-	40	-	40	-	40	-	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Instalador e Reparador de Redes de Computadores	-	40	-	40	40	-	40	-

Quadro 21 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Pau dos Ferros (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Alimentos	72	72	72	72	36	72	36	72
Técnico	Integrado	Presencial	Apicultura	72	72	72	72	72	36	72	36
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	72	72	72	36	72	36	72	36
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Alimentos	-	-	-	40	-	-	-	-
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Música	-	-	-	-	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Química	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Análise e desenvolvimento de sistemas	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Agroindústria	-	-	-	40	40	40	40	40
Pós-graduação	Especialização	Presencial	Ciências da natureza e Matemática	40	-	40	-	-	-	-	-
Pós-graduação	Especialização	Presencial	Educação Ambiental e Geografia do Semiárido	-	-	-	-	40	-	40	-
Pós-graduação	Doutorado	Presencial	Doutorado em Ensino (Renoen)	-	-	-	-	1	1	1	1

Quadro 22 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Santa Cruz (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	72	72	72	72	72	80	80	80
Técnico	Integrado	Presencial	Mecânica	36	36	36	36	36	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Refrigeração e Climatização	36	36	36	36	36	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	Presencial	Refrigeração e Climatização	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado EJA	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Matemática	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	Presencial	Física	40	40	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Semipresencial	Ensino das Ciências Naturais e Matemática	-	-	30	-	30	-	30	-
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Operador de Computadores	40	40	40	40	40	40	40	40

Quadro 23 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus São Gonçalo do Amarante (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Informática	36	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Logística	72	40	80	40	80	40	80	40
Técnico	Integrado	Presencial	Edificações	36	80	80	80	80	80	80	80
Técnico	Subsequente	Presencial	Edificações	72	40	40	40	0	0	0	0
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Cadista da Construção Civil	0	0	0	0	0	40	40	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Almoxarife de Obras	0	0	0	0	0	40	40	40
Graduação	CST	Presencial	Logística	80	80	0	0	0	0	0	0
Graduação	CST	Presencial	Redes de Computadores	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Engenharia	Presencial	Engenharia da Produção	0	0	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Educação e Contemporaneidade	0	0	0	40	40	0	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Gerenciamento de Obras	0	0	0	0	25	25	25	25
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Engenharia de Software com Ênfase em DevOps	0	0	0	0	0	30	0	30
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Práticas Inovadoras para Gestão do Ensino	0	0	0	0	0	0	30	0

Quadro 24 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus São Paulo do Potengi (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Integrado	Presencial	Edificações	72	72	72	72	72	72	72	72
Técnico	Integrado	Presencial	Informática para Internet	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico	Integrado	Presencial	Meio Ambiente	72	72	72	72	72	72	72	72
Técnico	Subsequente	Presencial	Edificações	72	36	36	36	36	36	36	36
Técnico	Subsequente	Presencial	Meio Ambiente	72	72	72	72	36	-	-	-
Graduação	Licenciatura	Presencial	Matemática	40	40	40	40	40	40	40	40
Graduação	Engenharia	Presencial	Engenharia Sanitária e Ambiental	-	-	-	-	-	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Presencial	Estudos Linguísticos e Literários	-	-	-	-	40	40	40	40
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Reciclador	-	-	-	-	30	30	30	30
FIC	EJA-Fundamental	Presencial	Pintor de Obras	-	-	-	30	-	-	-	-

Quadro 25 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas do Campus Natal - Zona Leste (2019-2026)

NÍVEL	FORMA/GRAU	MODALIDADE	NOME DO CURSO	PREVISÃO DE OFERTA DE NOVAS VAGAS							
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Técnico	Subsequente	EaD	Administração	-	-	-	80	120	120	120	120
Técnico	Subsequente	EaD	Secretaria escolar	-	-	-	40	40	40	40	40
Técnico	Subsequente	EaD	Informática para internet	-	-	-	0	80	0	0	0
Graduação	CST	EaD	Sistemas para internet	-	-	-		40	40	40	40
Graduação	Licenciatura	EaD	Formação pedagógica	-	-	-	40	0	0	0	0
Graduação	Licenciatura	EaD	Tecnologias educacionais	-	-	-	0	0	0	40	40
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Educação ProEJA	-	-	-	-	-	40	0	40
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Ensino de matemática para o ensino médio	-	-	-	70	70	0	40	40
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Ensino da língua portuguesa e matemática numa perspectina transdisciplinar	-	-	-	-	40	40	0	40
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Literatura e ensino	-	-	-		40	40	40	0
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Educação profissional	-	-	-	0	40	0	40	0
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Letramentos múltiplos e ensino de línguas na educação básica	-	-	-	0	40	0	40	40
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Gestão pública	-	-	-	0	40	0	40	0
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Docente EPT	-	-	-	-	40	0	40	0
Pós-Graduação	Especialização	EaD	Marketing	-	-	-	-	-	40	0	40

4

Infraestrutura física

4.1. Ampliação das instalações físicas

4.2. Infraestrutura de bibliotecas e laboratórios dos campi

4.3. Repositório institucional digital

4.4. Infraestrutura física e tecnológica da educação à distância

4.5. Previsão de abertura de novos polos de educação a distância

4. Infraestrutura física

A infraestrutura física do IFRN atualmente é composta pela Reitoria do Instituto e 22 (vinte e dois) *campi* distribuídos em 19 (dezenove) municípios do estado do Rio Grande do Norte, sendo 4 (quatro) deles *campi* avançados. Dentre as edificações constituintes do IFRN, encontram-se *campi* horizontais, verticais, prédios históricos e instalações rurais.

Com o objetivo de atender às demandas tecnológicas educacionais regionais, cada *campus* do IFRN apresenta um ou mais focos tecnológicos específicos, o que acarreta em peculiaridades nas suas infraestruturas físicas, demandando cuidados específicos. Nesse contexto, a Implantação da gestão de infraestrutura é fundamental para garantir as condições adequadas o através do qual a Instituição cumpre sua missão de promover formação humana, científica e profissional aos discentes, visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte.

4.1. Ampliação das instalações físicas

A ampliação da infraestrutura física dos *campi* deve atender ao quadro de novas ofertas educacionais, bem como priorizar o cumprimento das exigências das avaliações dos cursos realizadas pelo MEC. Além disso, ela deve estar de acordo com os objetivos estratégicos e metas do planejamento institucional definidas neste documento.

Para nortear a ampliação e adequação da infraestrutura física, a Reitoria e os *Campi* elaborarão, particularmente, seu Plano Diretor de Infraestrutura - PDInfra, que será um documento multidisciplinar, aprovado pela gestão, cujo escopo apresentará orientações e diretrizes quanto ao uso e ocupação do seu espaço físico.

O PDInfra estará alinhado com a legislação vigente e com o planejamento institucional quanto à expansão prevista das atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação, especialmente no tocante à abertura de novos cursos e aumento de vagas. Deverá, ainda, apresentar um plano de obras e serviços de engenharia, com as demandas de adequação, ampliação e modernização da infraestrutura física, ordenadas por prioridade, cujo atendimento ocorrerá em obediência à sustentabilidade financeiro-orçamentária do IFRN, à acessibilidade (NBR 9050/2015) e ao desenvolvimento sustentável.

O atendimento dessas demandas será desenvolvido pelos profissionais técnicos multidisciplinares do Instituto e seguirá as etapas de planejamento, projetos, orçamento, licitação e execução, necessitando do envolvimento dos usuários nas duas

etapas iniciais. Para tanto, a capacitação desses servidores se faz necessária, tendo em vista a quantidade de especificidades envolvidas em todos os processos técnicos. Nesse contexto, o setor técnico do IFRN deverá elaborar um Plano de Capacitação Técnica que direcione os servidores para atenderem às demandas necessárias ao desenvolvimento da Instituição, bem como padronizar suas rotinas e documentos técnicos, implantar a estratégia BIM (*Building Information Modeling* - Modelagem da Informação da Construção) na gestão da infraestrutura, objetivando a otimização dos trabalhos e o envolvimento multidisciplinar de seus servidores técnicos.

As manutenções preventivas e corretivas da infraestrutura física existente nos *campi* são um aspecto fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos do IFRN, haja vista que elas garantem a preservação e conservação dos imóveis, prolongando sua vida útil. Cada *campus* do IFRN, além da Reitoria, por meio dos profissionais técnicos do Instituto, deverá elaborar seu Plano de Inspeção e Manutenção Preventiva, o qual deve englobar: as normas legais aplicáveis; os procedimentos a serem adotados quanto à manutenção dos elementos arquitetônicos e de urbanismo, fundações e estruturas, alvenarias e coberturas, esquadrias, instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, de ar-condicionado, de combate a incêndio e mecânicas e demais elementos; e o cronograma para as vistorias técnicas prediais.

4.2. Infraestrutura de bibliotecas e laboratórios dos campi

Nesta seção será abordada a estrutura de bibliotecas, no que diz respeito a acervo físico, virtual, formas de atualização, correlação com cursos, espaços, pessoal e serviços; ainda, é informada a estrutura de laboratórios.

4.2.1. Bibliotecas

As bibliotecas do IFRN têm como missão prover o acesso, a recuperação e a disseminação da informação, visando contribuir para a educação científico-tecnológica-humanística e subsidiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os profissionais que gerenciam as bibliotecas do Instituto são devidamente habilitados na área: o bibliotecário-documentalista e/ou o cientista da informação. Em cada uma das bibliotecas há servidores responsáveis pelo funcionamento e manutenção dos serviços prestados como, além dos bibliotecários, outros técnicos administrativos e seu quantitativo varia conforme o porte da unidade. Além do suporte de pessoal há, também, um sistema automatizado, facilitando a busca ao acervo que, além de estar informatizado, está tombado junto ao patrimônio da instituição.

Estas bibliotecas fazem parte do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFRN (SIB-IFRN), que tem por objetivo criar condições para o funcionamento sistêmico das bibliotecas da Instituição e é formado por vinte e duas unidades localizadas nas seguintes cidades/*campi*: Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Lajes, Macau, Mossoró, Natal (Natal - Central; Natal - Zona Norte; Natal - Cidade Alta; Natal - Zona Leste), Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi e, no futuro, *campus* de Jucurutu.

O SIB-IFRN está diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e teve sua política de funcionamento aprovada pela Resolução nº 33/2015-Consup, em 20/11/2015. Também encontra-se ligado à Coordenação de Apoio Acadêmico (Coapac) de cada *campus* no apoio à disponibilização de material bibliográfico aos discentes, servidores (docentes e técnico-administrativos) e à comunidade externa para consulta. Tem como finalidade reunir, organizar e disseminar as informações contidas em seu acervo, visando atender as pesquisas, consultas e os empréstimos.

Cada biblioteca está organizada administrativamente em setores ofertantes de serviços específicos: Gestão de Processos Técnicos; Gestão de Empréstimo, Informação e Documentação; Gestão dos Recursos Contínuos (periódicos); e Gestão dos Recursos Eletrônicos.

As bibliotecas do instituto apresentam excelentes condições de conforto, com iluminação e climatização adequadas, sistema antifurto com sinalização e mapeamento espacial de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Ministério da Educação, para bibliotecas das instituições de ensino superior, estando adequadamente acessíveis para pessoas com necessidades especiais. Têm disponíveis áreas contendo o acervo, salas de estudo individual e em grupo, além de sala com computadores para pesquisa.

Os horários de funcionamento destes ambientes atendem aos períodos de funcionamento das unidades de ensino onde estão instaladas garantindo, assim, as condições necessárias que a comunidade discente possa planejar e realizar seus estudos e pesquisas. Deste modo, oferece serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas às bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

O acervo é organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, como exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso e de livre acesso para todos os usuários, respeitando-se as normas vigentes. O acervo encontra-se devidamente tombado, com etiquetas de identificação e disponível para empréstimo, segundo a política da instituição, permitindo, deste modo, a consulta por autor, título e assunto atribuído a cada título, estando garantidas as condições de pesquisa, seja *in loco,* seja através do acesso remoto via internet.

As bibliotecas possuem acervo em diferentes formatos: livros, periódicos e normas técnicas. Sendo gerenciado pelo Sistema Saibi e tombado junto ao patrimônio da IES. O acervo virtual tem como suporte o repositório institucional *"Memoria"*, o qual se reúne, em formato digital, a produção acadêmica, científica, tecnológica, artística e administrativa deste Instituto Federal. Através do Portal de Periódicos da Capes o IFRN possui, ainda, a assinatura da IEEE Xplore com a empresa Ebsco, cuja lista de títulos disponíveis está no portal da instituição.

A política de expansão dos acervos visa a ampliação e melhoria na prestação de serviços e informações, aperfeiçoando a promoção o acesso, a disseminação e o uso da informação como apoio de ensino, pesquisa e extensão. A instituição considera ser indispensável a constante atualização e manutenção do acervo das suas bibliotecas, garantindo a qualidade do acervo em permanente atualização que deve ser constituído por obras e fontes diversas como ferramentas fundamentais para propiciar ao usuário a oportunidade de incorporar valores tanto de formação técnico educacional, como também cultural e de responsabilidade social.

Para subsidiar esta atualização, expansão e manutenção dos acervos o SIB-IFRN possui a "Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFRN".

O quadro 26, a seguir, apresenta os quantitativos gerais do IFRN em 2019 e, individualmente, de volumes por categoria nos *campi*, constando a bibliografia básica e complementar, bem como os periódicos, em versão física e digital.

Quadro 26 - Quantitativo geral de volumes do acervo das bibliotecas

CAMPUS	CAPACIDADE ATENDIMENTO (PESSOAS/DIA)	BÁSICA/COMPLEMENTAR		PERIÓDICOS	
		FÍSICO	DIGITAL	FÍSICO	DIGITAL
Apodi	300	4719	0	73	21500
Caicó	400	6399	0	798	21500
Canguaretama	400	9130	0	0	21500
Ceará Mirim	300	4400	0	62	21500
Currais Novos	640	13138	0	751	21500
Ipanguaçu	400	14071	0	1445	21500
João Câmara	600	3674	0	15	21500
Lajes	300	6218	0	789	21500
Macau	300	10428	0	0	21500
Mossoró	500	10428	0	0	21500

Natal - Central	640	37481	141	96	21500
Natal - Cidade Alta	440	2090	0	0	21500
Natal - Zona Leste	300	3678	0	0	21500
Natal - Zona Norte	400	7447	0	2	21500
Nova Cruz	400	7846	0	0	21500
Parelhas	250	108	0	0	21500
Parnamirim	400	11470	444	387	21500
Pau dos Ferros	300	10382	0	400	21500
Santa Cruz	300	9717	0	63	21500
São Gonçalo do Amarante	600	7646	0	0	21500
São Paulo do Potengi	400	1109	0	11	21500
Total IFRN	**8570**	**181579**	**585**	**4892**	**21500**

Fonte: Diagnósticos de Análise Situacional das Comissões Locais dos *campi*

4.2.2. Laboratórios

Objetivando ser um ator importante no desenvolvimento social do Rio Grande do Norte e alinhado com sua função geradora de desenvolvimento científico e tecnológico, os laboratórios do IFRN atendem não somente aos requisitos mínimos especificados nos diversos catálogos do MEC, mas vão além, com o foco de promover a formação humana científica e profissional dos discentes.

Com a definição legal, estabelecida pela Lei 11.892/2008, de que o IFRN deve ter 50% das suas ofertas de ensino técnico, os laboratórios foram planejados e montados visando abranger as disciplinas tanto dos núcleos estruturantes dos cursos como também do núcleo tecnológico, fazendo com que cada *campus* tenha uma necessidade de acordo com o planejamento de suas ofertas.

Para suprir as necessidades de cada eixo tecnológico em cada um dos seus *campi*, o IFRN tem laboratórios específicos em atendimento às necessidades das mais diversas disciplinas dos mais diversos cursos, e também nos mais variados níveis de ensinos oferecidos pela instituição, desde os cursos de formação inicial continuada, passando por cursos técnicos de nível médio, sendo estes subsequentes, EJA ou Integrados, cursos superiores, sendo estes, licenciaturas, tecnologias ou bacharelados, chegando, por fim, na pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

O quadro 27 apresenta um resumo das capacidades dos laboratórios do IFRN, em 2019.

Quadro 27 - Capacidade dos laboratórios por campus

CAMPUS	QUANTIDADE	CAPACIDADE POR TURNO
Apodi	20	400
Caicó	32	400
Canguaretama	17	680
Ceará-Mirim	21	630
Currais Novos	22	660
Ipanguaçu	12	492
João Câmara	19	Não Informado
Lajes	12	400
Macau	29	1160
Mossoró	27	540
Natal - Central	88	2530
Natal - Cidade Alta	16	400
Natal - Zona Leste	Não Informado	Não Informado
Natal - Zona Norte	24	960
Nova Cruz	22	440
Parelhas	18	360
Parnamirim	21	460
Pau dos Ferros	25	500
Santa Cruz	23	600
São Gonçalo do Amarante	24	484
São Paulo do Potengi	23	638
Total:	**495**	**10786**

Fonte: Diagnósticos de Análise Situacional das Comissões Locais dos *Campi*

4.3. Repositório institucional digital

O *Memoria* é o repositório institucional digital do IFRN, desenvolvido em 2015, com os seguintes objetivos: preservar, ampliar e difundir a produção técnico-científica da Instituição; favorecer e ampliar o acesso, a visibilidade e a recuperação dessa produção e contribuir com o desenvolvimento das pesquisas; potencializar o intercâmbio entre o IFRN e outras instituições; otimizar a gestão de investimentos em pesquisas nesse Instituto Federal; favorecer a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e; apoiar os processos de ensino, pesquisa e extensão por meio do acesso aberto ao conhecimento.

Atualmente, o Repositório reúne a produção do Instituto em diversos formatos, por meio de documentos como:

I artigos publicados em periódicos científicos;

II trabalhos de conclusão de curso: artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses;

III livros e capítulos de livros;

IV trabalhos apresentados em eventos científicos com publicação em anais.

4.4. Infraestrutura física e tecnológica da educação a distância

4.4.1. Sede

As instalações do *Campus* Natal - Zona Leste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) estão localizadas fisicamente no *Campus* Natal - Central, na Av. Senador Salgado Filho – 1559, no bairro do Tirol, em Natal, mas em virtude de estar em fase de ampliação, uma nova estrutura será anexada a atual, e estará localizada na Rua Gonçalves Ledo - 825, no bairro Cidade Alta, em Natal. Atualmente, a estrutura física compreende mais de 2.500 metros quadrados de área construída, distribuídos em dois prédios: o prédio da Diretoria de Produção de Material Didático e o prédio do *Campus* Natal - Zona Leste, além de biblioteca, quadras poliesportivas, ginásio coberto, cantina, núcleo de saúde e estacionamento com mais de 300 vagas, após a implantação da nova sede, terá uma área superior a 3200 metros quadrados. A estrutura física atual dos prédios é constituída dos seguintes componentes:

Prédio Principal

SALA	NOME
001	Auditório 1
002	Auditório 2
008	Transporte, limpeza e conservação
009	Patrimônio
010 / 011	Almoxarifado
012	Protocolo

101	Auditório 3
102	Laboratório de Informática 1
108	Biblioteca
201	Laboratório de Informática 2
202	Laboratório de Informática 3
208	Sala dos professores
209	Laboratório de tutoria
301	Sala de Segurança
302	Coordenação e Tecnologias da Informação e Comunicação
303	Sala de Manutenção
304	Suporte e Desenvolvimento
310	Sala de reuniões
311	Administração e Planejamento
312	Gabinete da Direção
313	Direção
314	Gestão de Pessoas
401	Equipe Técnico-Pedagógica
402	Diretoria Acadêmica
403	Diretoria Acadêmica
404	Secretaria Acadêmica
405	Pesquisa e Extensão
411	Coordenações dos Cursos Técnicos
412	Coordenações dos Cursos Técnicos e FIC/Coordenação da Rede e TEC
413	Sala de Treinamento
501	Coordenações dos Cursos de Graduação - Licenciatura em Letras-Espanhol/ Tecnologia em Gestão Ambiental
502	Coordenação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação/Coordenação da Universidade Aberta do Brasil
503	Coordenações dos Cursos Pós-Graduação - Especializações: Educação Ambiental e Geografia do Semiárido; Literatura e Ensino; Língua Portuguesa e Matemática; Ensino de Matemática para Ensino Médio; e Gestão Pública
509	Coordenação de Cursos FIC/Coordenação de Polo/Coordenação Pró-funcio-nário
510	Sala das Comissões
511	Sala dos Servidores

Prédio Anexo

SALA	NOME
001	Coordenação de Vídeo produções
002	Assessoria de Comunicação Social e Eventos
003	Redação
004	Técnica
005	Depósito
007	Estúdio
008	Switcher
009	Ilha de edição 01
010	Ilha de edição 02 - Produção de Vídeo aulas
011	Ilha de edição 03
012	Camarim
101	Diagramação/Impressão/Materiais
104	Sala de reuniões
105	Coordenação de Revisão de Mídia Impressa
106	Coordenação de Produção de Mídia Impressa
107	Diretoria de Produção de Material Didático

4.4.2. Polos

Os polos de apoio presenciais são espaços físicos criados para o desenvolvimento de atividades presenciais, práticas laboratoriais e avaliações, além do acompanhamento e orientação dos estudos. O *Campus* Natal - Zona Leste do IFRN conta com 30 polos de apoio para a assistência presencial ao aluno, distribuídos em 24 municípios do Rio Grande do Norte e um na Paraíba. Desses polos, 18 estão sediados em *campi* do IFRN, conforme distribuição abaixo:

Quadro 28 - Polos de apoio à educação a distância do IFRN

POLOS	E-TEC	UAB	CLASSIFICAÇÃO
Apodi	X		-
Assu	X		Polo Municipal
Caicó	X	X	Polo UAB em parceria com a UFRN
Canguaretama	X	X	-
Caraúbas / Sertão de Caraubeiras		X	Polo Municipal
Ceará-Mirim	X		-
Cuité de Mamanguape - PB		X	Polo Municipal
Currais Novos	X	X	Polo UAB em parceria com a UFRN

Grossos	X		Polo Municipal
Guamaré		X	Polo Municipal
João Câmara	X	X	-
Lajes	X	X	Polo Municipal
Luís Gomes		X	Polo Municipal
Macau	X		-
Marcelino Vieira		X	Polo Municipal
Martins		X	Polo Municipal
Mossoró	X	X	-
Natal Polo I - EAD	X	X	-
Natal Polo II - Zona Norte	X		-
Natal Polo III - Cemure		X	Polo Municipal
Nova Cruz	X		-
Parelhas	X		-
Parnamirim	X		-
Parnamirim II (Ivanira Paisinho)		X	Polo Municipal
Pau dos Ferros	X		-
Santa Cruz	X		-
São Gonçalo do Amarante	X		-
São Paulo do Potengi	X		-

Fonte: Direção-Geral do *Campus* Natal - Zona Leste

4.5. Previsão de abertura de novos polos de educação a distância

Com a abertura de novos *campi,* prevê-se a abertura de novos polos de educação a distância nestes, habilitando, deste modo, todos os nossos *campi* presenciais como polos de EaD, estimulando as ofertas de curso nessa modalidade de forma institucional, ou seja , dentro de nossa própria matriz orçamentária (financiamento próprio), o que possibilita ofertas institucionais em parceria com as prefeituras, aumentando a capilaridade de atendimento. Neste caminho, projeta-se um aumento de ofertas de EaD dentro dos nossos *campi* de forma compartilhada, potencializando assim o incremento de matrículas com a mesma estrutura física. Através de parcerias com municípios, estados ou na Rede Federal, teremos um outro caminho para o aumento da oferta.

5

Gestão de pessoal

5.1. Corpo docente de ensino presencial e de educação a distância

5.2. Corpo técnico-administrativo

5.3. Política de capacitação e qualificação de servidores

5.4. Gestão de desempenho funcional

5.5. Política de saúde e qualidade de vida no trabalho

5.6 Indicadores de Gestão de Pessoas

5. Gestão de pessoal

A adoção de um modelo gerencial pela administração pública determinou uma nova política para os recursos humanos, que tem por fundamento a democratização das relações de trabalho. Essa nova política prima pela dignidade e valorização profissional do servidor público, contemplando a recomposição do quadro de pessoal, a estruturação e gestão das carreiras e dos planos de cargos, a implantação de novos instrumentos e metodologias de gestão de pessoas e a mudança de paradigma na seguridade social.

Dessa forma, a eficácia e eficiência devem ser traduzidas, no serviço público, na melhor prestação de serviço aos cidadãos-usuários. Diante de um cenário de constantes mudanças, de alto volume de informações geradas e compartilhadas de forma simultânea, de contradição de valores, a gestão de pessoas no setor público tem grandes desafios, tais como: aprender a converter o conhecimento dos seus servidores em conhecimento organizacional; preparar as lideranças; e auxiliar na conexão entre os valores pessoais e os institucionais, contribuindo para o sentimento de pertencimento dos servidores à Instituição.

5.1. Corpo docente de ensino presencial e de educação a distância

O corpo docente do IFRN é composto por professores efetivos da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), professores visitantes, substitutos e temporários. O plano de carreira é regido pela Lei nº 12.772/2012, a qual estabelece as diretrizes do Magistério Federal desde 1º de março de 2013 e se vincula ao regime estatutário da Lei nº 8.112/1990. Os professores visitantes, temporários e substitutos, contratados por tempo determinado são regidos pela Lei nº 8.745/1993, que trata da contratação temporária de excepcional interesse público na Administração Pública Federal.

O acesso à Carreira do Magistério do EBTT se dá por meio de concurso público de provas e títulos, ocorrendo em três fases distintas: prova escrita, prova de desempenho (aula expositiva) e prova de títulos.

Com base nos dados do relatório de gestão de 2021, o Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD) é de 4,3. Isso significa que a composição do corpo docente, segundo o nível de titulação, demonstra a presença majoritária de pós-graduados em nível de mestrado e doutorado.

Norteados pelo o que foi construído no PDI e em consonância com a Política de Capacitação de Servidores, o IFRN deverá oportunizar a qualificação de seu corpo docente de forma que haja o incremento no quantitativo de professores pós-graduados.

Os docentes do quadro efetivo se vinculam à instituição por meio de três regimes de trabalho estabelecidos em lei: 20 horas semanais, 40 horas semanais sem dedicação exclusiva ou 40 horas semanais com dedicação exclusiva (DE).

O regime de dedicação exclusiva implica o impedimento de os docentes vinculados à Instituição possuírem quaisquer outros vínculos remunerados, sejam eles públicos ou privados. O IFRN adota preferencialmente tal regime, visto que a vinculação exclusiva ao Instituto tende a propiciar o maior envolvimento em projetos de pesquisa, de extensão e de gestão institucional.

Os regimes de 20 horas ou 40 horas sem dedicação exclusiva podem ser adotados para áreas em que se avalie como importante, do ponto de vista acadêmico, que o docente tenha uma experiência profissional fora do IFRN, a qual poderá contribuir para trazer à sala de aula uma visão da prática profissional a ser ofertada ao corpo discente. Em razão de disposições da Lei nº 12.772/2012, o regime de 40 horas sem DE deve ser sempre precedido de autorização do Conselho Superior do IFRN.

Tanto o quantitativo quanto o regime de trabalho dos docentes do IFRN são diretamente influenciados pelo banco de professor-equivalente definido pelo MEC e pelo MPOG. Tal dispositivo foi estabelecido pelo Decreto nº 7.312/2010 e posteriores atualizações, se constituindo em uma matriz orçamentária destinada à contratação e manutenção de professores efetivos e substitutos, mecanismo que garantiu autonomia ao IFRN para realizar concursos e nomeação de servidores a qualquer tempo, independentemente de autorização prévia do MEC. A instituição do banco deu flexibilidade à gestão do IFRN, permitindo a reposição de pessoal docente dentro da matriz orçamentária que lhe é destinada, possibilitando o imediato provimento de cargos desocupados em virtude dos variados tipos de vacância, bem como das alterações de regime de trabalho de docentes em exercício e do surgimento de futuras vagas destinadas a concurso público.

No quadro a seguir, está apresentado o quantitativo dos docentes efetivos e as informações acerca dos seus perfis em 2019, conforme pressuposto pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Quadro 29 - Perfil do corpo docente do IFRN, por campus*

CAMPUS	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	PÓS-GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO	TEMPO MÉDIO DE EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR, EM ANOS	TEMPO MÉDIO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (NÃO-ACADÊMICA) NA ÁREA QUE LECIONA, EM ANOS
Apodi	22	32	7	0	0	3	3,0	0,8
Caicó	12	39	5	1	0	2	1,9	5,4
Canguaretama	16	37	3	1	0	0	3,6	4,0
Ceará-Mirim	20	29	4	0	0	0	2,8	5,1
Currais Novos	14	37	6	0	0	3	4,7	6,2
João Câmara	14	42	2	0	0	1	4,3	2,9
Lajes	8	17	2	0	0	2	4,4	12,3
Macau	12	35	8	0	0	4	2,5	3,9
Mossoró	33	62	10	0	0	1	6,3	6,1
Natal - Central	129	139	34	1	1	5	7,3	4,2
Natal - Cidade Alta	18	34	7	0	0	2	8,0	3,4
Natal - Zona Leste	13	16	1	0	0	1	6,6	1,7
Natal - Zona Norte	27	32	5	0	0	1	4,6	4,5
Ipanguaçu	16	32	5	1	0	2	4,7	8,1
Nova Cruz	17	43	3	0	0	2	5,1	7,0
Parelhas	9	21	0	0	0	1	1,6	2,2
Parnamirim	22	37	2	0	0	0	3,9	0,5
Pau dos Ferros	15	41	2	0	0	1	2,9	2,8
Santa Cruz	13	40	8	0	0	4	3,5	4,4
São Gonçalo do Amarante	18	39	3	0	0	0	5,0	6,6
São Paulo do Potengi	18	40	2	0	0	5	3,3	5,7
***Observação: o perfil é composto por todos os docentes efetivos do IFRN, que lecionam em todas as modalidades oferecidas pela Instituição.**								

Fonte: Elaborado pela Comissão Temática de Políticas de Desenvolvimento Institucional (2019)

Além dos professores do seu quadro efetivo, a Instituição pode contar com um quadro de professores contratados temporariamente em regime excepcional. Nessa condição, se enquadram os professores temporários, os quais são contratados para prover os *campi* em implantação até a chegada de cargos públicos para provimento efetivo; os professores substitutos, contratados em razão de afastamentos ou licenças de professores efetivos para suprir a necessidade do corpo discente enquanto perdurar a ausência do docente efetivo; e os professores visitantes, contratados para apoiar a execução de programas de pós-graduação, bem como viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico do IFRN com outras instituições de pesquisa.

O corpo docente do *Campus* Natal - Zona Leste é composto por professores efetivos da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), professores substitutos e temporários, que se dividem em:

- Professor conteudista, responsável por preparar e sistematizar o material didático que será utilizado nas disciplinas ofertadas;
- Professor formador, responsável por efetivamente ministrar a disciplina;
- Professor mediador à distância, responsável por dar suporte ao professor formador, atuando nas disciplinas, juntamente com ele. É obrigatória a formação na área específica da disciplina;
- Professor mediador presencial, que atua no polo dando suporte ao polo, aos alunos, à coordenação do polo e à coordenação do curso. Não é obrigatório ter formação na área específica do curso.

A seleção dos professores conteudistas, formadores e mediadores é realizada por meio de edital específico, atendendo às demandas de cada curso.

5.2. Corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo do IFRN é composto por profissionais que dão suporte às atividades-meio da instituição, bem como as de apoio técnico-pedagógico ao ensino, à pesquisa, à extensão e à assistência estudantil. No rol de profissionais deste grupo, enquadram-se todos os cargos de servidores que não são de magistério, excluindo-se trabalhadores terceirizados para funções que foram extintas por lei.

A Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC discrimina os cargos que compõem o quadro de servi-

dores administrativos e seus respectivos pré-requisitos de ingresso. Conforme texto da lei, a carreira inclui cargos de nível fundamental, médio e superior. O acesso aos cargos se dá mediante concurso público, em obediência às disposições da Constituição Federal e da Lei nº 8.112/1990.

Os cargos técnico-administrativos são enquadrados em cinco níveis de classificação assim denominados: "E" (englobam em sua maioria cargos de nível superior), "D" e "C" (englobam em sua maioria cargos de nível técnico, médio e fundamental), além dos cargos de nível "B" e "A" (sendo a maior parte os de nível fundamental incompleto). Vários cargos de caráter operacional compõem o quadro em extinção, especialmente os enquadrados nos níveis "A" e "B", sendo gradativamente substituídos por pessoal terceirizado, conforme política de racionalização de cargos adotada pelo Executivo Federal.

Aproximadamente 85% do corpo técnico-administrativo do IFRN possui nível superior. Já o percentual daqueles com pós-graduação é de cerca de 56% do total de técnicos-administrativos. Esse percentual demonstra um corpo funcional qualificado em relação aos requisitos de escolaridade dos cargos da Instituição, o que mais uma vez demanda, para a atuação durante o atual PDI, que o IFRN continue a investir na qualificação do corpo técnico-administrativo, especialmente com a realização de convênios com vagas que contemplem a categoria, além de promover a liberação de servidores para cursar pós-graduações, conforme disponibilidade dos setores de lotação dos interessados.

Além da qualificação dos servidores através da ampliação do nível de educação formal, o IFRN deve preocupar-se com o aperfeiçoamento constante dos técnicos-administrativos por meio de cursos alinhados com o fazer diário de cada profissional. Dessa forma, a oferta de aperfeiçoamentos locais (no âmbito da própria instituição) e a liberação de servidores para participar de eventos externos (acadêmicos e/ou de capacitação) são elementos a serem agregados ao cotidiano institucional. Para atingir esse objetivo, o IFRN deverá instituir planos anuais de capacitação, de forma a planejar ações a serem desenvolvidas em cada exercício.

5.3. Política de capacitação e qualificação de servidores

Proporcionar o desenvolvimento de pessoal através de processos de capacitação, educação continuada e qualificação profissional é um dos paradigmas modernos da administração com foco na melhoria das atividades desempenhadas pelas organizações. Ciente desta realidade, o Poder Executivo Federal instituiu a Política e as Diretrizes para Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, regulamentada por meio do Decreto nº 5.707/2006.

O IFRN, por sua vez, já instituíra sua Política de Qualificação e Capacitação de Servidores no ano de 2005 por meio da Resolução nº 20, do antigo Conselho Diretor do então Cefet-RN. Já sob nova institucionalidade, o IFRN promoveu a atualização de sua política de desenvolvimento de pessoal por meio da Resolução nº 67/2011-Consup. Esta norma norteia as principais ações e programas de qualificação e aperfeiçoamento de servidores, estabelecendo percentual do orçamento de custeio destinado a ações de capacitação, previsão de participação de servidores em eventos acadêmicos e/ou de capacitação, bem como requisitos para afastamento para estudo, sobretudo realização de pós-graduações.

A Resolução nº 67/2011-Consup tem sido plenamente aplicada no cotidiano institucional, visto que suas diretrizes subsidiam as ações de capacitação nos campi e na Reitoria desde sua expedição. Contudo, as constantes alterações legais nos planos de carreiras de docentes e técnicos- administrativos, bem como as alterações na realidade do mundo do trabalho trazidas com o advento de novos conhecimentos e tecnologias, induzem a revisão e a atualização constante da política e das práticas de desenvolvimento de pessoal do IFRN. Atualmente, para atender essa demanda, foi instituído o Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (CEGP), com intuito de realizar a atualização desta política, de forma a atender as particularidades surgidas em virtude de novos regramentos e da expansão da Instituição.

Diante deste cenário, propõe-se na vigência deste PDI a adoção das seguintes diretrizes:

- Concluir uma nova Política de Qualificação e Aperfeiçoamento de Servidores a ser submetida ao Conselho Superior do IFRN, a qual engloba as mais recentes alterações no PCCTAE e na Carreira do EBTT;
- Elaborar programas ou planos de capacitação anuais, com o intuito de definir uma metodologia de execução do orçamento de capacitação nos diversos campi;
- Realizar o mapeamento das competências organizacionais e dos cargos a fim de subsidiar os projetos de capacitação;
- Desenvolver as competências gerenciais dos membros da gestão, com vistas a promover o aperfeiçoamento dos atuais e preparar novos gestores para a Instituição;
- Promover ações de compartilhamento do conhecimento e boas práticas entre os servidores da instituição, a fim de fortalecer a atuação institucional e promover o reconhecimento do saber dos servidores.

Por meio dessas proposições, além da constante avaliação das práticas de desenvolvimento de pessoal da instituição, o IFRN pretende atingir uma maior efetividade da sua Política de Capacitação e Qualificação dos seus servidores.

5.4. Gestão de desempenho funcional

O início do exercício funcional numa instituição pode gerar no novo servidor uma ansiedade situacional, causada pelo esforço que ele deverá fazer para compreender o novo ambiente de trabalho e se familiarizar com as normas que deverá passar a seguir, além das expectativas em relação ao próprio desempenho a partir daquele momento em diante. Portanto, é fundamental que o IFRN continue empreendendo esforços na promoção de ações no sentido de facilitar a integração deste servidor.

No decorrer do seu fazer, os servidores de uma forma geral possuem planos de carreiras definidos por legislações, em que os diferentes cargos possuem formas distintas de avaliação, para então progredirem ou mesmo se promoverem. Dessa forma, torna-se necessária a manutenção e aprimoramento contínuo do Programa de Avaliação de Desempenho do servidor, juntamente com as comissões permanentes de cada carreira. A proposta é garantir um modelo gerencial eficaz que permita mensurar os resultados obtidos pelo servidor ou pela equipe de trabalho, de forma objetiva e de acordo com as metas Institucionais, considerando o padrão de qualidade de atendimento pretendido pela Instituição, com o fito de subsidiar políticas de desenvolvimento institucional e do servidor.

Diante disto, torna-se importante o mapeamento de competências dos cargos existentes na instituição, a fim de que cada servidor tenha um parâmetro sobre o que a instituição espera sobre o seu trabalho (trabalho prescrito) e seu desempenho (trabalho real), contribuindo assim, para uma maior efetividade da avaliação de desempenho.

5.5. Política de saúde e qualidade de vida no trabalho

O trabalho ocupa um espaço central na vida das pessoas, pois é por meio dele que os indivíduos satisfazem suas necessidades e emancipam-se. Além disso, ele jamais é neutro, pois tanto pode favorecer a saúde quanto contribuir para a sua desestabilização. É nessa práxis saúde-doença que as ações de prevenção e promoção à saúde tornam-se cada vez mais imprescindíveis diante de um cenário de constantes mudanças e de um grande volume de informações.

Com base neste entendimento e norteados por normativos técnicos, destaca-se que durante a vigência do atual PDI, o IFRN intensificará as suas ações com base também no Decreto n° 7.602/2011, que estabelece a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, com o objetivo de promover a saúde, a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, além de prevenir acidentes e danos relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele e, assim, buscar diminuir a frequência dos acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho por meio da eliminação ou redução dos riscos existentes nos ambientes e processos de trabalho.

5.6. Indicadores de Gestão de Pessoas

Até 2026, na vigência deste PDI, foram estabelecidos indicadores, finalidades, fórmulas de cálculo e suas respectivas metas para acompanhamento dos indicadores relacionados à Gestão de Pessoas, quais sejam:

- ***Índice de Titulação do Corpo Docente:*** quantificar a titulação do corpo de professores com atribuição de pesos por título;
- ***Percentual de servidores com competências mapeadas:*** identificar o nível de adequação dos servidores às atribuições de seus cargos e funções;
- ***Índice de Capacitação em competências estratégicas mapeadas:*** elevar o nível de adequação dos servidores às atribuições de seus cargos e funções;
- ***Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde:*** diagnosticar quantitativamente os afastamentos para tratamento de saúde;
- ***Percentual de servidores ativos afastados por acidentes ou doenças profissionais:*** reduzir o número de dias de afastamentos por acidentes ou doenças profissionais.

O acompanhamento dos indicadores será realizado através das fontes de dados como Suap Gestão de Pessoas, Siape, Manuais de Competências, Siass, entre outros. Cabe destacar que, para além dos dados quantitativos apurados, alguns indicadores estão permeados da necessidade de análise qualitativa dos resultados apresentados que periodicamente será realizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

O objetivo estratégico traçado para a Gestão de Pessoal na vigência deste PDI é “Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores”, o qual pode ser descrito como o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição.

Portanto, os pesos estabelecidos para cada indicador em relação ao atendimento deste objetivo estratégico foram ponderados considerando a pertinência de cada indicador com o objetivo em si, bem como o alcance quantitativo do indicador em relação aos servidores da instituição, visando assim impactar positivamente a eficiência dos serviços prestados pelos servidores.

6

Gestão administrativa: capacidade e sustentabilidade financeiro-orçamentária

6.1. Gestão de riscos versus sustentabilidade financeira

6.2. Eficiência, efetividade e a gestão de processos na execução orçamentária

6.3. Planejamento das ações institucionais e o planejamento de compras e contratações

6.4. Estratégias

6. Gestão Administrativa: capacidade e sustentabilidade financeiro-orçamentária

A gestão econômico-financeira consiste em estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa; fiscalizar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto; bem como atuar no planejamento estratégico e operacional da Instituição, a fim de subsidiar a definição das prioridades administrativas da Reitoria e dos *campi*.

É importante destacar que o orçamento do IFRN é obtido através da parametrização da matriz orçamentária, consolidada para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os recursos para cobrir as despesas com pessoal, benefícios, investimento e custeio estão previstos na Lei Orçamentária Anual e são garantidos pelo Tesouro Nacional. Além disso, o Instituto também conta com recursos arrecadados diretamente pela Instituição provenientes de serviços educacionais, locação de espaços físicos, leilão de bens e semoventes e a captação de recursos através de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) celebrados com instituições federais e convênios firmados com instituições estaduais e municipais.

Como a instituição depende, em sua maior parte, de recursos provenientes da União, sua sustentabilidade financeira-orçamentária está diretamente ligada à sua capacidade de gestão econômica-financeira, isto é, a sua capacidade de otimizar a utilização dos recursos aprovados na LOA, e a sua resiliência frente ao contingenciamento orçamentário em detrimento da conjuntura econômica do país. Nessa perspectiva, a otimização dos gastos e investimentos pautados na efetividade e na captação de recursos externos para projetos podem ser diferenciais para manutenção e até mesmo a expansão de sua atuação, dos programas e dos projetos.

6.1. Gestão de riscos *versus* sustentabilidade financeira

A Governança Pública compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, uma vez que se concentra na efetividade das ações institucionais, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Nesse contexto, a governança deve monitorar continuamente o gerenciamento dos riscos vinculados à sustentabilidade econômica-financeira que se pretende

mitigar, tendo em vista os objetivos estratégicos estabelecidos pela instituição e os riscos decorrentes de eventos internos ou externos que possam obstaculizar o alcance desses objetivos. Dentre os eventos no âmbito da gestão orçamentária-financeira com possibilidade de ocorrência e que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos, é possível destacar a limitação orçamentária, especialmente em um possível cenário de redução dos recursos orçamentários e incertezas sobre o percentual de liberação de limite orçamentário aprovado na LOA, e a possibilidade de contingenciamento, o que podem inviabilizar a manutenção ou ampliação prevista da oferta educacional e aumento do número de matrículas nas unidades.

6.2. Eficiência, efetividade e a gestão de processos na execução orçamentária

A eficiência está relacionada ao modo pelo qual se processa o desempenho da atividade administrativa. Por outro lado, é a efetividade está voltada para os resultados obtidos com as ações administrativas. Na gestão orçamentário-financeira, a execução total do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e disponibilizado pelo Governo Federal é sempre desejável a busca pela eficiência na execução do orçamento da instituição, mas, além de uma execução em sua totalidade, é preciso que a execução orçamentário-financeira esteja alinhada com os objetivos estratégicos definidos, ou seja, além de eficiência, também precisa de efetividade, é preciso monitorar e avaliar o que foi alcançado.

Nessa perspectiva, os processos ganham atenção, pois representam um instrumento que permite aproximar as diretrizes estratégicas daqueles que executam o trabalho na instituição, permitindo o alcance de objetivos. Uma abordagem de gestão orçamentário-financeira orientada a processos e que reduza a sua dependência das tradicionais estruturas funcionais e territoriais pode ser promissora para uma instituição desconcentrada que busca contemplar ao máximo todo o território do estado do Rio Grande do Norte, mantendo o nível de qualidade e atenta às novidades e inovações na governa pública. A Gestão de Processos, que se refere ao alinhamento de processos com os objetivos estratégicos, é uma opção que carece de mais estudos aprofundados, assim como a implantação do escritório de processos, uma nova abordagem na busca de maior efetividade na gestão orçamentário-financeira.

6.3. Planejamento das ações institucionais e o planejamento de compras e contratações

O plano de ação institucional precisa estar alinhado ao planejamento estratégico para o alcance dos objetivos definidos, mas a execução das ações pode sofrer

impacto de incertezas relacionadas ao orçamento e falhas operacionais relacionadas a falta de controle, coordenação e planejamento sobre os processos que envolvem compras de materiais e contratações de serviços essenciais para a implantação das ações institucionais estabelecidas. Nesse ponto, além de planejar as ações institucionais para alcançar os objetivos definidos, também é preciso consolidar o planejamento Anual de Contratações públicas de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da instituição, especialmente incorporando à governança conceitos como *accountability* e gestão de risco.

6.4. Estratégias

Para se alcançar uma gestão econômico-financeira cada vez mais efetiva e voltada para uma melhoria contínua na qualidade do controle de gastos e atenta à sustentabilidade financeira da Instituição, propõem-se as seguintes diretrizes:

- Adoção de governança baseada no referencial básico disponibilizado pelo TCU e nas normativas do MPDG, especialmente as Instruções Normativas 1/2016, 05/2017 e 1/2018;
- Promover o efetivo planejamento anual de contratações públicas;
- Manutenção de ações de capacitação de servidores, com foco na governança pública, para melhoria contínua de suas atividades;
- Aperfeiçoamento das ferramentas do sistema de gestão e controle no Suap, buscando uma maior interação com o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC);
- Construção de indicadores para avaliação de desempenho de nível operacional em cada setor da Instituição, para identificação do nível de qualidade de nossos atendimentos;
- Busca pela equalização de estrutura física e de pessoal nos *campi*, identificando a infraestrutura necessária e a força de trabalho mapeada as competências para cada atividade;
- Adoção de medidas para melhoria ações sistêmicas comunicação entre a gestão e a comunidade, trazendo mais transparência e visibilidade às ações institucionais.

7

Análise situacional

7.1. Análise dos principais indicadores quantitativos de desempenho

7. Análise situacional

Neste capítulo, apresenta-se um panorama do desenvolvimento institucional do IFRN com base em alguns dados e indicadores de desempenho referente ao período 2014-2018, os quais abrangem aspectos gerenciais e acadêmicos da Instituição. Esses dados são publicamente disponibilizados nos Relatórios de Gestão anuais do IFRN, em atendimento ao que determina o Acórdão nº 2.267/2005-TCU, permitindo que o desempenho institucional seja acompanhado por toda a sociedade.

Para completar o panorama de análise situacional, enquanto pano de fundo de construção deste Plano de Desenvolvimento Institucional, adicionalmente são apresentados resultados da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos 2017 e do monitoramento do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN 2016-2018. A inserção profissional daqueles que aqui concluíram seus estudos, bem como o aumento dos índices de permanência estudantil, são temáticas de contribuição relevante no estabelecimento de diretrizes para atuação institucional nos próximos anos.

Durante a vigência do primeiro PDI do IFRN, no período de 2009 a 2013, a instituição vivenciou um intenso processo de interiorização, que ampliou consideravelmente a oferta de vagas nos cursos técnicos, de graduação tecnológica e de licenciatura naquele período, com ampliação média de 59,8% vagas. De 2014 a 2018, foram inaugurados mais três *campi* avançados, nos municípios de Lajes, Parelhas e Jucurutu além da Unidade Rocas, dependência do *Campus* Natal - Cidade Alta e um novo *campus*, o *Campus* Natal - Zona Leste. Assim, o IFRN consolidou sua expansão institucional, alcançando um crescimento de 54% nas matrículas em comparação ao período 2009-2013. O quadro a seguir, mostra, em termos absolutos, o número de matrículas por modalidade de ensino.

Quadro 30 - Discentes matriculados por ano e por modalidade de ensino (2014-2018)

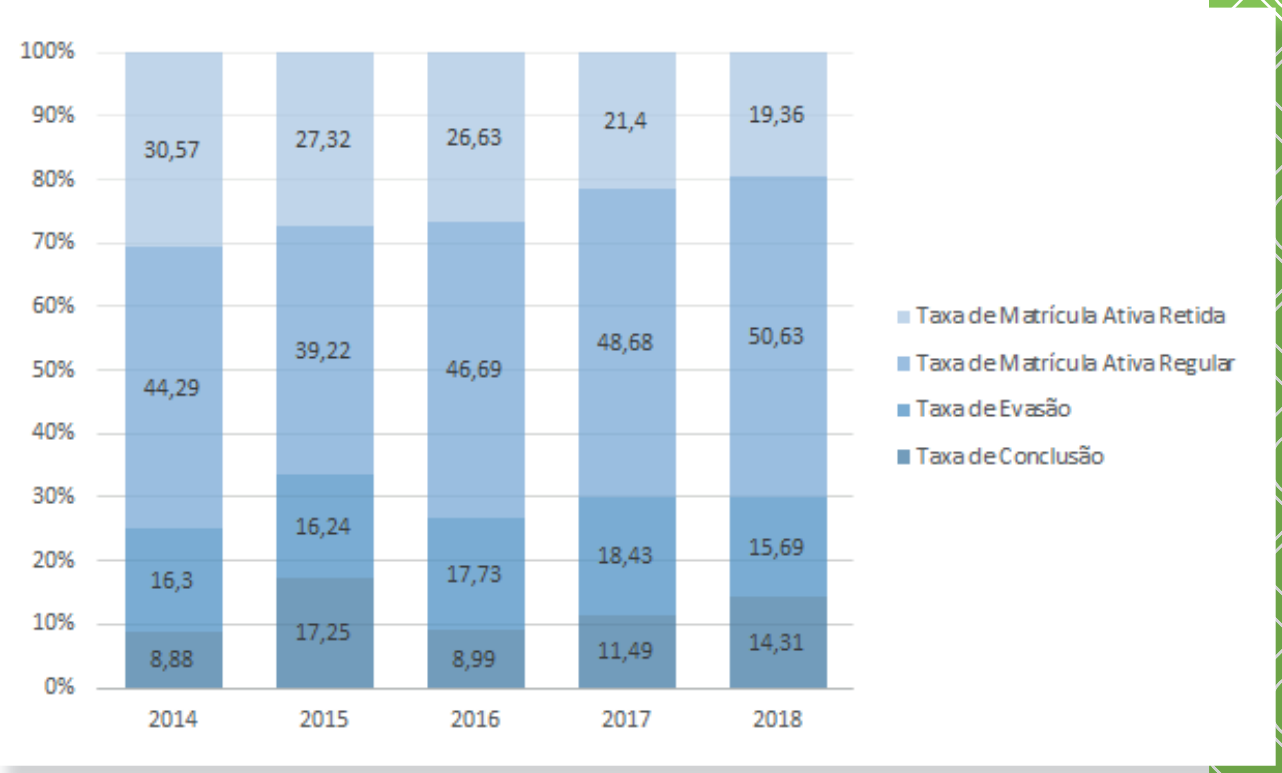
MATRÍCULAS POR MODALIDADE DE ENSINO	2014	2015	2016	2017	2018
Formação Inicial Continuada (FIC)	11.945	7.752	6.644	8.633	10.720
Cursos Técnicos Integrados	9.609	12.864	11.297	12.122	12.550
Cursos Técnicos Subsequentes	7.274	10.352	6.560	7.605	7.136
Cursos Técnicos Concomitantes	-	-	-	203	169
Graduação Tecnológica	2.223	2.751	2.679	3.330	3.531
Licenciatura	2.152	2.409	2.101	2.229	2.485
Engenharia	-	-	40	62	91
Pós-graduação	1.385	1.254	999	1.960	3.496
Total de Matrículas	**34.588**	**37.382**	**30.320**	**36.144**	**40.178**

Fonte: Relatórios de Gestão do IFRN (2014-2018).

Os quantitativos acima representam, em termos relativos, a concentração de alunos matriculados nos cursos técnicos integrados e subsequentes, com 54,5% do total de matrículas no período. Foram ofertadas vagas em duas novas modalidades: Engenharia e Técnico Concomitante, cujos quantitativos deverão crescer durante a vigência deste Plano. Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) representaram 25,6% das matrículas no período, enquanto que as ofertas de cursos superiores (Licenciaturas, Engenharia e Graduação Tecnológica) atingiram 14,6%. A oferta de Pós-Graduação representou 5,1% das matrículas no quinquênio 2014 a 2018.

O acompanhamento das taxas de permanência e êxito dos estudantes é de suma importância na compreensão da eficácia do fazer educacional. Na vigência do PDI anterior, foi elaborado o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN 2016-2018, que estabeleceu métodos de monitoramento e estratégias de combate à evasão e busca da retenção de discentes. No gráfico da Figura 3, constam o percentual de alunos conforme evento de matrícula, quais sejam: conclusão, evasão, matrícula regular e retenção.

Figura 3 – Indicadores de permanência e êxito por ano (2014-2018), modalidades Técnico e Superior



Fonte: Sistematizado pela Comissão Central do PDI a partir de consulta ao SUAPEdu, em 28/03/2019.

A política de interiorização, que proporcionou a abertura de *campi* no interior do Estado, é refletida na dinâmica de movimentação de matrículas do IFRN. Na Figura 3, observa-se a predominância de alunos em situação de matrícula regular, que estão

cursando a grade curricular sem atrasos, chegando a 50,6% das ocorrências. A taxa de conclusão, que aponta o percentual de alunos que concluíram seus cursos, apresenta tendência de crescimento, iniciando em 8,9% em 2014 e culminando em 14,3% em 2018. A evasão, após crescimento nos anos 2014-2017, sinalizou considerável queda, apresentando o melhor resultado do quinquênio com relação a patamar anterior ao de 2014, resultando em 15,7% no ano 2018. Avalia-se positivamente, por fim, a constante redução do índice de retenção, que representa os alunos em situação de atraso, com o menor percentual apresentado em 2018 (19,3%).

7.1. Análise dos principais indicadores quantitativos de desempenho

A evolução da matrícula e da ação institucional entre 2014 e 2018 foi acompanhada por indicadores de desempenho decorrentes do Acórdão nº 2.267/2005-TCU, no âmbito da prestação de contas por meio do relatório de gestão anual. O Quadro 8 traz a descrição e o objetivo desses indicadores.

Quadro 31 – Descrição dos indicadores do Acórdão nº 2.267/2005-TCU

INDICADOR	OBJETIVO
1. Relação Candidato/Vaga (RC/V)	Identificar o nível de interesse da clientela escolar da região.
2. Relação Ingressos/Aluno (RI/A)	Quantificar a taxa de ingressantes, relacionada ao total de alunos.
3. Relação Concluintes/Aluno (RC/A)	Quantificar a taxa de concluintes relacionada ao total de alunos.
4. Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes (Ieac)	Quantificar a eficiência das ofertas educacionais da Instituição (percentual de concluintes por ingressantes no curso).
5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar (IRFE)	Identificar o percentual de retenção dos alunos.
6. Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral (RA/DTI)	Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.
7. Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)	Quantificar a titulação do corpo de professores.
8. Gastos Correntes por Aluno (GCA)	Quantificar todos os gastos da Instituição (exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas), por aluno atendido.
9. Percentual de Gastos com Pessoal (PGP)	Relacionar os gastos de pessoal (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios), em função dos gastos totais.

10. Percentual de Gastos com Outros Custeios (PGOC)	Relacionar os gastos totais de outros custeios (exceto benefícios, Pasaep, investimentos e inversões financeiras), em função dos gastos totais.
11. Percentual de Gastos com Investimentos (PGI)	Relacionar os gastos com investimentos (execução de obras e aquisição de imóveis), em função dos gastos totais.
12. Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC)	Identificar a renda familiar dos alunos matriculados e auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico.

Fonte: Acórdão nº 2.267/2005-TCU.

Os indicadores acima foram classificados em quatro grupos, para viabilizar análise conjunta de seus resultados: Acadêmicos (1 a 6); Administrativos (8 a 11); Socioeconômico (12); e Gestão de Pessoas (7).

No quadro 9, observam-se os resultados dos indicadores do TCU no período de 2014 a 2018. Considera-se que, a partir desta análise histórica dos indicadores, seja possível reconhecer os resultados institucionais, levando em consideração seu ambiente de atuação e seu estágio de desenvolvimento no contexto do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A análise subsidiou a construção de ações relacionadas às Políticas de Ensino, de Capacitação e de Assistência Estudantil, bem como à gestão financeira e orçamentária. Para melhor compreensão desses índices, segue uma análise destes, distribuída conforme os grupos supracitados.

Quadro 32 – Resultados dos indicadores do Acórdão nº 2.267/2005-TCU (2014-2018)

GRUPO	INDICADOR	2014	2015	2016	2017	2018
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	7,57	10,52	4,93	4,92	3,55
	Relação Ingressos/Aluno	50,02	45,36	52,08	53,08	55,9
	Relação Concluintes/Aluno	28,35	23,35	27,93	31,06	31,9
	Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes	53,95	57,83	59,01	59,36	58,3
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	16,13	19,53	7,34	11,41	9,9
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	22,46	26,02	21,51	24,04	26,1

Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	2,65	3,87	4,02	4,09	4,11
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	12.437,91	12.408,91	15.966,80	15.104,83	15.053,91
	Percentual de Gastos com Pessoal	67,11	71,42	73,75	78,16	73,6
	Percentual de Gastos com Outros Custeios	18,45	17,87	16,49	13,7	21,5
	Percentual de Gastos com Investimentos	10,48	6,47	4,35	3	3,8

Fonte: Relatórios de Gestão 2017 e 2018 do IFRN (2018).

7.1.1. Acadêmicos

O desempenho dos indicadores deste grupo guarda semelhança com aqueles apresentados na Figura 3. De fato, ambos conjuntos se propõem a mensurar diversos aspectos da ação educativa, com foco comum nos eventos de conclusão e retenção de alunos.

A Relação Candidato/Vaga permaneceu praticamente inalterada entre os anos de 2016 e 2017, apresentando queda em 2018, com 3,55 candidatos por vaga oferecida pelo IFRN, em média. O indicador é mensurado com base em todas as vagas ofertadas, inclusive as resultantes de adesão a projetos especiais do Ministério da Educação e órgãos subordinados, a exemplo das ofertas via Rede E-Tec. Considerando que tais projetos não são permanentes, havendo anos em que não são efetivados, um desempenho instável é esperado neste indicador. Em 2016, foram financiadas 2.450 vagas de cursos Técnicos Subsequentes pela Rede E-Tec, mas nenhuma em 2017. Ressalte-se, ainda, a mudança na metodologia de apuração dos resultados ocorrida em 2016, que alterou a forma de contabilização da demanda de cursos ofertados via SiSu, provocando a diferença de patamar observada entre os biênios 2014-2015 e 2016-2017.

A Relação Ingressos/Aluno apresentou resultado estável durante o período, apresentando 55,9% de alunos ingressantes no IFRN em 2018. O desempenho é compatível com o já observado no indicador Taxa de Matrícula Ativa Regular da Figura 3, respeitando-se as diferenças metodológicas entre ambos. A manutenção do índice é decorrente da política de vagas prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, além da incorporação das vagas de Formação Inicial e Continuada (FIC), antes oferecidas pelo Pronatec, outro projeto governamental.

O paralelismo entre os indicadores deste grupo e os apresentados na Figura 3 pode ser novamente aplicado para os indicadores Relação Concluintes/Aluno e Índice de Retenção do Fluxo Escolar, que apresentam, ao longo da série, tendência de cresci-

mento de concluintes e redução de alunos retidos, assim como foi apontado nos indicadores Taxa de Conclusão e Taxa de Matrícula Ativa Retida naquela figura. As ações propostas pela Pró-Reitoria de Ensino contribuíram para a melhoria dos indicadores, apesar das consequências do descompasso entre o calendário acadêmico e civil, em virtude das sucessivas greves ocorridas entre os períodos de 2014 e 2015. Aponta-se, ainda, que dentro do planejamento institucional, o alinhamento completo dos calendários civil e acadêmico deverá acontecer ao término de 2019. O Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes é complementar à Relação Concluintes/Aluno, dedicando-se a avaliar a relação de concluintes que integralizaram os créditos e estão aptos a colar grau *versus* os ingressantes de suas respectivas turmas. Por conseguinte, é esperado o comportamento crescente, similar ao ocorrido com a Relação Concluintes/Aluno. Medidas como as ações de acompanhamento sistematizado de estudantes e professores (orientação educacional, centros de aprendizagem, TAL, conselho de classe e reuniões família/escola), a assistência estudantil, o aperfeiçoamento dos projetos de cursos e do PPP, bem como a promoção de ações de desenvolvimento e qualificação de servidores, visam melhorar os resultados e fortalecer o desempenho institucional na área acadêmica.

O indicador Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral quantifica o número de alunos por docentes em tempo integral, incluindo os professores efetivos ou em contrato temporário. Apesar do indicador apresentar oscilações nos últimos quatro anos, ele se encontra acima da meta estabelecida no Termo de Acordo de Metas Setec-IFRN, que é de 20 alunos para um professor. Acrescenta-se que a contratação de novos docentes e o aumento do quantitativo de estudantes no ano de 2018 contribui para o atendimento do Acordo.

7.1.2. Administrativos

O indicador Gastos Correntes por Aluno mostra o custo médio corrente que cada aluno gera para o Instituto. No cálculo, são considerados todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas. Seu resultado é impactado, portanto, pelas despesas institucionais e pelo quantitativo de alunos matriculados. As oscilações apresentadas pelo indicador durante a vigência do PDI anterior se devem, sobretudo, a contingências na execução dos recursos orçamentários, resultantes da política de gastos do Governo Federal. Em 2018, o indicador correspondeu ao investimento médio de R$ 15.053,91 por cada aluno.

Os indicadores Percentual de Gastos com Pessoal, Percentual de Gastos com Outros Custeios e Percentual de Gastos com Investimentos devem ser analisados em conjunto, pois são correlacionados entre si, uma vez que representam as despesas em termos relativos. Nos gastos com pessoal, estão englobados servidores ativos e

inativos, pensionistas, pagamento de sentenças judiciais e precatórios. O percentual de gastos com pessoal apresentou crescimento até 2017, justificado pelo aumento de gastos com o pessoal ativo ocasionado pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o que requereu aporte de um maior volume de recursos para implantação e consolidação da estrutura do IFRN no Estado. Em 2018, houve acomodação do valor em patamar semelhante a 2017. Os Percentuais de Gastos com Outros Custeios e de Gastos com Investimentos apresentaram crescimento no último ano, após tendência de queda nos anos anteriores. Passada a fase final de interiorização do Instituto, cujos recursos destinados à execução de obras, instalações, equipamentos e material permanente foram priorizados durante a vigência do PDI 2009-2014 e primeiros anos do PDI anterior (2014-2015), houve estabilização no percentual de investimentos. O desempenho destes indicadores também é afetado por questões operacionais atinentes à liberação de recursos para realização de despesas, que ocasionaram restrições na utilização do orçamento previamente aprovado pela Lei Orçamentária Anual. Portanto, sua eficácia não depende exclusivamente dos esforços institucionais, mas também do cenário macroeconômico nacional.

7.1.3. Gestão de Pessoas

O Índice de Titulação do Corpo Docente, que é o indicador representante da gestão de pessoas, apresenta a titulação de professores efetivos, temporários e substitutos, divididos em cinco subgrupos: graduados, aperfeiçoados, especialistas, mestres e doutores. A tendência desse índice para um quadro de docentes estável é de crescimento gradual ao longo dos anos, tendo em vista a Política de Capacitação de servidores regida atualmente pela Resolução nº 67/2011-Consup/IFRN, que prevê a liberação de servidores para cursar pós-graduação e o estabelecimento de parcerias com outras instituições de ensino superior para qualificação de professores. Em 2018, último ano da série, houve aumento da ordem de 8% do quadro de pessoal docente do IFRN, enquanto o aumento de doutores foi de 16,1%, o que indica que houve aumento de titulação dentre os docentes que já pertenciam ao quadro do IFRN no ano anterior.

Para concluir a análise, apresenta-se no Quadro 10 os dados do indicador Perfil Socioeconômico da Clientela, encerrando a relação de doze indicadores de desempenho estabelecidos pelo Acórdão nº 2.267/2005-TCU.

Quadro 33 – Percentual de alunos matriculados por faixas de renda familiar per capita (2014 a 2018)

FAIXA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	PERCENTUAL				
	2014	2015	2016	2017	2018
Até 0,5	55,17	63,82	59,73	61,69	63,1
Entre 0,5 e 1	26,58	22,60	24,75	23,43	21,7
Entre 1 e 1,5	9,27	6,83	7,61	7,92	7,9
Entre 1,5 e 2	3,67	3,18	3,31	2,64	2,7
Entre 2 e 2,5	2,34	1,22	1,40	1,18	1,5
Entre 2,5 e 3	0,86	0,89	0,99	0,93	0,9
Maior ou igual a 3	2,11	1,46	2,21	2,21	2,2

Fonte: Relatório de Gestão 2017 do IFRN (2018).

7.1.4. Perfil socioeconômico da clientela

Esta análise visa aferir o grau de inclusão social da política educacional, por meio de um perfil socioeconômico básico dos discentes caracterizados pelas Coordenações de Assistência Estudantil dos *campi*, tomando-se como parâmetro a renda familiar *per capita* dos discentes. Assim, observa-se que, na média do período analisado, 92,4% dos estudantes caracterizados detiveram renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio, apresentando perfil prioritário para inclusão nas ações de assistência estudantil, segundo parâmetro estabelecido pelo Decreto 7.234/2010-Pnaes (Programa Nacional de Assistência Estudantil). Este elevado percentual indica a existência de situações caracterizadas por vulnerabilidade socioeconômica entendida enquanto fragilidade financeira associada a situações de negação de acesso aos direitos sociais. A política de assistência estudantil busca promover a garantia de acesso, permanência e conclusão de curso pelos estudantes assistidos, contribuindo, então, para a concretização do direito social referente à Educação.

Para exemplificar as demandas e execuções dos programas de assistência estudantil, tem-se que a ação Auxílio Transporte que é considerada fundamental para o acesso e permanência dos estudantes na instituição, tanto para aqueles que residem em municípios distintos do município-sede do *campus*, bem como para aqueles que residem na zona rural. O Programa de Alimentação Estudantil (Pnae) também apresenta importância para a permanência do estudante, sendo aquele que apresenta alto índice de demanda em períodos de inscrições, bem como no cotidiano institucional devido à presença do estudante nas aulas que ocorrem no contraturno; participação

dos estudantes em projetos de extensão, pesquisa, eventos artístico-culturais e esportivos, e a participação de estudantes no programa Apoio à Formação Estudantil.

Este capítulo visou apresentar um panorama do desenvolvimento do IFRN ao longo da vigência do PDI 2014-2018, através dos seus principais indicadores de desempenho, estabelecidos pelo Acórdão nº 2.267/2005-TCU. Os resultados ilustram a evolução da Instituição em importantes temas, através de quatro grandes grupos de indicadores: Acadêmicos, Administrativos, Gestão de Pessoas e Socioeconômico. Além disso, abordou-se, em particular, a temática Permanência e Êxito, no intuito de avaliar a ação educativa sob a ótica da evasão e retenção de alunos, num cenário de encerramento do processo de interiorização das unidades de ensino, propiciado pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

8

Planejamento estratégico

8.1. Relato sobre a metodologia de construção do PDI

8.2. Metodologia *Balanced Scorecard (BSC)*

8.3. Mapa estratégico

8.4. Painel de desempenho estratégico

8.5. Projetos estratégicos

8. Planejamento estratégico

Planejar significa fazer planos e definir objetivos para alcançá-los, seja a curto, médio ou longo prazo. O planejamento estratégico é uma ferramenta hábil e prática, facilitadora na busca e alcance de objetivos, definido por estratégias inseridas em um plano de ação com um período definido para a sua realização.

8.1. Relato sobre a metodologia de construção do PDI

As novas tendências da Administração Pública direcionam a gestão estratégica para o atendimento das demandas mediante a incorporação de melhorias no serviço público, sendo estas traduzidas pela eficácia diante do alcance dos objetivos estabelecidos corretamente e pela eficiência, retratada pela melhor utilização dos recursos disponíveis. Assim, a definição clara de objetivos, considerando a integração das áreas que compõem uma organização, associada à articulação dos recursos, são fatores essenciais e devem ser priorizados. Para tanto, a participação efetiva das pessoas nas fases de planejamento, execução e avaliação se torna imprescindível.

O objetivo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é indicar o caminho pelo qual a Instituição deve seguir no intuito de cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos para o período mínimo de cinco anos. O PDI constitui-se não apenas de um instrumento de gestão, norteador do caminho a ser seguido e da forma como cumprir sua missão e alcançar seus objetivos, mas também é um requisito legal para o recredenciamento de Instituições Públicas de Ensino Superior. Portanto, para sua elaboração, os seguintes aspectos devem ser considerados:

- Existência de uma base legal norteadora para a elaboração do PDI e sua obrigatoriedade para as Instituições que oferecem cursos em Nível Superior;
- Alinhamento e integração com planos governamentais, como Plano Nacional de Educação e Plano Plurianual;
- Necessidade de integração com o processo de Avaliação Institucional - segundo o Sinaes.

A elaboração do PDI foi dividida em quatro principais etapas, a seguir:

- Etapa I - organização;
- Etapa II - preparação;
- Etapa III - execução;
- Etapa IV - finalização.

Etapa I – Organização

Foi constituída uma Comissão Central Inicial para se pensar acerca da construção do "novo" PDI. O ponto de partida foi resgatar o documento vigente e avaliá-lo, com o propósito de identificar aspectos que pudessem ser incorporados, tendo em vista melhorias na gestão dos processos no IFRN.

Foram observadas as bases e requisitos legais, bem como foi feita uma intensa revisão bibliográfica para compreender novas concepções de elaboração de PDIs com modelos de gestão contemporâneos. Após os trabalhos iniciais, algumas necessidades foram pontuadas, dentre as quais destacam-se: avaliação e integração dos objetivos estratégicos; definição de indicadores quantitativos para acompanhamento do alcance dos objetivos estratégicos; estabelecimento de metas anuais associadas a cada indicador; e definição de uma estrutura para prover o acompanhamento da efetivação dos objetivos.

Portanto, considerando as necessidades identificadas nesse momento inicial de análise e as metodologias associadas ao desenvolvimento de um planejamento estratégico, foi decidida a utilização do *Balanced Scorecard* (BSC). Então, dada as dimensões presentes no PDI, foram constituídas quatro Comissões Temáticas: Comissão de Políticas de Desenvolvimento Institucional; Comissão de Políticas Acadêmicas e de Inovação; Comissão de Políticas de Gestão e Administração de Pessoal; e Comissão de Políticas de Infraestrutura.

Nesta etapa também foi elaborado um cronograma inicial (Figura 4), prevendo etapas de um processo de construção do PDI discutido e implementado com a comunidade interna e externa.

Figura 4 - Cronograma inicial para a construção do PDI

Comissão Central	Comissões Locais (22)	Comissões Temáticas (4)	Comissão Logística	Mês
Seminário: Organização (13) Seminário: Realização (20-21)	Seminário: Realização (20-21)		Seminário: Organização (13) Seminário: Realização (20-21)	Junho
Diagnóstico institucional: Levantamento dados e redação (20)	Diagnóstico institucional: Levantamento dados e redação (20)	Diagnóstico institucional: Levantamento dados e redação (20)		Julho
Diagnóstico institucional: Consolidação (10)	Diagnóstico institucional: Consolidação (10) 1ª Consulta Pública: Contribuições gerais (10) 1ª Consulta Pública: Consolidação (24)	Diagnóstico institucional: Consolidação (10) 1ª Consulta Pública: Consolidação (24)	1ª Consulta Pública: Contribuições gerais (10)	Agosto
Elaboração (1) Metas e indicadores: Parecer (21)	Ações de melhoria: Proposta (1) Ações de melhoria: Análise/consolidação (21)	Metas e indicadores: Elaboração (1) Metas e indicadores: Análise/consolidação (28)		Setembro
Proposta final PDI: Consolidação (31)	2ª Consulta Pública: Apreciação produto da oficina (19)	Relatório: Conclusão (19)	2ª Consulta Pública: Apreciação produto da oficina (19)	Outubro
3ª Consulta Pública: Apreciação PDI (2) 3ª Consulta Pública: Consolidação (9) PDI final: Ecaminha CONSUP (30)				Novembro

Etapa II – Preparação

As Comissões Temáticas começaram a se reunir semanalmente para estruturar cada dimensão. Logo, entendendo a necessidade da participação efetiva de todos os *campi* e da comunidade na qual estes encontram-se inseridos, foi estabelecido um cronograma geral, o qual incluía as etapas de constituição das comissões locais do PDI vinculadas às Comissões Temáticas: sensibilização da comunidade em geral, diagnóstico situacional dos *Campus*, consultas públicas e elaboração do documento final.

Para a sensibilização, foram realizados quatro encontros presenciais com a participação de membros da Comissão Central e dos *Campi*. A escolha dos locais para realização da explanação da metodologia aconteceu de maneira a permitir o deslocamento de membros da Comissão de cada *Campus*, tendo acontecido em Currais Novos, João Câmara, Mossoró e Natal - Central. Cada *campus* ficou responsável por elaborar um diagnóstico situacional, retratado a partir de um relatório padrão. Para poder envolver toda a comunidade escolar, foi criado um canal de consulta via Suap, no qual alunos e servidores puderam expressar sua contribuição em cada dimensão que compõe o PDI. Ressalta-se que os *campi* também realizaram consultas junto à comunidade local.

Etapa III – execução

Em paralelo ao processo de diagnóstico em desenvolvimento por cada *campus* e considerando o PDI vigente, a Comissão Central definiu a missão, visão e valores da instituição, sendo estes submetidos a consulta ao Colégio de Dirigentes. Após validação destes, passou-se a definir os temas estratégicos, objetivos estratégicos e indicadores: amplos debates foram necessários para que se conseguisse aprová-los.

Para maior adesão dos diagnósticos realizados pelos *campi* à estratégia inicialmente traçada, foi realizada uma oficina com as Comissões Locais, na qual foram socializadas a metodologia de elaboração do PDI, culminando na avaliação do alinhamento das propostas dos *campi* aos objetivos estratégicos anteriormente definidos.

Dessa maneira, os objetivos estratégicos, os indicadores, com as respectivas metas anuais, bem como a integração de todos esses elementos foram aprovados na Comissão Central, originando o PDI 2019/2026.

Etapa IV – finalização

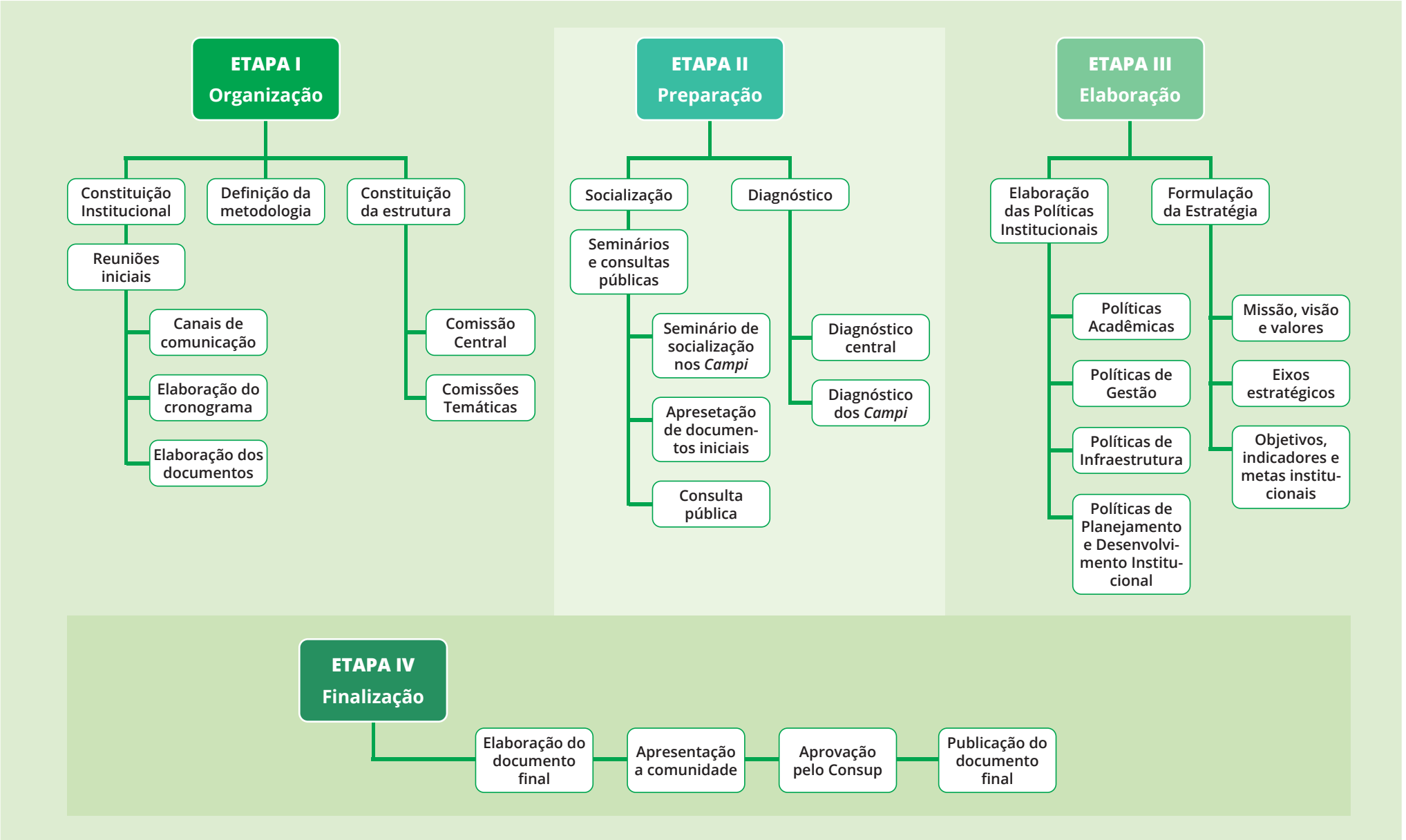
Os capítulos a serem redigidos para finalização do documento foram distribuídos a todas as comissões, com data de entrega e consolidação dos textos realizados pela Comissão Central. *A posteriori*, foi designada uma Comissão de Revisão para a elaboração do documento final.

Em novembro, com a extensão do recredenciamento institucional de 5 para 8 anos, de acordo com Portaria Nº 1.197, de 14 de novembro de 2018, fazendo constar em seu Art. 3º, que: "O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.", motivou o reaprazamento do cronograma, por decisão da Comissão Central, com o novo prazo para 26 de abril de 2019, no intuito de estender as metas e desdobrá-las até 2026, data do novo recredenciamento.

Após revisado e aprovado na Comissão Central, o documento foi apresentado e aprovado pelo Consup em 26 de abril de 2019.

A Figura 5 sintetiza graficamente as quatro etapas acima descritas, para melhor compreensão do processo de construção do PDI 2019-2026 do IFRN.

Figura 5 - Principais etapas para a elaboração do PDI



Fonte: Comissão de elaboração do PDI 2019-2026.

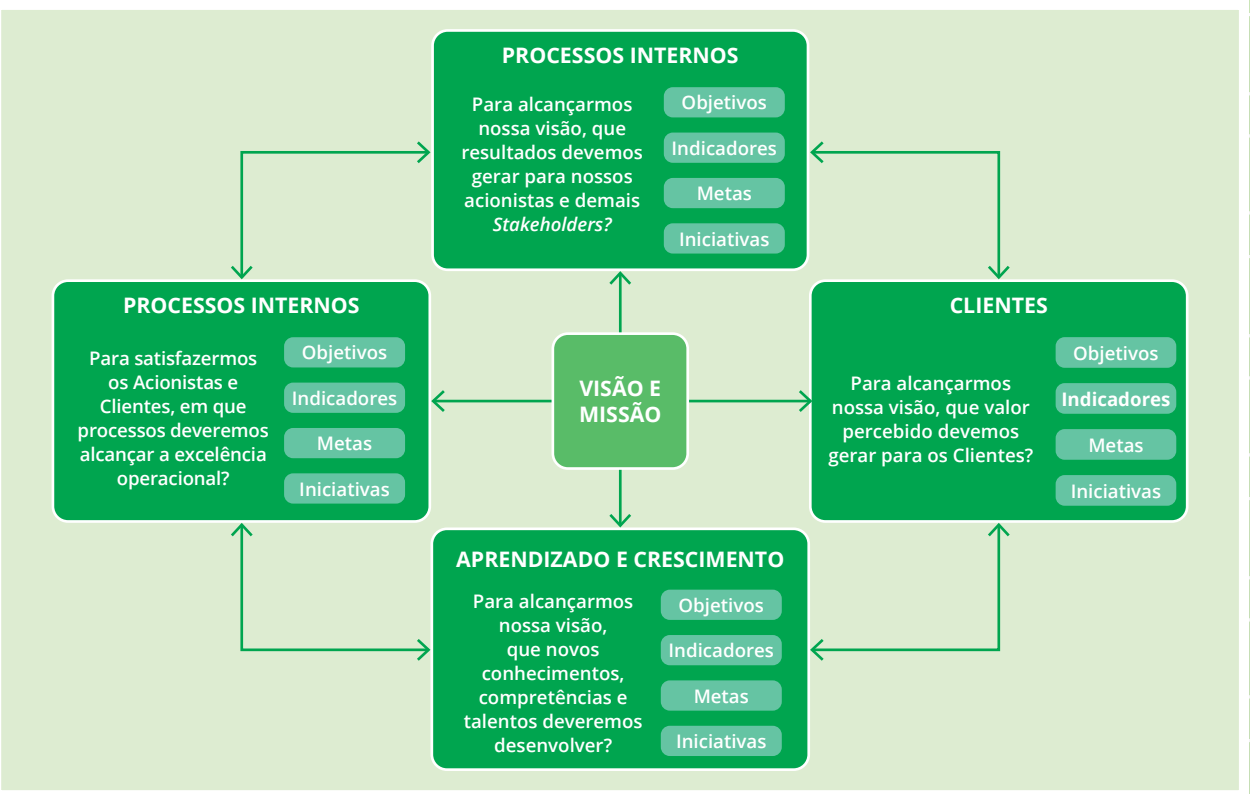
8.2. Metodologia *Balanced Scorecard (BSC)*

Quando se trata do processo de construção de um planejamento estratégico institucional, um dos modelos mais conhecidos de elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico é o *Balanced Scorecard* (BSC).

Kaplan e Norton (1997) consideram que o BSC é uma ferramenta que promove a tradução da missão e da visão em um conjunto de medidas de desempenho ajudam a medir o desempenho estratégico organizacional, ou seja, promove a gestão estratégica. Embora a ideia original do BSC fosse voltada para uma ferramenta de mensuração de desempenho, hoje ela é utilizada como uma metodologia de construção e acompanhamento do planejamento estratégico. A justificativa para a sua criação se deve ao fato de que, até então, as medidas financeiras de acompanhamento estratégico eram ineficazes para promover a melhoria organizacional, e, portanto, era necessário promover um sistema de medição que contemplasse também os ativos intangíveis da organização.

O BSC se inicia com a definição das perspectivas, contemplando ativos tangíveis e intangíveis, que ajudarão a refletir a estratégia da organização, ou seja, que caminho ela irá percorrer para alcançar os seus resultados previamente planejados. Essas perspectivas agrupam os objetivos e medidas de desempenho que traduzem a missão e a visão institucional (HERRERO FILHO, 2005). Tais perspectivas (Finanças, Clientes, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento), de acordo com o modelo original do BSC, são definidas na estrutura da Figura 6:

Figura 6 – As perspectivas do BSC



Fonte: Adaptado de Kaplan e Norton (1997).

Contudo, é importante compreender que, diferentemente do setor privado, em que a perspectiva financeira é fundamental para promover a satisfação dos acionistas e principais *stakeholders* como meio para alcançar a visão corporativa, considera-se que, no setor público, o alcance da visão institucional depende da geração de valor promovida pela instituição pública para a sociedade, especialmente aqueles grupos que utilizam seus serviços. Desse modo, para esse tipo de realidade, o BSC precisa ser adaptado (REIS; COLAUTO; PINHEIRO, 2007; MARQUES *et al.*, 2015; CUNHA; KRATZ, 2016).

Para o planejamento estratégico do IFRN, as perspectivas do BSC foram definidas tendo como base outros modelos de planejamento estratégico desenvolvidos em outros Institutos da rede federal de ensino, com as devidas adaptações para a nossa realidade. As perspectivas utilizadas neste planejamento foram:

- ***Perspectiva de Estudantes e Sociedade:*** para alcançarmos a nossa visão, que resultados devemos gerar para os nossos estudantes e para a sociedade em geral?
- ***Perspectiva de Processos Acadêmicos:*** para satisfazermos nossos estudantes, que processos, no âmbito acadêmico, são considerados críticos, demandando melhorias?
- ***Perspectiva de Gestão e Infraestrutura:*** para melhorar nossos processos acadêmicos, que aspectos da gestão e da infraestrutura do IFRN são considerados críticos, e deveremos aperfeiçoar?
- ***Perspectiva Orçamentária:*** para alcançar nossa visão e promover a melhoria das demais perspectivas, que estrutura orçamentária são consideradas críticas e deveremos seguir?

Uma vez definidas as perspectivas, o segundo passo para a aplicação do BSC foi dado com a construção do mapa estratégico. O mapa estratégico se refere a uma representação visual das relações de causa e efeito dos componentes da estratégia (perspectivas), contemplando os objetivos (resultados) que devem ser alcançados por cada perspectiva (KAPLAN; NORTON, 2004).

Dessa forma, foi construído o mapa estratégico (disposto no tópico 8.3) com as perspectivas e os objetivos estratégicos a serem alcançados. É importante considerar que, em algumas perspectivas, houve a necessidade de definir temas estratégicos, em virtude da complexidade e do conjunto de variáveis distintas a serem consideradas nessas perspectivas. Os temas estratégicos possibilitam a criação de valor, neste caso, para os estudantes e sociedade em geral por meio de um fluxo de valor

no mapa estratégico, ajudando o seu alinhamento, ou seja, os temas estratégicos são importantes para promover a integração e o alinhamento entre as diferentes áreas (HERRERO FILHO, 2005; KAPLAN; NORTON, 2006).

Sendo assim, foram definidos temas estratégicos para as perspectivas de Processos Acadêmicos e de Gestão e Infraestrutura. Para a perspectiva de Processos Acadêmicos, foram definidos os temas "Ensino", "Extensão", "Pesquisa e Inovação", "Pós-Graduação" e "Atividades Estudantis". Este último contempla um objetivo estratégico que serve como base para ajudar no alcance dos objetivos vinculados aos três primeiros temas estabelecidos nesta perspectiva. Os demais temas estratégicos se conectam com objetivos que são complementares. Já na perspectiva de Gestão e Infraestrutura, foram definidos os temas estratégicos de "Gestão Administrativa e de Pessoal" e "Infraestrutura e Tecnologia da Informação", com objetivos que ajudam na realização dos resultados no âmbito dos processos e de estudantes e sociedade.

Uma vez constituído o mapa estratégico institucional, com suas respectivas relações de causa e efeito dos objetivos estratégicos, houve a definição dos painéis de desempenho, com a constituição dos indicadores, metas e iniciativas estratégicas. Os indicadores estratégicos são medidas de desempenho que visam aferir a eficácia da execução do planejamento estratégico, sendo uma forma de mensurar o alcance dos objetivos traçados. Para a construção deste planejamento estratégico, foram considerados 69 indicadores de desempenho, sendo 39 indicadores considerados regulatórios, isto é, exigidos pelos órgãos reguladores, como os indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005, os indicadores do Termo de Acordo de Metas e Compromissos do Setec/MEC-IFRN e os indicadores de permanência e êxito decorrentes do Acórdão TCU nº 503/2013.

Em decorrência da necessidade de incluir esses indicadores regulatórios, alguns dos objetivos definidos no mapa estratégico tiveram que ser adequados para promover o alinhamento com estes. Os demais indicadores de desempenho, considerados indicadores internos, foram inseridos como complemento aos pré-definidos na estrutura de painéis de desempenho. Em conjunto aos indicadores de desempenho, foram definidas a fórmula de cálculo para cada um deles e, consequentemente, seu prazo de medição, a ser realizado durante o processo de execução do planejamento estratégico.

Em seguida, foram definidas as metas anuais a serem alcançadas, tomando como base os valores atuais e a projeção de melhoria institucional. As metas quantificam os resultados (objetivos) que devem ser obtidos pela organização. Tendo os valores gerados pelos cálculos dos indicadores de desempenho durante os períodos de mensuração, estes serão comparados aos valores das metas estipuladas, como forma de promover o monitoramento estratégico organizacional.

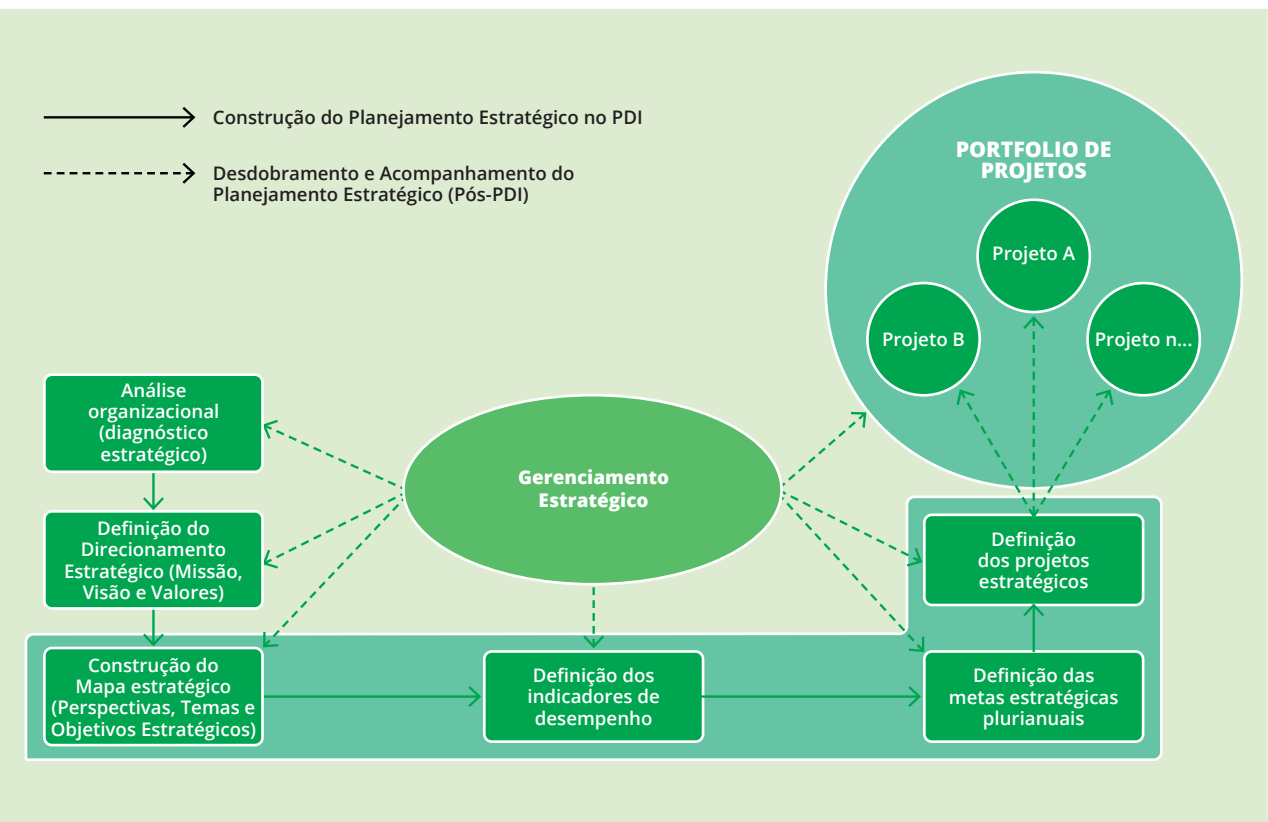
Por fim, foram estabelecidas as iniciativas estratégicas, denominadas de "projetos estratégicos", que consistem em projetos institucionais provenientes das

Pró-Reitorias como forma de promover mudanças e melhorias institucionais as quais ajudarão o IFRN a alcançar os resultados estabelecidos no planejamento. A ideia é que esses projetos sejam realizados pelas respectivas Pró-Reitorias, estabelecendo um prazo de execução e alocação de recursos. Contudo, é importante considerar que os projetos estratégicos são passíveis de mudança, em decorrência do desempenho estratégico obtido no decorrer do processo de execução do PDI. Esse conjunto de projetos e programas deve ter uma duração finita, fora das atividades operacionais rotineiras institucionais (KAPLAN; NORTON, 2008).

Como forma de desdobrar o planejamento estratégico no âmbito das unidades de negócio (*campus*) pretende-se, após o processo de construção do PDI, constituir planos de ação para cada objetivo estratégico e cada ação estratégica estabelecida. Os projetos ajudam a colocar o gerenciamento em movimento, viabilizando as ações estratégicas (CAMPOS, 2004). Eles indicarão o que cada Pró-Reitoria precisa executar para contribuir no alcance dos objetivos estratégicos organizacionais.

Como forma de exemplificar a estrutura do planejamento estratégico desenvolvida, foi definida a Figura 7 a seguir:

Figura 7 – Construção e Desdobramento do Gerenciamento Estratégico com o BSC



Fonte: Comissão de elaboração do PDI 2019-2026.

Para acompanhar o planejamento estratégico e a implementação do BSC, considera-se necessário definir uma estrutura de gerenciamento estratégico, composta por uma comissão de gerenciamento, que terá o papel de mensurar os resultados obtidos pela instituição, compará-los às metas estabelecidas e verificar as ações estratégicas executadas nas unidades de negócio (e no âmbito de Pró-Reitorias), estabelecendo as reuniões de acompanhamento estratégico (RAEs) e revisando-as de acordo com o cenário atual e com as possibilidades de "correção de rota" do planejamento. Essa estrutura deverá ser definida logo no início do período de vigência do novo PDI.

8.3. Mapa estratégico

Segundo Kaplan e Norton (2000), o mapa estratégico do *Balanced Scorecard* explicita a hipótese da estratégia e cada indicador se converte em parte integrante de uma cadeia lógica de causa e efeito que conecta os resultados almejados da estratégia. O resultado de tudo isso proporciona um quadro resumo do conceito de *Balanced Scorecard* o qual deverá ser aplicado na Instituição, denominado de Mapa Estratégico.

A visualização gráfica das relações de causa e efeito entre os objetivos estratégicos dispostos ao longo das quatro perspectivas fornece uma maneira simples, objetiva, uniforme e consistente de descrever a estratégia, facilitando a definição e o gerenciamento dos objetivos e indicadores.

O mapa foi dividido em 4 faixas, cada uma referente a uma das 4 perspectivas estratégicas.

As faixas foram ordenadas de cima para baixo, nesta ordem:

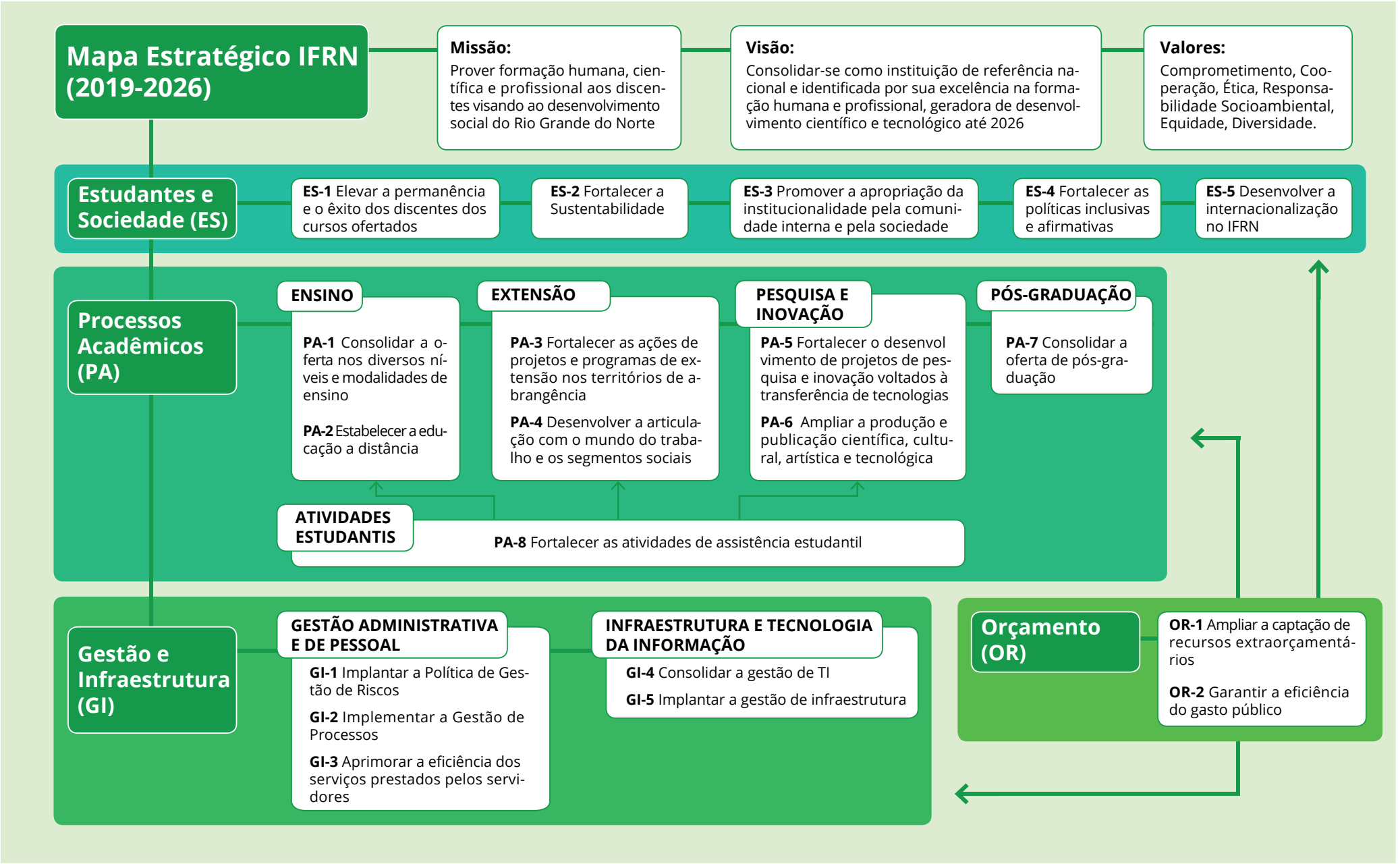
I Perspectiva de Estudantes e Sociedade

II Perspectiva de Processos Acadêmicos

III Perspectiva de Gestão e Infraestrutura

IV Perspectiva de Orçamento

Figura 8 – Mapa Estratégico IFRN (2019-2026)



8.4. Painel de desempenho estratégico

A construção do painel de desempenho contou com a técnica *Delphi*, que parte do pressuposto de que informações levantadas por especialistas são mais acertadas em comparação às feitas por grupos que não são bem estruturados (ADAMS, 1980).

Nesta etapa, além da Comissão Central para discussão e aprovação dos indicadores, houve a participação das Comissões Temáticas, com vistas a auxiliar na identificação das metas, projetos estratégicos e atividades.

O mapa estratégico, juntamente com o painel de desempenho, possibilita traduzir declarações estratégicas genéricas em hipóteses, objetivos, indicadores e iniciativas. "O mapa estratégico é uma arquitetura lógica que define a estratégia mediante a especificação das relações entre acionistas, clientes, processos de negócio e competências" (KAPLAN; NORTON, 2000a, p. 80)

Com a estruturação do painel, torna-se possível gerenciar o desempenho da organização em cada um dos indicadores selecionados e acompanhar se as metas estabelecidas estão sendo atendidas, bem como verificar se as ações identificadas efetivamente contribuem no processo. Com relação à construção do painel, destaca-se que cada elemento foi discutido e analisado individualmente por meio da técnica *Delphi* e posteriormente submetido a nova discussão e aprovação pela Comissão Central.

8.4.1. Metas Estabelecidas

Após discussão e análise de cada um dos indicadores em seus respectivos grupos temáticos, ficaram estabelecidas as metas. Posteriormente, em 2022, as metas e os indicadores foram revisados e ficaram definidos pelos dados que seguem.

8.4.1.1. ES-1 Elevar a permanência e o êxito dos discentes

Desenvolver ações para reduzir os índices de evasão, em todas as modalidades do ensino, promovendo a permanência e o êxito dos discentes.

Quadro 34 - Metas dos Indicadores de ES1

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RC/A(TCU)	Relação concluintes por discente	35,9%	36,7%	37,4%	37,8%	38,6%	39,0%	39,4%	39,8%
IEAC (TCU)	Índice de eficiência acadêmica dos concluintes	61,0%	61,5%	63,0%	63,5%	64,4%	65,0%	65,5%	66,0%
IRFE(TCU)	Índice de retenção do fluxo escolar	11,0%	11,0%	10,8%	10,6%	10,5%	10,4%	10,2%	10,0%
TC	Taxa de conclusão	17,5%	18,4%	19,1%	20,4%	21,4%	21,8%	22,3%	23,0%
TE	Taxa de evasão	11,8%	11,5%	11,2%	10,9%	10,7%	10,4%	10,2%	9,9%
TMCRg	Taxa de matrícula ativa regular	56,6%	56,8%	57,0%	57,2%	57,3%	57,4%	57,6%	57,7%
TMCRt	Taxa de matrícula ativa retida	14,2%	14,0%	13,8%	13,7%	13,5%	13,4%	13,2%	13,0%
IPE	Índice de permanência e êxito	76,0%	77,0%	77,0%	79,0%	80,0%	81,0%	81,0%	82,0%
IEnl (MEC)	Índice de eficiência da instituição	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
IEcl (MEC)	Índice de eficácia da instituição	79,0%	79,0%	79,0%	79,0%	79,0%	79,0%	79,0%	79,0%
IEfet	Índice de efetividade acadêmica por modalidade de ensino	33,7%	34,0%	34,3%	34,8%	35,1%	35,4%	35,6%	36,2%

8.4.1.2. ES-2 Fortalecer a sustentabilidade

Promover ações para redução do consumo de recursos naturais e de resíduos poluentes, bem como adotar critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições.

QUADRO 35 – Metas dos Indicadores de ES2

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
PeuEnergia	Implantação do plano de economia e uso eficiente da energia elétrica dos campi do IFRN	0,0%	4,4%	21,2%	24,8%	42,5%	62,8%	82,3%	100%
PeuAgua	Implantação do plano de economia, uso eficiente e reuso da água dos campi do IFRN	0,0%	7,2%	33,3%	36,2%	50,7%	66,7%	85,5%	100%

8.4.1.3. ES-3 Promover a apropriação da institucionalidade pela comunidade interna e pela sociedade

Desenvolver estratégias de divulgação e sensibilização da comunidade interna e externa para apropriação dos princípios norteadores da atuação institucional.

QUADRO 36 – Metas dos Indicadores de ES3

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RC/V (TCU)	Relação candidato por vaga	5,0	5,2	5,3	5,4	5,5	5,6	5,7	5,8
PMEBas	Quantidade de escolas apoiadas em programas de melhoria da qualidade da educação básica	94	94	94	94	94	94	94	94

IS	Índice de satisfação com a instituição	4,18	4,19	4,2	4,2	4,3	4,3	4,4	4,4
Percep	Percepção sobre a instituição	3,0	3,1	3,2	3,3	3,5	3,6	3,8	4,0
Apr_dis	Número de discentes encaminhados para estágio e programa de aprendizagem	385	512	674	892	1141	1461	1861	2368
Estg_dis	Número de discentes encaminhados para estágio	770	840	908	983	1065	1158	1263	1381

8.4.1.4. ES-4 Fortalecer as políticas inclusivas e afirmativas

Desenvolver ações que garantam a inclusão social das pessoas com deficiências e em vulnerabili-dade social, democratizando o acesso por meio de ações afirmativas.

QUADRO 37 – Metas dos Indicadores de ES4

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
INEE	Índice de atendimento de discentes com necessidades educacionais específicas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
INANE	Índice de cumprimento de ações do NAPNE e NEABI	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
IPE-NEE	Desdobramentos dos índices de permanência e êxito para as categorias de PNE	75,5%	75,6%	77,5%	83,0%	84,1%	84,8%	85,5%	86,4%

8.4.1.5. ES-5 Desenvolver a internacionalização no IFRN

Consolidar as parcerias já existentes com instituições estrangeiras, por meio do desenvolvimento de projetos/ações e participação em eventos, visando a inserção da instituição no cenário internacional.

QUADRO 38 – Metas dos Indicadores de ES5

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
IMI_dis	Índice de mobilidade internacional de discente enviados	0,1	0,3	0,5	0,8	-	-	-	-
IMI_dis_env	Índice de mobilidade internacional de discente enviados	-	-	-	-	99	127	131	131
IMI_dis_rec	Índice de mobilidade internacional de discente recebidos	-	-	-	-	98	127	130	130
IMI_serv	Índice de mobilidade internacional de servidor enviados	1,7	2,4	3,1	4,1	-	-	-	-
IMI_serv_env	Índice de mobilidade internacional de servidor enviados	-	-	-	-	108	130	137	156
IMI_serv_rec	Índice de mobilidade internacional de servidor recebidos	-	-	-	-	77	100	103	126
PCI_ens	Número de projetos de cooperação internacional de pesquisa	-	-	-	-	8	8	9	10
PCI_pesq	Número de projetos de cooperação internacional de ensino	-	-	-	-	8	9	9	10
PCI_ext	Número de projetos de cooperação internacional de extensão	-	-	-	-	8	9	10	10
PEIEx	Participação em eventos internacionais no exterior	-	-	-	-	52	65	67	72
PEIEb	Participação em eventos internacionais no Brasil	-	-	-	-	52	65	67	72
PEI	Participações em eventos internacionais dentre total em mobilidade	2,3	1,7	,1,8	1,9	-	-	-	-
PEIB	Participação em eventos internacionais no Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-

8.4.1.6. PA-1 Consolidar a oferta nos diversos níveis e modalidades de ensino

Acompanhar as ações de ensino, presencial e a distância, na oferta das modalidades técnico, formação de professores e educação de jovens e adultos.

QUADRO 39 – Metas dos Indicadores de PA1

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RC/V (TCU)	Relação candidato por vaga	5,0	5,2	5,3	5,4	5,5	5,6	5,7	5,8
RI/A (TCU)	Relação ingressos por discente	56,0%	56,1%	56,2%	56,1%	56,3%	56,5%	56,7%	56,8%
RA/DTI	Relação de discentes por docente em tempo integral	25,6	25,7	26,0	26,1	26,3	26,4	26,6	26,8
ITCD	Índice de titulação do corpo docente	4,20	4,24	4,29	4,33	4,37	4,42	4,46	4,50
PVTec (MEC)	Percentual de vagas em cursos técnicos	73,5%	72,2%	70,8%	69,9%	68,4%	66,7%	65,1%	63,6%
PVFor (MEC)	Percentual de vagas em cursos de formação de professores	7,2%	8,2%	9,6%	10,6%	12,2%	14,2%	16,6%	19,3%
PVEJA (MEC)	Percentual de vagas em cursos Proeja	1,3%	1,3%	1,3%	7,4%	7,6%	7,8%	8,0%	8,2%
PMEBAS	Quantidade de escolas apoiadas em programas de melhoria da qualidade da educação	94	94	94	94	94	94	94	94

8.4.1.7. PA-2 Estabelecer a Educação à Distância

Desenvolver a atuação da educação à distância da instituição ampliando sua presença nos campi, bem como buscar a autossuficiência na oferta.

QUADRO 40 – Metas dos Indicadores de PA2

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
CEaD (MEC)	Percentual de cursos de oferta ordinária na modalidade EaD	45,9%	46,6%	47,3%	48,0%	48,9%	49,6%	50,4%	50,9%
CPCHEAD	Percentual de cursos presenciais com carga horária EaD	0,0%	4,4%	5,1%	8,1%	10,1%	10,1%	10,1%	10,1%
FE_EAD	Percentual de matrículas EaD com fomento externo	73,0%	71,4%	69,7%	68,0%	66,2%	64,2%	62,2%	60,0%
FP_EAD	Percentual de matrículas EaD com fomento próprio	3,2%	3,4%	3,6%	3,8%	4,0%	4,2%	4,5%	4,8%

8.4.1.8. PA-3 Fortalecer as ações de projetos e programas de extensão nos territórios de abrangência

Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais mediante programas e projetos de extensão que estimulem a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e a economia solidária.

QUADRO 41 – Metas dos Indicadores de PA3

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
GEE_DIS	Grau de envolvimento em ações de extensão dos discentes	6,8%	7,2%	7,7%	8,1%	8,6%	9,2%	9,7%	10%
GEE_DOC	Grau de envolvimento em ações de extensão dos docentes	41%	43%	45%	46%	47%	48%	49%	50%
GEE_TAE	Grau de envolvimento em ações de extensão dos TAE	23%	23%	23%	23%	24%	24%	25%	25%
PAS_EX	Percentual de ações de extensão relacionadas à inclusão de população vulnerável	65%	65%	65%	67%	69%	71%	73%	75%
PEX	Número de projetos de extensão	316	320	370	370	322	322	367	367
Par_II	Parcerias interinstitucionais em ações de extensão	-	-	-	-	92	92	114	114

8.4.1.9. PA-4 Desenvolver a articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais

Promover a articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais para inserção profissional de discentes e egressos.

QUADRO 42 – Metas dos Indicadores de PA4

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Apr_dis	Número de discentes encaminhados para programa de aprendizagem					310	310	331	331
EMPCESC	Ações relevantes de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária e criativa	28	31	35	40	92	92	114	114
Estg_dis	Número de discentes encaminhados para estágio	770	840	908	983	758	759	810	810
VIS	Número de visitas a organizações	552	552	828	828	514	515	517	517

8.4.1.10. PA-5 Fortalecer o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação voltados à transferência de tecnologia social

Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

QUADRO 43 – Metas dos Indicadores de PA5

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
NRPI	Quantidade de ativos de propriedade intelectual e parcerias realizadas como resultado de inovação tecnológica	20	22	24	26	28	30	30	30
PPI	Quantidade de projetos de pesquisa e inovação	580	590	600	600	600	600	600	600
QPPE	Quantidade de projetos de pesquisa e inovação com parcerias com entidades externas	30	30	30	30	30	32	34	35

8.4.1.11. PA-6 Ampliar a produção e a publicação científica, cultural, artística e tecnológica

Estimular a divulgação científica, cultural, artística e tecnológica, de forma a ampliar a visibilidade institucional.

QUADRO 44 – Metas dos Indicadores de PA6

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
ETC	Número de eventos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos realizados	80	85	85	85	85	87	89	90
IPTC	Indicador acumulado de publicações técnico-científicas	60,0%	61,5%	63,0%	65,0%	65,0%	66,0%	66,5%	67,0%
PEI_AP	Participações em eventos internacionais com apoio financeiro	275	275	280	285	290	295	300	300

8.4.1.12. PA-7 Consolidar a oferta de pós-graduação

Ofertar pós-graduação voltada à produção do conhecimento de natureza acadêmico-científica e tecnológica.

QUADRO 45 – Metas dos Indicadores de PA7

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
APIs	Quantidade de ativos de propriedade intelectual e parcerias realizadas como resultado de inovação tecnológica – PPG *Stricto*	0	1	1	1	1	1	1	1

DTs	Número de dissertações e teses – PPG Stricto	65	65	65	75	75	75	75	75
IPTCs	Indicador acumulado de publicações técnico-científicas PPG Stricto	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5
ITCDl	Índice de titulação do corpo docente – PPG Lato	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3
ITCDs	Índice de titulação do corpo docente – PPG Stricto	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
TCCl	Número de TCCs – PPG Lato	418	424	481	738	908	1032	1063	1063

8.4.1.13. PA-8 Fortalecer as atividades de assistência estudantil

Prover suporte às ações de inclusão de discentes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica que contribuam para sua permanência e êxito.

QUADRO 46 – Metas dos Indicadores de PA8

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Carac_dis	Percentual de discentes com caracterização atualizada	87,5%	88,4%	89,4%	90,3%	91,1%	91,9%	92,6%	93,3%
RFP	Discentes matriculados por renda per capita familiar	0	0	0	0	0	0	0	0
Vul_q_dis	Percentual de discentes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos programas	20%	22%	25%	29%	33%	38%	43%	50%

8.4.1.14. GI-1 Implantar a Política de Gestão de Riscos

Gerenciar os riscos prioritários dos processos organizacionais que impactam diretamente os objetivos estratégicos do PDI.

QUADRO 47 – Metas dos Indicadores de GI1

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
IRPM	Percentual de identificação de riscos de processos mapeados	20%	30%	40%	50%	70%	80%	90%	100%
PRRG	Percentual de processos prioritários com riscos gerenciados	5%	15%	30%	50%	60%	80%	90%	100%

8.4.1.15. GI-2 Implementar a Gestão de Processos

Mapear os processos institucionais com maior risco estimado visando a melhoria contínua.

QUADRO 48 – Metas dos Indicadores de GI2

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
PGPr	Percentual de criação e implantação da gestão de processos	10%	20%	30%	50%	60%	80%	90%	100%

8.4.1.16. GI-3 Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores

Desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição.

QUADRO 49 – Metas dos Indicadores de GI3

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
ADP	Percentual de servidores ativos afastados por acidentes ou doenças profissionais	2%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	1%
COMP	Percentual de servidores com competências mapeadas	0	5%	15%	30%	45%	60%	80%	100%
ICCEM	Índice de capacitação em competências estratégicas mapeadas	0	20%	50%	50%	50%	67%	69%	75%
ITCD(TCU)	Índice de titulação do corpo docente	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2
TS_15mais	Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde acima de 15 dias	16%	15%	14%	13%	12%	11%	10%	9%
TS_ate15	Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde até 15 dias	30%	29%	28%	27%	26%	25%	24%	23%

8.4.1.17. GI-4 Consolidar a gestão de TI

Garantir a conectividade, a disponibilidade e a melhoria contínua dos sistemas de informação para prover suporte às atividades acadêmicas e de gestão.

QUADRO 50 – Metas dos Indicadores de GI4

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
IDCI	Índice de disponibilidade de conexão com a Internet do IFRN	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%
IDS	Índice de disponibilidade dos sistemas de informação do IFRN	99,00%	99,10%	99,30%	99,50%	99,60%	99,70%	99,80%	99,80%
PDTIC	Índice de execução do plano diretor de tecnologia da informação e comunicação	-	-	-	-	70,00%	75,00%	78,00%	80,00%

8.4.1.18. GI-5 Implantar a gestão de infraestrutura

Garantir a disponibilidade e utilização eficiente da infraestrutura física, com foco na oferta de cursos e nas condições de trabalho e bem-estar para toda a comunidade acadêmica, além de garantir as condições legais de acessibilidade aos públicos interessados.

QUADRO 51 – Metas dos Indicadores de GI5

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
I&M	Implantação dos planos de inspeção e manutenção preventiva das edificações	4%	13%	22%	39%	57%	70%	87%	100%
PDinfra	Implantação dos planos diretores de infraestrutura	0%	17%	26%	39%	61%	74%	87%	100%

8.4.1.19. OR-1 Ampliar a captação de recursos extraorçamentários

Aperfeiçoar métodos de captação em órgãos e entidades de fomento público e privado.

QUADRO 52 – Metas dos Indicadores de OR1

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RCSP	Percentual de recursos captados no setor público	5%	6%	8%	10%	13%	15%	18%	20%
RCIP	Percentual de recursos captados na iniciativa privada	2%	2%	3%	3%	4%	4%	5%	5%

8.4.1.20. OR-2 Garantir a eficiência do gasto público

Desenvolver ações que garantam a execução orçamentária, com foco na eficiência, na transparência e no controle.

QUADRO 53 – Metas dos Indicadores de OR2

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META ANUAL							
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
GCA	Gastos correntes por discente	19590,20	19746,50	20034,4	20001,30	20348,20	20754,40	21052,50	21356,60
GI(TCU)	Percentual de gastos com investimentos	2,5%	2,6%	3,2%	3,7%	4,2%	4,7%	4,7%	4,8%

GOC (TCU)	Percentual de gastos com outros custeios	14,8%	15,9%	17,2%	18,0%	18,3%	18,2%	18,3%	18,3%
GP (TCU)	Percentual de gastos com pessoal	69,8%	68,6%	71,0%	69,8%	69,0%	68,7%	68,5%	68,5%
IGCC	Índice de gastos com contratos continuados	64	64	67	67	67	67	67	67
IGER	Índice de geração de energia a partir de fontes renováveis	27,8	27,8	27,8	27,8	30,0	30,2	30,2	30,2

8.5. Projetos estratégicos

Segundo a definição do PMBOK: "Projeto é um esforço temporário, empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo". Convém destacar que, quando nos referimos a resultados exclusivos, estamos querendo dizer que não se trata de um resultado corriqueiro, mas sim de um resultado necessário àquela ocasião específica.

Tendo como referência o BSC, os projetos estratégicos são iniciativas temporárias de grande magnitude que contribuem diretamente com um ou mais objetivos estratégicos. Trata-se, portanto, de um conjunto de projetos com alto grau de contribuição para a estratégia.

A elaboração inicial dos Projetos Estratégicos deu-se também no formato *Delphi*. Cada área estratégica do IFRN construiu, discutiu e aprovou seus respectivos projetos.

Quadro 54 - Projetos estratégicos do IFRN

PROJETOS ESTRATÉGICOS	ÁREA RESPONSÁVEL
Reestruturação da comunicação audiovisual	ASCE
Reforma do site institucional	ASCE
Projeto "IFRN Internacional"	ASERI
Institucionalização da EaD	DG/EAD
Produção de material didático acessível	DG/EAD
Reestruturação do Proitec	DG/EAD
Plano de economia e uso eficiente da Energia Elétrica das unidades	DIENG
Plano de economia, uso eficiente e Reuso da Água das unidades	DIENG
Planos de inspeção e manutenção preventiva das unidades	DIENG
Planos Diretores das unidades	DIENG
Diagnóstico da permanência e êxito dos alunos assistidos	DIGAE
Otimização dos recursos do programa de alimentação (Pnaes e Pnae)	DIGAE

Capacitação de servidores com foco em competências	DIGPE
Mapeamento de competências	DIGPE
Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	DIGPE
Aplicação de tecnologias disruptivas para apoio e aprimoramento da gestão	DIGTI
Contratação de *Desktop* Virtual	DIGTI
Execução do PDTI	DIGTI
Suap *Framework*	DIGTI
Mapeamento de atividades com potencial de captação de receita própria	PROAD
Otimização dos gastos com contratos continuados	PROAD
Metodologia de Gestão de Riscos	PRODES
Avaliação do Impacto social das iniciativas de extensão	PROEX
Capacitação da comunidade interna para desenvolver ações de extensão	PROEX
Prospecção das demandas de extensão nos territórios de abrangência	PROEX
Fortalecimento dos núcleos e centros de pesquisa e inovação	PROPI
Incentivo a projetos com potencial de ascendência na inovação tecnológica	PROPI
Elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Inovação e de Empreendedorismo	PROPI
Projeto Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito por tipo de oferta	PROEN
Plano de monitoramento de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e recredenciamento institucional (termo de ajustamento institucional - TAI)	PROEN
Reestruturação da Pós Graduação	PROEN/PROPI

Fonte: IFRN (2019).

9

Avaliação e acompanhamento

9.1. Plano de acompanhamento

9.2. Comitê de Gerenciamento Estratégico (CGE)

9.3. Comissão própria de avaliação

9. Avaliação e acompanhamento

Para realizar a avaliação, acompanhamento e manutenção do PDI, faz-se necessária a implementação de uma estrutura que realize tais atividades. Essa estrutura envolverá a criação do Comitê de Gerenciamento Estratégico (CGE), responsável por monitorar a execução dos projetos estratégicos em conjunto com a evolução dos indicadores institucionais, e a atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pelo processo de autoavaliação institucional. Essas estruturas serão descritas em detalhes nas seções 9.2 e 9.3 respectivamente.

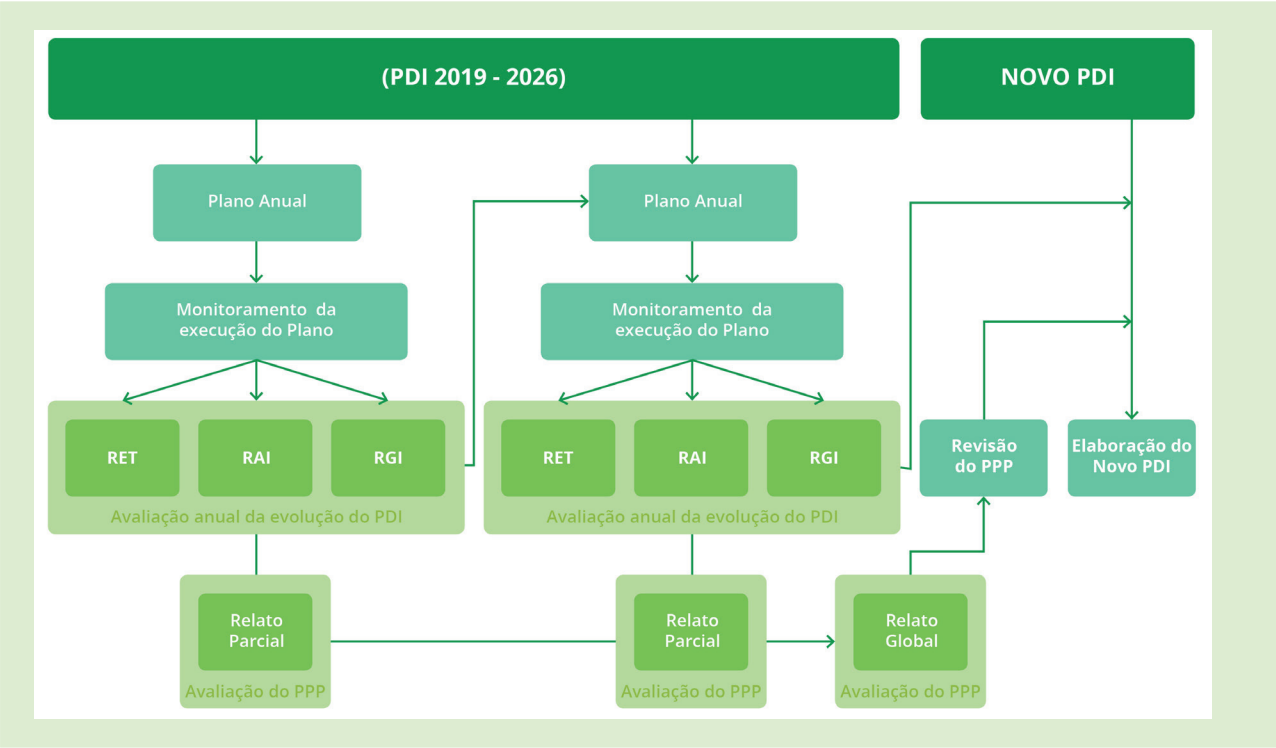
As iniciativas estratégicas, aqui denominadas de projetos estratégicos, precisam ser executadas com eficácia para que o desempenho não seja prejudicado em quaisquer dos temas estabelecidos (KAPLAN; NORTON, 2008). Após o processo de construção do PDI, serão descritos os projetos estratégicos no Portfólio de Projetos Estratégicos (PPE), considerando a relação de cada projeto com os objetivos, indicadores e metas institucionais, além de definir as entregas (etapas) de cada projeto, seu prazo de vigência, custo estimado e responsabilidade (pró-reitora vinculada).

Durante a execução do planejamento estratégico, como forma de promover o seu acompanhamento e controle, cada projeto estratégico será monitorado de acordo com o prazo de execução e com o custo estabelecido a cada entrega planejada. Em paralelo ao monitoramento desses projetos, o CGE também terá a responsabilidade de monitorar os indicadores estratégicos contidos no planejamento, considerando os indicadores gerais médios e os indicadores por campus. O produto desse trabalho se dará por meio do Relatório Estratégico Trimestral (RET), apresentado na Reunião de Análise Estratégica (RAE), junto à Reitoria.

Além do Relatório Estratégico Trimestral (RET), o processo de avaliação e acompanhamento do PDI também se dará pelo Relatório de Avaliação Institucional (RAI), produto decorrido da avaliação interna institucional, realizada pela CPA, e pelo Relatório de Gestão Institucional (RGI). Este último se trata do resultado do Plano de Ação Anual produzido pelos *campi* à nível operacional, estabelecendo as ações operacionais realizadas e as despesas vinculadas a cada uma das ações. Ambos os relatórios (RAI e RGI) deverão ser apresentados anualmente ao Consup.

A consolidação anual dos três relatórios servirá de base para a realização de ajustes, mudanças e alocação de recursos na instituição, considerando a evolução do PDI e seu impacto institucional a cada ano de vigência do planejamento, incluindo outros documentos institucionais, como o Projeto Político Pedagógico (PPP). Todo este processo é representado na Figura 9.

Figura 9 - Processo de avaliação e acompanhamento do PDI



Fonte: Comissão de elaboração do PDI 2019-2026.

9.1. Plano de acompanhamento

Periodicidade:

- Trimestral, nível operacional (atividade).

Responsáveis:

- Comissão Geral/Sistêmica - Subcomissão de Comunicação e Divulgação;
- Comissão Local/Campus.

Metodologia:

- Elaborar Plano de Divulgação;
- Sensibilização para envolver os servidores no acompanhamento do plano operacional (compreensão do papel de cada nível de gestão no processo de acompanhamento);
- Em nível sistêmico: vídeos, presença do Reitor nos campi, estratégias junto ao Codir com material pronto, série de divulgação do PDI assim que estiver pronto, elaboração de diretrizes de acompanhamento;
- Em nível local: grupo gestor do Campus reproduz o Plano de Divulgação para seus servidores.

9.2. Comitê de Gerenciamento Estratégico (CGE)

O IFRN, alinhado às novas tendências, aprovou, no Consup, seu PDI (2019-2026), planejado e concebido segundo as atuais demandas e necessidades institucionais. Com o Plano formatado e dimensionado, cabe ao IFRN também o acompanhamento e gerenciamento estratégico das iniciativas, metas e objetivos estratégicos definidos.

Para torná-lo mais facilmente exequível, faz-se necessário o Plano de Ação e o Plano de Acompanhamento a ser realizado pelo Comitê de Gerenciamento Estratégico, cujos objetivos são:

- Apoiar e acompanhar a execução do PDI do IFRN;
- Participar ou fazer-se representar nas Reuniões de Análise Estratégica (RAEs), trimestral ou extraordinariamente, conforme convocação do Presidente;
- Deliberar sobre questões referentes aos objetivos, metas e indicadores estratégicos;
- Sugerir alterações de diretrizes estratégicas contidas no Plano de Ação para alcançar os objetivos propostos.

O Comitê atuará como vetor de desenvolvimento de ações de capacitação, visando promover melhores práticas de planejamento para atendimento das necessidades institucionais. O acompanhamento e a gestão estratégica trazem a disseminação de novos conhecimentos e princípios para atingir objetivos, cumprir metas e executar iniciativas com o propósito de satisfazer e alcançar a missão e alcançar a visão institucional.

9.2.1. Membros do Comitê de Gerenciamento Estratégico

O Comitê de Gerenciamento Estratégico será dividido em duas comissões:

Comissão Central: Formada por servidores do corpo gestor e do corpo técnico, e terá as seguintes atribuições:

- Zelar pela cultura de planejamento institucional;
- Acompanhar os indicadores de desempenho do PDI;
- Identificar ações de intervenção para melhoria contínua;
- Servir como instância consultiva na execução dos Planos de Ação dos *campi*.

Comissão Local: Formada pelo Colégio Gestor do Campus, e terá as seguintes atribuições:

- Zelar pela cultura de planejamento participativo;
- Acompanhar a execução do Plano de Ação do Campus;
- Identificar ações de intervenção para melhoria contínua;
- Prover informações para o Comitê Central.

9.3. Comissão Própria de Avaliação

A Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) prevê a composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que possui o papel de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, além de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep.

Por outro lado, o processo de atualização institucional busca, em sua essência, elementos para a melhoria e aperfeiçoamento do desempenho da instituição, a partir da participação democrática da comunidade que a constitui, da sociedade e de seus parceiros externos. Esse processo deve se tornar uma atividade intrínseca ao processo de planejamento e um instrumento de gestão para permitir o realinhamento permanente dos seus rumos na direção da sua função social.

Dessa forma, a atuação da CPA no IFRN se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento tanto pessoal (dos docentes, discentes e técnicos-administrativos) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e autoconsciência, devendo inserir a participação da comunidade externa.

O Regimento Geral do IFRN define como principais atribuições da CPA a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Inep. Assim, o processo de autoavaliação institucional no IFRN é coordenado pela CPA, que atua com autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados. A CPA tem por objetivos planejar e executar a autoavaliação do IFRN, bem como divulgar e discutir os resultados.

A CPA do IFRN é constituída de uma CPA central e de CPAs locais (em cada unidade do IFRN), compostas por membros titulares e suplentes com representação da comunidade acadêmica (docentes, técnicos-administrativos e discentes) e da comunidade externa (sociedade civil organizada, pais e/ou empresários). A CPA central atua em conjunto com as CPAs locais, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente quanto ao trabalho de sensibilização, e de realizar a divulgação dos resultados junto à comunidade acadêmica.

9.3.1. Autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional compreende uma pesquisa aplicada pela CPA por meio de instrumento disponibilizado à comunidade acadêmica e, sempre que possível, à comunidade externa, com o intuito de avaliar diversos aspectos e questões que compõem as dimensões institucionais articuladas às dimensões estabelecidas pelo Sinaes.

A pesquisa, que é aplicada anualmente através do Suap, possui um caráter descritivo-exploratória, pois visa gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca das ações desenvolvidas, gerando subsídios para as políticas institucionais e, ainda, um caráter descritivo, pois envolve a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados. No Quadro 55, são apresentadas as etapas do processo de autoavaliação no IFRN.

Quadro 55 – Etapas do processo de autoavaliação institucional

ETAPA	DESCRIÇÃO
Planejamento e organização do processo	Definição das estratégias e do cronograma a serem utilizados no processo, de forma colegiada entre a CPA central, as CPAs locais e os órgãos sistêmicos de planejamento e avaliação (Prodes e Diare).
Elaboração do instrumento de avaliação	Elaboração/revisão de questões e instrumentos para a avaliação diagnóstica das dimensões institucionais e do Sinaes.

Sensibilização para a participação coletiva	Realização de reuniões de sensibilização, com utilização de estratégias, metodologias e técnicas participativas e dinâmicas.
Aplicação dos instrumentos avaliativos	Aplicação dos instrumentos avaliativos junto à comunidade acadêmica e a comunidade externa por meio de sistema informatizado.
Sistematização dos resultados	Tabulação, levantamento crítico dos resultados apresentados e análise quanti-qualitativa dos dados coletados e elaboração de relatório da autoavaliação de cada *Campus* e da Reitoria e do relatório de autoavaliação institucional geral (sistêmico) do IFRN.
Homologação do relatório de autoavaliação	Apresentação do relatório da autoavaliação de cada *campus* e ao respectivo Conselho Escolar e do relatório de autoavaliação institucional geral ao Conselho Superior do IFRN.
Publicação e divulgação dos resultados	Publicação e divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e nas reuniões dos órgãos colegiados, com desenvolvimento de estratégias, de modo a contemplar o coletivo institucional participante do processo.

Fonte: Comissão de elaboração do PDI 2019-2026.

9.3.2. Segmentos respondentes

O universo de respondentes da pesquisa de autoavaliação institucional é formado por todos os discentes, técnicos-administrativos, docentes e gestores[1], além de egressos, pais de alunos, empresários e representantes da sociedade civil organizada. Para os dois últimos segmentos, serão selecionados membros dentre aqueles que possuem vínculo com unidade(s) do IFRN.

Para os públicos de discentes, técnicos-administrativos, docentes e gestores, as respostas obtidas através do formulário eletrônico disponibilizado por meio de sistema informatizado institucional formam uma amostra do tipo acidental voluntária. Os respondentes das categorias pais de alunos, egressos[2], empresários e sociedade civil organizada serão selecionados por amostragem intencional (baseada numa seleção de participantes).

1 Os gestores do IFRN são, via de regra, servidores docentes ou técnico-administrativos, integrantes da equipe técnico-pedagógica (pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e psicólogos vinculados ao ensino) ou aqueles investidos em função gratificada (FG), cargo de direção (CD), função de coordenação de curso (FCC) ou função de apoio à gestão. Assim, para efeitos da qualificação da informação coletada, faz-se necessária, no processo de autoavaliação institucional, uma diferenciação da resposta desse segmento.

2 A avaliação por parte dos egressos está contida na Pesquisa de Acompanhamento de Egressos do IFRN, realizada bianualmente.

9.3.3. Instrumentos de avaliação

Os instrumentos de avaliação (formulários/questionários) são gerados dinamicamente pelo Suap, a partir de questões cadastradas.

Assim, o formulário a ser aplicado a um determinado respondente é gerado dinamicamente pelo sistema informatizado com base na relação entre as características do respondente – notadamente a que segmento pertence, qual a unidade administrativa de vinculação e em que modalidade/curso atua – e os atributos das questões.

9.3.4. Tabulação e análise de dados

O sistema informatizado utilizado na aplicação dos formulários/questionário de pesquisa provê um conjunto de relatórios de tabulação de dados para subsidiar a análise crítica e qualitativa dos resultados.

A análise dos dados é feita de acordo com uma abordagem quanti-qualitativa, em que os aspectos quantitativos apoiam-se em técnicas diversas, como gráficos e estatísticas descritivas aplicadas aos resultados da pesquisa; e os aspectos qualitativos referem-se a comentários e análises críticas, de cunho interpretativo, com base na abordagem quantitativa e nas respostas abertas/subjetivas.

A partir dessa metodologia de natureza quantitativa e qualitativa, busca-se explorar e descrever os resultados pesquisados, no intuito de identificar os aspectos institucionais mais relevantes, segundo a ótica dos respondentes.

9.3.5. Resultados

O processo de autoavaliação institucional produz elementos que possibilitam a avaliação e a revisão ou elaboração do PPP, do PDI e do Plano de Ação anual, além da avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

No tocante ao processo de autoavaliação institucional regido pelo Sinaes, especificamente para a autoavaliação do planejamento, os resultados são sistematizados pela CPA central, no Relatório de Autoavaliação Institucional, e pelas CPAs locais, no Relatório de Autoavaliação de cada *campus*. Para elaboração dos relatórios na versão parcial (primeiro e segundo anos do ciclo avaliativo), deverão ser contempladas as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando as avaliações aplicadas, os eixos trabalhados, a caracterização dos respondentes e os principais resultados obtidos. Deverá, ainda, apresentar uma proposta de ações para suplantar as principais dificuldades apresentadas. Para elaboração dos relatórios na versão integral (terceiro ano do ciclo avaliativo), além dos itens descritos para o

relatório parcial, deverão ser discutidos os conteúdos relativos à avaliação do último ano e dos dois anos anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos.

A divulgação dos resultados é feita em cada unidade do IFRN, buscando o envolvimento da comunidade acadêmica no processo de avaliação a fim de que os sujeitos percebam a importância e a necessidade de se comprometerem em participar do diagnóstico autoavaliativo, além de viabilizar um espaço deliberativo de discussão para levantamento de sugestões de melhorias e necessidades para o planejamento institucional. Todos os Relatórios de Autoavaliação Institucional emitidos, desde a primeira autoavaliação institucional, em 2006, constam de modo acessível a toda a sociedade, por meio do Portal do IFRN na Internet, no endereço eletrônico: http://portal.ifrn.edu.br/institucional/avaliacao.

10

Considerações finais

10. Considerações finais

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) impõe-se como o instrumento que apresenta a estratégia de atuação do IFRN nos 8 anos de sua vigência, sendo a base para a construção dos planos anuais em todas as suas unidades, tendo como referência as políticas institucionais, a missão e visão, a constituição enquanto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como a infraestrutura disponível para o desenvolvimento de sua função social. Para sua implementação, o PDI estruturou um mapa estratégico, cujos objetivos são compartilhados com todas as instâncias administrativas, promovendo a integração das áreas em busca do resultado comum à toda a instituição.

O PDI, ainda, é resultado de um amplo processo participativo, iniciado com a formação de Comissões Locais em cada *campus*, com a responsabilidade de elaborar um diagnóstico considerando as diversas frentes de atuação no dia-a-dia de uma instituição de ensino profissional. Como insumo fundamental ao trabalho, foram realizadas duas consultas públicas, abertas aos servidores e estudantes, com o objetivo de colher contribuições da comunidade para o Plano. Além disso, as Comissões Locais organizaram outros momentos de coleta de sugestões junto à comunidade externa (pais e sociedade civil), visando garantir ampla participação na construção do Plano. Esse processo de construção participativa culminou com a elaboração de um painel de desempenho, formado por indicadores de resultado e metas anuais, após elaboração de profundo estudo e condução de discussões elaboradas por Comissões Temáticas, que contou com representação de vários setores estratégicos e unidades, bem como servidores com perfil técnico aderente às atribuições dessas Comissões.

Como base para a estrutura de capítulos deste documento, partiu-se do Decreto 9235/2017, que determina a elaboração do PDI como requisito para a oferta de cursos superiores nas instituições de ensino brasileiras. Seu escopo contempla os elementos básicos das avaliações realizadas pelo MEC/Inep para o recredenciamento institucional, no intuito de alinhar as iniciativas estratégicas aos requisitos avaliativos. Considerando a peculiar estrutura *multicampi* e a complexidade da oferta, cujas modalidades partem da Formação Inicial e Continuada (FIC) e estendem-se aos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, foram contempladas na construção deste Plano todas as políticas educativas próprias de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), empregada para a composição do mapa estratégico, representou um avanço significativo na direção de implementar a chamada "cultura de planejamento", sendo esta elemento fundamental para a profissionalização da gestão pública. Com o uso do BSC, o IFRN aprimorou seus diagnósticos, identificou e declarou sua missão, sua visão e seus valores, em estreita consonância com sua função social de ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais.

11

Referências

11. Referências

ADAMS, Lavada A. **Delphi forecasting:** future issues in grievance arbitration. Technological Forecasting and Social Change, (18): 151-60, 1980.

APOLINÁRIO, Valdênia e Maria Lussieu SILVA (Org). **Políticas para arranjos produtivos locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal**. Natal: Editora UFRN, 2010.

ARETIO, Lorenzo Garcia. **La educacion a distância: de la teoria a la prática**. Barcelona: Ariel, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lorenzo_Garcia-Aretio2/publication/235794287_De_la_educacion_a_distancia_a_la_educacion_virtual/links/0f3175331b5c898fdb000000.pdf> Acesso em: 30 Set. 2018.

BRASIL. Casa Civil. Presidência da República. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário oficial da União, Poder executivo, Brasília, DF, Ano CXLV, n. 253, 30 dez. 2008e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em: 12 Set. 2018.

CATAPAN, Araci H. **Educação à distância:** mediação pedagógica diferenciada. In: *World Conference on Distance Education*, 22., 2006, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Ebook, 2006. Não paginado.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). ***Ensino médio integrado*:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CUNHA, Marcos Ribeiro; KRATZ, Lúcia. **Fatores Críticos de Sucesso no Processo de Implementação do Balanced Scorecard:** Um Estudo de Caso nas Instituições Federais de Ensino Superior . Revista de Ciências da Administração, v. 18, n. 46, p. 96-108, 2016.

FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. **Revista da Faeeba:** Educação e Contemporânea. Salvador: UNEB, ano 1, n. 1, jan./jun. 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo-SP: ed. Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004**: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 21-56.

_____. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-81.

HERRERO FILHO, Emílio. **Balanced Scorecard e a Gestão Estratégica:** Uma Abordagem Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades [On line]. **Disponível em:** http://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 10 Dez. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva. Natal: IFRN, 2012. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>. Acesso em: 22 out. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório de Gestão 2017 do IFRN**. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/2017-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 02 out. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório de Gestão 2017 do IFRN**. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao. Acesso em: 10 Dez. 2018.

KAPLAN, Robert. S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação:** Balanced Scorecard**.** 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Organização orientada para a estratégia:** como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KAPLAN, Robert. S.; NORTON, David P. **A execução premium:** a obtenção de vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Prefeitura de Natal (2017). CONHEÇA MELHOR SEU BAIRRO. Revisão Plano Diretor de Natal. REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE. Disponível em: https://natal.rn.gov.br/semurb/planodiretor/anexos/estudos/CONHE%C3%87A%20MELHOR%20SEU%20BAIRRO%20-%20ZONA%20NORTE.pdf. Acesso em: 10 Dez. 2018

REIS, Geraldo Vieira dos; COLAUTO, Romualdo Douglas; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Proposta de Adaptação do Balanced Scorecard para Órgãos Públicos: um Enfoque na Secretaria Geral de Administração (Segedam) do Tribunal de Contas da União. In: **VIII Simpósio de Excelência em Gestão Tecnologia**, Resende. Anais... Resende: SEGET, 2007.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: EPSJV; Fiocruz, 1989.

SILVA, Luana Carla Mariz da. **Caracterização da mineração e do potencial mineral do município de Caicó-RN utilizando técnicas de sensoriamento remoto.** Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/12509/9046>. Acesso em 31 out.2018.

SOUZA, Regina Aparecida Marques de. **A mediação pedagógica da professora**: o erro na sala de aula. 2006. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de *Campi*nas, Faculdade de Educação, *Campi*nas, SP, 2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

INSTITUTO
FEDERAL
Rio Grande do Norte